

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**ECOTURISMO: ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL
DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DA
TERRA INDÍGENA MANGUEIRINHA, PR**

ANERY JUNIOR BAGGIO

**PONTA GROSSA, PR
2007**

ANERY JUNIOR BAGGIO

**ECOTURISMO: ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL
DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DA
TERRA INDÍGENA MANGUEIRINHA, PR**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Estadual de
Ponta Grossa, PR como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em
Ciências Sociais Aplicadas.**

**Orientador: Prof. Dr. Constantino Ribeiro
de Oliveira Jr.**

**PONTA GROSSA, PR
2007**

B144e Baggio, Anery Junior
Ecoturismo: alternativa sustentável de valorização do
patrimônio natural e cultural da Terra Indígena Mangueirinha, Pr.
/ Anery Junior Baggio. Ponta Grossa, 2007.
178 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Profº. Drº. Constantino Ribeiro de Oliveira Jr.

1. Ecoturismo. 2. Patrimônio cultural – povos indígenas. 3.
Patrimônio natural – povos indígenas. 4. Terra Indígena
Mangueirinha - Pr. I. Oliveira Jr., Constantino Ribeiro de. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Ciências
Sociais Aplicadas. III.T.

CDD: 338.479.1

TERMO DE APROVAÇÃO

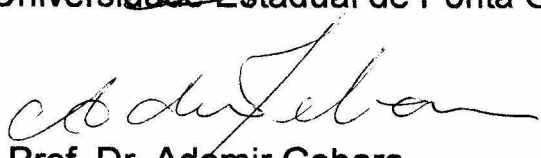
ANERY JUNIOR BAGGIO

ECOTURISMO: ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DA TERRA INDÍGENA MANGUEIRINHA, PR

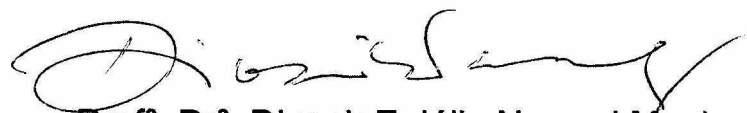
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Prof. Dr. Ademir Gebara
Universidade Federal de Pernambuco



Profª. Drª. Divanir Eulália Naressi Munhoz
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dedicatória

Dedico este estudo ao meu filho Bernardo Baggio e a minha esposa Suzana Baggio, minha motivação no tempo difícil e o porto seguro no final das minhas viagens – parte do que sou, o sou por vocês. Dedico esse trabalho também a minha mãe, Helena Baggio, e ao meu pai, Aneri Florindo Baggio (*in memoriam*), os precursores da minha caminhada, dos meus sonhos, das minhas expedições e da aventura que minha vida se tornou.

Agradecimentos

Deus, sem você a vida não tem sentido, eu não sei viver sem você... Obrigado pelo meu resgate! Família, obrigado pelo suporte e paciência! Mestres, obrigado por expandirem meus horizontes! Colegas, obrigado pelos momentos de risos e de choros! Amigos, obrigado por manterem o meu lugar, mesmo enquanto estive ausente! Aos que me receberam em sua casa, obrigado pela força! Aos indígenas da TI Manguueirinha, PR obrigado pela acolhida e pela confiança!

*“[...] estúpidamente hemos tolerado tanto tiempo a
esa inferioridad, de la que saldremos
como salen todos los pueblos
cuando les llega su hora.*

*No me creas demasiado optimista;
conozco a mi país,
y a muchos otros que lo rodean.*

*Pero hay signos,
hay signos...”*

*Cartas de Julio Cortázar a
Roberto Fernández Retamar*

LISTA DE ABREVIATURAS

ASPECTUR – Associação Pataxó de Ecoturismo
CF – Constituição Federal
COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná
DIBAP – Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas
EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo
FJP – Fundação João Pinheiro
FOM – Floresta Ombrófila Mista
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
IAP – Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA – Instituto Socioambiental
MMA – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MTUR – Ministério do Turismo
NRE – Núcleo Regional de Educação
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PN – Parque Nacional
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Paraná)
SETU – Secretaria de Estado do Turismo (Paraná)
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI – Terra Indígena
TIES – The International Ecotourism Society
UC – Unidade de Conservação
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation
UNEP – United Nations Environmental Program
WTO – World Tourism Organisation/Organização Mundial do Turismo
WWF – World Wildlife Fund

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:	Comparativo das Diretrizes de Ecoturismo: 1994 – 2004.....	35
TABELA 2:	Distribuição da área da TI Manguueirinha.....	74
TABELA 3:	Maiores culturas dos Municípios onde está a TI Manguueirinha em toneladas (t).....	74
TABELA 4:	Indicadores econômicos dos Municípios da TI Manguueirinha.....	75
TABELA 5:	Casas do Programa Casa da Família Indígena na TI Manguueirinha.....	76
TABELA 6:	Repasse de recursos do ICMS Ecológico aos Municípios da TI Manguueirinha (R\$).....	135
TABELA 7:	Redução da área base de cálculo do ICMS Ecológico da TI Manguueirinha.....	136

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	Relação entre dependência de atores exógenos e controle do desenvolvimento turístico.....	46
FIGURA 2:	Localização da TI Manguueirinha.....	73
FIGURA 3:	Mosaico da Cobertura Vegetal da Região da TI Manguueirinha, 2000.....	75
FIGURA 4:	Casa Familiar Indígena Guarani e Caingangue.....	77
FIGURA 5:	Contraste entre a arquitetura das casas da aldeia.....	77
FIGURA 6:	Totens nas fronteiras da TI Manguueirinha.....	84
FIGURA 7:	Centro de Cultura Indígena Caingangue.....	85
FIGURA 8:	Artesanato produzidos pelos indígenas.....	86
FIGURA 9:	Localização da TI Manguueirinha em relação às UCs do Bioma Floresta de Araucárias.....	104
FIGURA 10:	Flagrante do aprisionamento e venda ilegal de animais silvestres.....	108
FIGURA 11:	Vista de uma composição de mata preta na BR-373, trevo de acesso a Chopinzinho.....	111
FIGURA 12:	Imagem do tronco do Pinheiro Grosso.....	116
FIGURA 13:	Mosaico de pequenas espécies da TI Manguueirinha.....	117
FIGURA 14:	Cachoeira do rio Jacutinga.....	118
FIGURA 15:	Cachoeira no caminho do pinhal preto.....	119
FIGURA 16:	Cachoeira do Rio Lageado Grande dos Índios.....	120
FIGURA 17:	Mosaico de imagens do Rio Iguaçu, TI Manguueirinha.....	121

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I: O CAMINHO DO OLHAR.....	16
1.2 SITUANDO A PESQUISA.....	16
1.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	20
CAPÍTULO II: INTERFACES COMPLEXAS DO ECOTURISMO EM TERRAS INDÍGENAS: O ECOTURISMO EM ANÁLISE.....	29
2.1 O ECOTURISMO.....	29
2.2 O ECOTURISMO EM ANÁLISE.....	37
2.3 ECOTURISMO EM TERRAS INDÍGENAS: ELEMENTOS PARA O DEBATE.....	47
CAPÍTULO III: A TERRA INDÍGENA MANGUEIRINHA, PR: NA TRILHA DO ECOTURISMO.....	61
3.1 CONHECENDO A <i>TRILHA</i> A PERCORRER.....	61
3.1.1 Aspectos históricos da ocupação Guarani e Caingangue no Paraná: um breve relato.....	62
3.1.2 Conjuntura da TI Mangueirinha: da demarcação da área aos dias atuais...	69
3.2 PELAS TRILHAS DA TI DE MANGUEIRINHA: PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES PARA O ECOTURISMO.....	79
3.2.1 O encontro de culturas entre visitados e visitantes.....	79
3.2.1.1 <i>Os visitados: uma cultura dinâmica</i>	82
3.2.1.2 <i>Visitados e visitantes: encontros interculturais e multiculturais</i>	91
3.2.2 Experiências entre sujeitos do ecoturismo e a natureza.....	101
3.2.2.1 <i>Visitados e a natureza: a cultura ecológica</i>	102
3.2.2.2 <i>A natureza e os visitantes: encontro surpreendente</i>	112
3.2.3 Impacto das atividades.....	122
3.2.3.1 <i>Preocupação com a cultura: um mito cristalizado</i>	123
3.2.4 Educação dos visitantes sobre o ambiente.....	127
3.2.4.1 <i>Ecoturismo e visitantes: um esboço de educação ambiental e cultural</i> . ..	128
3.2.5 Recursos para conservação da natureza.....	133
3.2.5.1 <i>ICMS Ecológico versus agricultura</i>	136
3.2.6 Promoção da economia local.....	139
3.2.6.1 <i>Ecoturismo como alternativa de renda</i>	141
3.2.7 Fortalecimento político na base.....	145
3.2.7.1 <i>Envolvimento da comunidade local</i>	146
3.2.7.2 <i>Atores e lideranças: apoio, entrave, passividade</i>	149
CAPÍTULO IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS.....	162

APÊNDICES.....	172
APÊNDICE A: Questionário de Pesquisa – Representante da Secretaria Estadual de Turismo, PR.....	173
APÊNDICE B: Entrevista Semi-estruturada para os Prefeitos.....	174
APÊNDICE C: Entrevista Semi-estruturada para o Cacique e para o Chefe do Posto Indígena da FUNAI.....	175
APÊNDICE D: Mapa turístico da TI Mangueirinha.....	177
APÊNDICE E: Quadro de áreas decretadas UCs do bioma das araucárias.....	178

RESUMO

Este estudo, aqui denominado de caminhada, tem por objetivo discutir as (im)possibilidades do ecoturismo como alternativa sustentável de valorização do patrimônio cultural e natural dos povos da Terra Indígena Manguairinha, PR. O espaço de pesquisa está localizado entre três Municípios do Sudoeste do Paraná, Chopinzinho, Manguairinha e Coronel Vivida. O recorte temporal concentrou o olhar sobre as práticas de visitação ocorridas no espaço até o ano de 2006. Nesta investigação social o pesquisador seguiu os procedimentos da pesquisa qualitativa valendo-se de um enfoque interdisciplinar. Ao longo do caminho, utilizou da entrevista semi-estruturada realizada com lideranças e técnicos de influência na Terra Indígena. Em um segundo momento, recorreu à pesquisa participante para manter contato com os sujeitos do espaço visitado. Os pontos de des(re)encontro entre os discursos dos sujeitos e os fundamentos teóricos relacionados ao estudo foram registrados e interpretados por meio dos métodos de análise de conteúdo, elegendo-se categorias teóricas de análise segundo Honey (1999) e também categorias surgidas do discurso dos entrevistados. Ao final da caminhada, o pesquisador percebeu que o espaço visitado possui elementos sócio-ambientais significativos para o desenvolvimento do ecoturismo, sendo que visitantes e visitados reconhecem o significado e a atratividade sócio-ambiental do espaço e formas de geração de recursos por meio da conservação da área. Os visitados apreciam as visitas como forma de promoção da interculturalidade e como alternativa de renda e incremento das práticas econômicas associadas ao turismo a exemplo da venda do artesanato, ao passo que os visitantes ainda apresentam um conceito cristalizado

sobre cultura. As impossibilidades ficam por conta da alta dependência de ferramentas e atores externos à atual configuração da comunidade para promover a atividade em escala de mercado, bem como à falta de autonomia dos povos indígenas para decidirem sobre o seu futuro.

Palavras-chave: Ecoturismo. Cultura. Meio Ambiente. Indígena.

INTRODUÇÃO

Muitas sociedades carecem de estudos urgentes haja vista sua fragilidade frente às rápidas transformações sócio-econômicas que vêm ocorrendo. Nesse contexto, ainda no século XXI, as comunidades indígenas enfrentam em suas Terras Indígenas¹ (TIs) uma série de desafios para garantirem a continuidade histórica de sua identidade e de seu patrimônio.

Dentre as possíveis alternativas para tais sociedades o desenvolvimento sustentável por meio do turismo começa a tomar a cena em algumas TIs, especialmente os segmentos que promovem a cultura e o meio ambiente, como o ecoturismo. A cultura e o etnoconhecimento do indígena em interação com a área natural protegida onde habita configuram um espaço imaginário de curiosidade que atrai visitantes.

Esta atividade, no entanto, muitas vezes é desenvolvida sem preconizar um planejamento processual capaz de minimizar impactos negativos e potencializar os benefícios prometidos em seu conceito. Ao mesmo tempo, as condições legais que envolvem a temática indígena muitas vezes não são observadas, ou são ignoradas por serem consideradas obsoletas e não acompanharem as necessidades dos indígenas.

¹ Terras Indígenas (TI) é a expressão utilizada no Estatuto do Índio para as áreas destinadas ao povo indígena brasileiro. Dividem-se em quatro categorias: Reserva Indígena, Parque Indígena, Colônia Agrícola Indígena e Parque Territorial Indígena (Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973). Na Constituição Federal, no parágrafo 1º. do Art. 231, a expressão é usada para designar a porção de área demarcada para ocupação de uma determinada comunidade indígena, em caráter permanente, como forma de garantir os meios necessários para a sua existência. O termo 'Terra', talvez, não seja o mais apropriado, uma vez que fazem parte desta área também, os rios, reservas de floresta, animais entre outros elementos do patrimônio indígena que também compõem a área. De qualquer modo, será utilizado aqui o termo citado na Carta Magna ao se referir às áreas indígenas para evitar-se confusões.

A *trilha* desta caminhada, a Terra Indígena Manguueirinha, PR² está localizada nos Municípios de Chopinzinho, Manguueirinha e Coronel Vivida no Sudoeste do Estado do Paraná. Sendo considerada uma importante área protegida, engloba um dos maiores espaços contínuos da Floresta de Araucárias ainda existentes que se tem conhecimento cuja fauna e flora figuram entre aquelas ameaçadas de extinção.

O estudo envolve a pesquisa sobre os indígenas da TI Manguueirinha e seu patrimônio natural e cultural buscando a relação de tais variáveis com o ecoturismo. A atividade turística já foi desenvolvida no espaço ainda que em pequena escala e desprovida de um planejamento formal junto à comunidade. O recorte temporal escolhido para esta pesquisa observou a época de maior concentração das visitas até o ano de 2006.

Esta investigação demandou o olhar do pesquisador sobre o espaço de visita, o patrimônio natural e cultural da TI Manguueirinha, para o que se recorreu à pesquisa qualitativa utilizando-se de técnicas da pesquisa participante sob o olhar da complexidade. Foram também convidados a caminhar e contribuir com a temática por meio de entrevistas semi-estruturadas os técnicos e as lideranças ligados ao espaço. Do mesmo modo, buscou-se o apoio em autores que já haviam percorrido caminhos semelhantes os quais contribuíram na construção de uma mapa teórico a fim de facilitar a investigação do espaço de visita.

As informações coletadas foram processadas utilizando-se as técnicas de análise de conteúdo. O mapa teórico também foi de valia neste sentido, pois permitiu a organização do material em torno de categorias de análise. Buscou-se promover o

² Nesta pesquisa o texto se referirá à Terra Indígena Manguueirinha, PR como TI Manguueirinha.

diálogo entre as falas dos técnicos e lideranças, os autores e suas teorias e o olhar do observador na construção da dissertação.

O texto está organizado em quatro momentos. O Capítulo I – O Caminho do Olhar apresenta a temática da pesquisa bem como os aspectos metodológicos escolhidos para a investigação.

O Capítulo II – Interfaces Complexas do Ecoturismo em Terras Indígenas: O Ecoturismo em Análise constrói o mapa teórico para a investigação ao discutir os conceitos de ecoturismo, seus pontos de análise bem como a aproximação do conceito com a temática indígena.

O Capítulo III – A Terra Indígena Mangueirinha, PR: Na Trilha do Ecoturismo introduz o objeto da pesquisa e discute as (im)possibilidades encontradas naquele espaço para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas bem como a percepção das lideranças locais e demais entrevistados sobre o assunto.

Para concluir são apresentadas as Considerações Finais. É o momento de chegada ao final desta caminhada o qual aponta para os resultados alcançados com a investigação e os destinos que podem ser alcançados pela TI Mangueirinha.

CAPÍTULO I

O CAMINHO DO OLHAR

O Caminho do Olhar apresenta o contexto no qual foi realizada esta pesquisa e o modo como se procedeu à observação ao longo do percurso. Inicialmente, é apresentada a temática que envolve o ecoturismo e sua aproximação com a questão indígena, culminando na apresentação da proposta de investigação. Em seguida, o Capítulo demonstra os instrumentos e as formas utilizadas para o caminhar do pesquisador junto ao objeto de pesquisa, ou seja, a metodologia da pesquisa.

1.1 SITUANDO A PESQUISA

O turismo é responsável pela movimentação de milhares³ de pessoas anualmente ao redor do mundo. Apesar de não chegar a constituir uma ciência e de ser considerado por muitos cientistas como conjunto de meras atividades, outros tantos estudiosos apontam o turismo como uma forma de inserção das nações mais pobres na economia mundial, revelando seu caráter sócio-econômico.

A crescente demanda do turismo faz com que o mercado inove e ofereça destinos com motivações de viagem diversas. Dentre as mais recentes podem ser

³ De acordo com a Organização Mundial do Turismo (WTO), entre 1950 e 2000 a movimentação de turistas internacionais saltou de 25 para 699 milhões por ano, sendo que as projeções para o ano de 2010 são de aproximadamente 1 bilhão de turistas. (<http://www.world-tourist.org>)

citadas a busca pelo ambiente natural, o encontro com populações tradicionais e a busca pela aventura (KRIPPENDORF, 1989; BENI, 1998; BRUHNS, 2001), matérias-prima para o ecoturismo.

O ecoturismo representa uma importante alternativa para aquelas populações residentes em áreas onde o meio natural ainda se encontra em elevado grau de conservação. Este segmento recente do turismo promove atividades para os visitantes experienciarem o ambiente cultural e ambiental das populações locais. Em contrapartida, os visitantes trazem divisas para tais comunidades que vivem nessas áreas naturais ou no seu entorno o que contribui na promoção de uma nova consciência ecológica em tal comunidade e na diminuição da pressão sobre a biodiversidade.

Na América Latina quase todos os países que promovem e divulgam a indústria do turismo estão também, de alguma forma, promovendo o ecoturismo, haja vista a característica natural e sócio-cultural destas nações. Os resultados alcançados com essa “economia verde” conduzem países como a Costa Rica a terem o ecoturismo como primeiro item na balança de comércio exterior acima de setores como a produção agrícola. A atividade é apontada não apenas como mais viável economicamente como também causadora de menores impactos negativos à natureza (HONEY, 2003).

No Brasil, apenas mais recentemente passou-se a encontrar iniciativas concretas em atividades de ecoturismo, em sua grande maioria, desenvolvidas pela iniciativa privada. Também, em alguns casos, o poder público incentiva algumas atividades encampadas pelo ecoturismo em suas Unidades de Conservação (UC), como no caso dos Parques Nacionais e Estaduais, principalmente por meio de contratos com a iniciativa privada. Aliás, dentre as UCs onde se pode desenvolver

alguma espécie de atividade ecoturística, nem sempre se encontram as condições ideais para a visitação como infra-estrutura e pessoal capacitado o suficiente para atender a demanda dos visitantes.

Se o ecoturismo é ainda incipiente na nação brasileira, sua aproximação com a temática indígena é ainda mais restrita e, quase sempre, motivo de polêmica. A impressão dialética gerada ao se aproximarem as duas temáticas contribuiu para que o assunto não seja debatido em sua essência. Contudo, as TIs talvez sejam os espaços que mais detenham condições para o sucesso do desenvolvimento responsável e sustentável promovido pelo ecoturismo em função das boas condições em que se encontram seu patrimônio cultural e ambiental.

Sabe-se que nem todas as TIs apresentam uma condição ambiental equilibrada, haja vista as pressões causadas pela crescente demanda dos povos indígenas. Para se ter uma idéia, de acordo como o Instituto Socioambiental⁴ (ISA) algumas TIs encontram-se em estado tão avançado de dilapidação e possuem apenas dois hectares de área contando com uma população de algumas dezenas de indígenas, fato que se agrava nos Estados do Sul e Sudeste (ISA, 2006).

Esta realidade tem conduzido muitas comunidades indígenas, senão a maioria delas, a enfrentarem dificuldades para garantir a sua existência devido à escassez de recursos. Contribui para este quadro o crescimento populacional entre os indígenas nas TIs (que em geral não têm sido expandidas) as quais apresentam um limite natural de sustentabilidade. Tal pressão transforma recursos renováveis em não-renováveis e compromete o tradicional modo de vida indígena.

⁴ O ISA é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde 21 de setembro de 2001. Fundado em 22 de abril de 1994, o ISA incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) de Brasília, ambas organizações de atuação reconhecida nas questões dos direitos indígenas no Brasil. (Fonte: <http://www.socioambiental.org/inst/index.shtm>).

Na busca de suprir suas necessidades estes povos ingressam em um sistema de trocas díspares e desequilibradas com o não-indígena, pois não são conhecedores profundos de ferramentas de mercado que lhes permitam interagir em modo de igualdade (SCHADEN, 1969). O contraponto da necessidade econômica também se torna latente junto aos indígenas os quais, por não perceberem ou não encontrarem alternativas de sustentabilidade ou mesmo pelo desconhecimento ou inexistência de políticas públicas eficazes, acabam consumindo seu patrimônio. Assim, os recursos naturais acabam sendo o único elemento de negociação e não são poucos os relatos de vendas de animais silvestres, madeira e minérios de suas reservas.

Este contexto revela a problemática de que as comunidades indígenas enfrentam constantemente o desafio de garantirem a continuidade de sua identidade histórica sem esgotar a capacidade de renovação do meio ambiente onde habitam. Tal afirmativa é sustentada nas palavras de Brandão “[...] basta dizer que no ano de 1900 o número de grupos tribais no Brasil era de 230; entretanto, em 1957 era somente de 143. Em apenas 57 anos, portanto, desapareceram 87 grupos tribais” (BRANDÃO, 1986 a, p. 51).

Refletir sobre as (im)possibilidades e perspectivas do ecoturismo para o fenômeno em questão, especificamente no espaço da TI Manguueirinha, revelou-se um desafio e despertou o interesse por esta caminhada cujo intuito revela-se na seguinte inquietação: de que maneiras os indígenas da TI Manguueirinha podem alcançar a conservação de seu patrimônio natural e cultural e o desenvolvimento sustentável por meio do Ecoturismo?

A fim de responder a tal indagação buscou-se responder ao objetivo geral da pesquisa de desvelar o potencial do ecoturismo como uma alternativa para

promover a continuidade histórica da identidade e do patrimônio indígena na TI Manguueirinha. Assim, a investigação buscou dar conta dos seguintes objetivos específicos: apresentar o contexto das comunidades indígenas no espaço de pesquisa; apreender os elementos significativos da representação da TI Manguueirinha para indígenas e não-indígenas por meio das falas das lideranças envolvidas diretamente com o espaço; apontar o patrimônio natural e cultural existente no destino de visitação; levantar as atividades ecoturísticas passíveis de serem realizadas no local que possam promover o desenvolvimento sustentável.

1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Ao longo do caminho à busca de um método epistêmico para entender a gênese das sociedades várias trilhas foram abertas, algumas desbravadas no desconhecido, outras como seqüência das primeiras incursões. Têm-se propostas no campo da ideologia, do abstrato assim como aquelas que partem do concreto, do empírico, e dos dados como apresentados. Algumas propostas têm rigor formal quanto à lógica, outras, são propostas a partir de um total anarquismo quanto a esse rigor. Abordagens ora dedutivas, ora indutivas, às vezes repressoras, supressoras, ou complementares, admitindo por vezes os vários saberes, ou elegendo um único saber como o essencial. Às vezes, dialéticas, às vezes dialógicas.

Apesar das várias opções, construir o conhecimento implica a escolha de um (ou mais de um) método de pensamento ou de abordagem que defina a linha de construção de uma investigação. Esta linha deve estar amparada por instrumentos

de trabalho que viabilizem a coleta, análise e interpretação das informações necessárias, para o que também se deve estabelecer um método de procedimento. Deste modo, a presente investigação tem sua configuração metodológica em torno do Pensamento Complexo (MORIN, 2001) e da Pesquisa Qualitativa.

A escolha se deu em função da proximidade dos métodos com a temática proposta na presente pesquisa a qual envolve a análise de questões ligadas a cultura e natureza, multiculturalidade/interculturalidade e biodiversidade, patrimônio, além do turismo. A complexidade, apesar de não apresentar um corpo metodológico rígido, permite ao investigador empenhar-se em trabalhar estes conceitos estudados por ciências distintas, separadas, na tentativa de articulá-los. Para Val e Zolla,

Ao assim fazê-lo, estaremos em melhores condições para descrever e explicar estes fenômenos complexos e para propor elementos de políticas públicas, programas e projetos de conservação e desenvolvimento de bens naturais e culturais, estabelecimento de direitos e busca de modelos harmônicos de interculturalidade que propiciem o bem-estar, a democracia e a sustentabilidade.⁵ (VAL; ZOLLA, 2004, p. 33-34)

Na busca deste objetivo, no horizonte do pensamento epistêmico a complexidade⁶ desvela-se com uma proposta dialógica⁷ com o objetivo de “sensibilizar para as enormes carências do nosso pensamento e fazer compreender que um pensamento mutilador conduz necessariamente a ações mutiladoras” (MORIN, 2001, p. 22).

⁵ Do original, em Espanhol: *Al hacerlo así, estaremos en mejores condiciones para describir y explicar estos fenómenos complejos y para proponer elementos de políticas públicas, programas y proyectos de conservación y desarrollo de bienes naturales y culturales, establecimiento de derechos y búsqueda de modelos armónicos de interculturalidad que propicien el bienestar, la democracia y la sustentabilidad.* (VAL; ZOLLA, 2004, p. 33-34)

⁶ A palavra ‘complexo’ vem do original latino *complexus* que significa ‘aquilo que é tecido em conjunto’ (MORIN, 2000). A própria origem do termo remete esta teoria para a concepção de que os fenômenos devem ser entendidos com base em pensamentos complementares. No entanto, permite ainda abarcar idéias concorrentes e às vezes até antagônicas para o entendimento das estruturas e fenômenos sociais.

⁷ Para Morin (2000), o princípio dialógico precisa ser usado para criar uma nova ciência, diferente da cartesiana, pois possibilita reflexões sobre antagonismos, contradições e complementações em todas as esferas, sejam elas o indivíduo ou a sociedade, vistos cada um em sua complexidade e na complexidade do outro, fugindo dos reducionismos.

O questionamento de Morin é o que dá o arcabouço para o pensamento da complexidade: “como se conduzir num universo onde a ordem não é absoluta, ou a separabilidade é limitada, onde a lógica comporta buracos?”⁸ (MORIN, 2000, p. 201). Para Morin, uma nova maneira de se entender a ciência se faz necessária, diferente de Descartes⁹.

Neste sentido, pode-se inferir que o ecoturismo frente à temática indígena que se estudou precisa ser entendido na interconectividade dos vários saberes como o desenvolvimento sustentável, a ecologia, a etnologia, a educação, a administração, o lazer, a antropologia e a sociologia na busca de atingir uma ótica global ao invés de apenas um mero estudo reducionista e fragmentado das partes (KRIPPENDORF, 1989).

Para Japiassu este é chamado de método interdisciplinar em que o diálogo entre os saberes “[...] conduz a interações propriamente ditas, isto é, uma certa reciprocidade nos intercâmbios, de tal forma que, no final do processo interativo, cada disciplina saia enriquecida.” (JAPIASSU, 1976, p. 75).

Enquanto estes saberes contribuem na formação do todo, o todo volta a influenciar as partes (MORIN, 2001). Destarte, as relações de complexidade apontam para o fato de que a alteração em algum dos aspectos da vida dos indígenas pode trazer reflexos nos outros aspectos de sua identidade. Estas relações precisam ser entendidas para que se possa explicar em sua complexidade

⁸ Para responder à pergunta, deve-se recorrer a três teorias: da informação, da cibernética e dos sistemas. Tais teorias remetem para um princípio de organização que se contrapõe ao pensamento clássico da ciência, à ordem, à separabilidade e à lógica. Através da teoria da informação estar-se-ia admitindo a surpresa, o novo, não com simples intuito de ir contra a ordem, mas de admitir a existência de novo conhecimento. O fundamento na teoria dos sistemas permite pensar que o todo é mais do que a mera soma das partes, num princípio sinérgico que, aliado à teoria cibernética, permite perceber que este todo pode atuar novamente sobre as partes e redefini-las, o que releva a importância tanto do todo quanto das partes (MORIN, 2001).

⁹ Faz-se necessário entender a natureza das coisas enquanto organismos vivos, dinâmicos, que se auto-regulam, se renovam, que evoluem ao invés de simplesmente se adaptarem ou adaptarem a si todas as coisas. Precisa-se pensar em uma sociedade sustentável que suportará a sua existência e a de gerações futuras (CAPRA, 1982; O PONTO DE MUTAÇÃO, 1990).

o indivíduo e o espaço por ele ocupado. Sem isso, correr-se-ia o risco de prejudicar sua integridade pela supervalorização de um de seus aspectos ou pela deficiência de outro.

No processo de investigação o pensamento complexo admite a relação com a experiência (MUNHOZ, 2005)¹⁰ para o conhecimento da realidade. Segundo Morin “só existe objeto em relação a um sujeito (que observa, isola, define, pensa) e só há sujeito em relação a um meio objetivo (que lhe permite reconhecer-se, definir-se, pensar-se, etc., mas também existir)”¹¹ (MORIN, 2001, p. 61). Ainda, para Maffesoli, “a distância entre sujeito e objeto, o observador e a coisa observada, essa distância ou ‘separação’, que é a própria base da modernidade, se encontra totalmente abolida” (MAFFESOLI, 2001, p. 118). Ora, sendo estas afirmações verdadeiras, fica defendida a relação antropológica adotada nesta pesquisa social onde o investigador contribuiu para o conhecimento da sociedade indígena em questão ao passo que esta colaborou para a reconceituação do próprio investigador o qual não teve como assumir o papel de simples registrador de fatos.

Percebe-se no pensamento complexo um posicionamento de máxima objetividade absoluta possível na construção do conhecimento o que descarta a pretensão de objetividade¹² absoluta e de neutralidade uma vez que “a ação do investigador é uma escolha, uma aposta” (MORIN, 2001, p. 115). Portanto, o

¹⁰ Munhoz (2005) aponta que um método de abordagem demanda ser explicado em torno de quatro categorias: a relação com a experiência para o conhecimento da realidade, a relação de subjetividade e objetividade entre o investigador e a realidade a ser conhecida, a concepção de verdade para o método e relação com visões de mundo diversas.

¹¹ É na concepção da teoria de sistemas que pode ser percebida a relação entre o sujeito investigador e a realidade a ser conhecida para a complexidade. Segundo esta teoria Morin (2001, p. 58) afirma que “o sujeito e o mundo interagem e se desenvolvem, reconhecem-se como um sistema aberto de interações e revitalização”. Esta afirmação revela que tanto investigador quanto a realidade investigada são sistemas complexos e estão em constante interação. Assim, a realidade investigada sofre as influências pelo menos da reflexão do sujeito investigador. É a idéia de que “a parte está no todo e o todo está na parte” (MORIN, 2001, p. 108).

¹² Na complexidade defende-se uma posição de não neutralidade, o que é reforçado pela afirmação de que “a objetividade é um produto que diz respeito à subjetividade” (MORIN, 2001, p. 161)

conhecimento ora construído não é uma verdade absoluta em que pese o fato de que as escolhas são aleatórias e incertas¹³ feitas em função da própria complexidade do pesquisador: o que ele enxerga de mais objetivo possível.

Então, pode-se concluir que a objetividade apresentada na investigação deriva de um diálogo através da intersubjetividade o qual, na complexidade, propõe “distinguir idéias sem separar, associar sem identificar ou reduzir” (MORIN, 2001, p. 18).

O pensamento complexo representa uma alternativa para escapar do pensamento redutor que só vê os elementos e também do pensamento global que só vê o todo. Essa possibilidade trouxe benefícios a este campo de estudo em ciências sociais as quais, por muito tempo, acabaram recebendo das ciências naturais ou mesmo das ideologias o eixo principal para suas análises metodológicas.

Para este pensamento o mundo é um lugar complexo, de idéias complexas e, sem recorrer aos diversos modos de pensamento, estar-se-ia correndo o risco de assumir uma falsa razão sobre a realidade. Assim, para preparar o campo de diálogo entre as teorias, exige-se uma metodologia simultaneamente aberta, que integre as antigas, e específica, para descrever as unidades complexas¹⁴ (MORIN, 2001). Uma coisa é certa: faz-se necessário romper com a fragmentação que torna os saberes unidimensionais e partir à busca de um diálogo, encarando as nuances de sua complexidade.

¹³ Apesar de haverem aspectos subjetivos que determinaram os recortes investigativos, o pesquisador procurou usar constantemente a autocrítica e o autopolicimento para se evitar cair em reducionismos, estes sim, perigosos, uma vez que a construção do conhecimento opera por um processo de seleção e rejeição de dados que permeiam a consciência do investigador e governam sua visão de mundo (MORIN, 2001).

¹⁴ Assim, o paradigma da complexidade tem seu grande desafio na superação de outro paradigma, o da simplificação, o qual pode ser definido pelo exemplo da “separação das áreas do conhecimento, a física, a biologia, a ciência do homem o que leva à inteligência cega¹⁴” (MORIN, 2001, p. 13). Esta inteligência cega “destrói os conjuntos e as totalidades, isola todos os objetos daquilo que os envolve” (MORIN, 2001, p. 18). O resultado deste reducionismo é a resolução de um problema causando outro, numa falta de visão sistêmica ou do todo.

Delineada a abordagem de pensamento faz-se necessário apresentar a Pesquisa Qualitativa utilizada como método de procedimento principal da investigação.

A Pesquisa Qualitativa teve foco nas observações sobre os fenômenos e possibilitou uma análise mais ampla dos fatos ocorridos no local objeto da pesquisa (LAKATOS; MARKONI, 1999). Quanto aos objetivos, foi do tipo exploratória que, segundo Vergara, é a pesquisa a “ser realizada em local onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado” (VERGARA, 2004, p. 47) e que, segundo Gil, “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Neste caso, busca-se construir a hipótese de que o Ecoturismo pode ser uma alternativa sustentável para determinados casos de sociedades indígenas.

A primeira aproximação com o objeto de estudo se deu por meio de entrevistas semi-estruturadas (TRIVIÑOS, 1987) auxiliadas de um mini-gravador com lideranças e técnicos representativos dos interesses indígenas. O assunto dos formulários utilizados para as entrevistas (APÊNDICES A, B, C) visava descobrir a percepção dos sujeitos em relação à TI em seu aspecto político, econômico, sócio-cultural, ambiental e turístico bem como as interações entre os indígenas e não-indígenas, especialmente com os turistas. Foram entrevistados:

- o Técnico do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Administração Regional de Pato Branco, PR, em função das questões que envolvem o meio ambiente da TI;
- a Turismóloga da Secretaria de Estado do Turismo, PR (SETU), há 22 anos no órgão e responsável pelo planejamento turístico e políticas públicas do setor;
- o Cacique da TI Mangueirinha, eleito entre os indígenas como representante e governante das aldeias;

- o Chefe do Posto Indígena da FUNAI de Mangueirinha, como representante do órgão responsável pela política indigenista nacional com ligação direta à realidade da TI;
- o Prefeito do Município de Coronel Vivida, em seu segundo mandato não consecutivo, vereador em dois outros mandatos; o Prefeito de Chopinzinho, também em seu segundo mandato não consecutivo; e o Prefeito de Mangueirinha, em seu terceiro mandato sendo o segundo consecutivo, os quais representaram a voz dos Municípios onde a TI está localizada;

Num segundo momento, procedeu-se à pesquisa participante (BRANDÃO, 1986 b) onde o pesquisador deixou-se conduzir pelo Guia Indígena em meio aos caminhos da TI Mangueirinha. Esta experiência permitiu-lhe uma percepção maior da TI enquanto espaço de práticas ecoturísticas, bem como a identificação de aspectos que compõem o patrimônio cultural e ambiental do espaço visitado. Durante as caminhadas, a interação com o Guia Indígena permitiu captar informações por meio de uma entrevista não-estruturada sem gravador, cujo diálogo versou sobre as visitas de estudantes e turistas à TI e sobre os significados percebidos nas experiências turísticas ocorridas.

Não se percebeu dificuldade dos entrevistados frente ao gravador, talvez por serem figuras públicas já acostumadas ao registro de seu discurso. Estas entrevistas foram realizadas no local de trabalho de cada entrevistado, a não ser no caso do Cacique, do Guia Indígena e do Chefe do Posto Indígena, os quais foram abordados em seu local de residência.

Uma vez coletados, os dados foram submetidos ao método de análise de conteúdo (BARDIN, 1977; MINAYO, 1994) a qual compreende

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das

mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) desta mensagem. (BARDIN, 1977, p. 42)

Seguindo este método, as entrevistas foram organizadas inicialmente em uma tabela (ou grelha) onde as colunas representavam a fala dos entrevistados e as linhas representavam as categorias teóricas de análise para o ecoturismo segundo Honey (1999), conforme será apresentado no Capítulo seguinte. Os discursos foram então comparados à busca de sua proximidade ou distanciamento o que permitiu emergir também categorias de análise a partir das falas mais expressivas dos entrevistados sob o olhar do pesquisador. De tais discursos, por vezes, emergiram sub-categorias de análise. As falas mais expressivas foram apresentadas ao longo do texto onde se procurou promover o diálogo dos entrevistados com os autores referenciais e suas teorias (BARDIN, 1977; MINAYO, 1994).

O pesquisador também recorreu ao recurso de imagens fotográficas produzidas durante a visita ao espaço. Sabe-se que há fortes críticas ao uso de imagens como recurso em pesquisas sociais. Estas se referem ao fato de que, nas mãos de um investigador, a câmara “ênfatiza o papel do pesquisador como um membro exterior, ou dá a impressão que ele ou ela são espiões.” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 189) o que pode distanciar a relação do investigador com os sujeitos. Os mesmos autores apontam ainda o perigo de ocupar-se demais com a produção fotográfica e perder detalhes importantes na interação com os sujeitos ou perder a empatia com os mesmos.

Ainda que haja fortes críticas ao uso de imagens como recurso em pesquisas sociais optou-se pelo apoio desta ferramenta, pois em conjunção “com a pesquisa participante [...] é a maior parte das vezes utilizada como um meio de lembrar e estudar detalhes que poderiam ser descurados se uma imagem fotográfica

não estivesse disponível para os refletir.” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 189). Uma vez que o ecoturismo envolve o consumo de belezas cênicas as quais são utilizadas freqüentemente como forma de atrair ecoturistas justificou-se a apresentação de imagens ao longo do texto servindo mais como recurso de apoio à análise. Esta ferramenta foi utilizada principalmente em relação aos aspectos naturais da TI, pois muitas vezes a imagem que se faz de um texto não mostra tanto quanto o uso da imagem em si. Evitou-se, no entanto, o clique fotográfico nas pessoas por respeito ao uso de sua imagem.

Antes de apresentar os passos da caminhada faz-se necessário compreender que este objeto de pesquisa inclui sujeitos. Por isso, deve ser entendida sua natureza enquanto organismos vivos, dinâmicos, que se auto-regulam, se renovam, que evoluem e se transformam ao invés de simplesmente se adaptarem ou adaptarem a si todas as coisas. Precisa-se pensar em uma sociedade sustentável que suportará a sua existência e a de gerações futuras (CAPRA, 1982; O PONTO DE MUTAÇÃO, 1990), pois na teia da complexidade “o sujeito e o mundo interagem e se desenvolvem, reconhecem-se como um sistema aberto de interações e revitalização” (MORIN, 2001, p. 58).

CAPÍTULO II

INTERFACES COMPLEXAS DO ECOTURISMO EM TERRAS INDÍGENAS: O ECOTURISMO EM ANÁLISE

Esta sessão apresenta a fundamentação teórica que discute o Ecoturismo e seus conceitos centrais. Apresenta também uma construção teórica na busca de encontrar categorias teóricas de análise com o fim de facilitar a investigação junto ao objeto de pesquisa. O Capítulo culmina na aproximação do Ecoturismo com a temática das Terras Indígenas.

2.1 O ECOTURISMO

O homem, desde suas origens, apresentou necessidades que implicavam em deslocamentos. Os movimentos migratórios, a busca por alimento e até mesmo o instinto e a curiosidade em desbravar o até então 'horizonte desconhecido' eram interesses presentes ainda em tempos remotos. Em que se tenha notícias esse fenômeno do deslocamento desencadeou novas experiências, contribuindo para a formação das sociedades como hoje conhecidas, ou mesmo para a extinção e transformação de outras tantas.

Novas motivações, no entanto, surgiram para os deslocamentos de um número cada vez maior de pessoas e tal mobilidade, inerente ao ser humano, intensificou-se com o passar dos anos e constituiu elemento de estudo para o

Turismo ao qual foi inicialmente atribuído um caráter de atividade meramente econômica.

Com o passar do tempo, foi-se percebendo que as operações turísticas acarretavam outras implicações de âmbito social, cultural e ambiental e que não se poderia admitir apenas uma visão economicista sobre o fenômeno. Sejam quais forem as dimensões do turismo, a essência deste fenômeno pode residir num mundo projetado na ideologia de cada turista e centrado, sobretudo, na expectativa gerada por um 'ciclo de reconstituição' como ressalta Krippendorf:

[...] viajamos para recarregar as baterias, para reconstruir as forças físicas e mentais. Durante a escapada, consumimos o clima, a natureza e a paisagem, a cultura e os seres humanos das regiões visitadas, que transmutamos em 'espaços terapêuticos'. A seguir, voltamos para casa, mais ou menos em forma, para arrostar o cotidiano durante um certo tempo – até a próxima vez [...] o desejo de viajar logo e com mais frequência vai se agravando num perpétuo recomeço. Trabalhamos sobretudo para poder sair de férias, e temos necessidade de férias para poder retornar ao trabalho. (KRIPPENDORF, 1989, p. 18)

Para além do aspecto meramente econômico, este ciclo de reconstituição revela o aspecto psico-social do turismo e sua representação no imaginário das pessoas. Este fenômeno move grande parte de turistas ao redor do mundo sendo que, para muitos, a fuga do cotidiano está, então, incutida no desejo de viajar. Por mais que os motivos de viagem tenham migrado da tendência ao descanso e repouso até os anos 1970 para férias um pouco mais ativas e de consumo de imagens a partir daquela década, a “motivação principal permaneceu a mesma durante todos estes anos, ‘a higiene psíquica’, o repouso em um universo sentido como a contraparte do cotidiano.” (KRIPPENDORF, 1989, p. 50). Isso fez surgir expectativas sobre a existência de tantos mundos quanto o número de cotidianos que se possa imaginar.

Deste modo, as diversas motivações de viagem têm contribuído para que o turismo encontre segmentações relacionadas a diversas disciplinas. Assim, surgiram expressões como Turismo de Saúde, Turismo de Eventos, Turismo de Negócios, Turismo Histórico-cultural, Turismo Tecnológico e Científico, Turismo Gastronômico, Turismo em Estâncias Hidrominerais, Turismo Rural e Ecoturismo, apontados entre os principais.

Foco do presente estudo, o Ecoturismo é uma das mais recentes atividades do setor de viagens da atualidade e tem atraído milhares¹⁵ de pessoas para a sua prática. Os fatores que mais corroboraram para o surgimento e crescimento do Ecoturismo são: a ação migratória do homem – que deu origem ao desenvolvimento das cidades, à concentração das pessoas e conseqüentemente ao seu distanciamento do espaço não-urbano – e a alteração do modo de vida até então rural – gerando uma maior complexidade da vida nos centros urbanos (KRIPPENDORF, 1989; BENI, 1998; BRUHNS, 2001).

Aliando-se os conceitos de turismo e as novas motivações de contato com a natureza para conhecimento do meio ambiente e dos aspectos culturais de um destino surgiu o ecoturismo. “É com base na representação da natureza como paisagem, e como cenário para as ações humanas, que se institui o seu consumo pelo turismo” (SERRANO, 2001, p. 15). Para Western,

As raízes do Ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre. Os visitantes que há um século chegaram em massa aos parques nacionais de *Yellowstone* e *Yosemite* foram os primeiros ecoturistas. Os viajantes pioneiros que se embrenharam pelo *Serengeti* há cinquenta anos e os aventureiros caminhantes do *Himalaia* que acamparam no *Annapurna* 25 anos mais tarde eram tão ecoturistas quanto os milhares que hoje fotografam os pingüins da Antártida, acompanham a migração em grupo de

¹⁵ Segundo um *press release* da Organização Mundial do Turismo (WTO, <http://www.world-tourist.org>) em Junho de 2004, o ecoturismo crescia globalmente três vezes mais do que a indústria do turismo como um todo. Se a média global de crescimento do turismo tem oscilado entre 5 e 7% pode-se supor que o ecoturismo apresente taxa de crescimento entre 15 e 20% anualmente. (TIES, 2005)

Belize ou dormem nas habitações comunitárias dos nativos de Bornéu.
(WESTERN, 2002, p. 15)

Mesmo que o movimento em busca dos espaços naturais tenha começado em meados do século XX o termo ecoturismo só veio a ser utilizado na década de 1980 para se referir ao turismo praticado junto ao meio ambiente. Embora já seja amplamente aceita a contribuição do ecoturismo para o desenvolvimento sustentável por meio da conservação da natureza e da cultura local existe certa dificuldade de se mensurar o impacto econômico desta atividade (HONEY, 1999). Parte desta dificuldade provém da falta de consenso das definições oferecidas pelos especialistas, sem falar no entrelace dos conceitos de ecoturismo com turismo de natureza ou em áreas naturais, turismo na vida selvagem e turismo de aventura.

Como forma de conceituar, sem diminuir, o turismo de natureza é entendido como viagem a áreas naturais tidas como intocadas para conhecer o meio ambiente e “geralmente envolve formas seguras e moderadas de exercício como caminhadas, ciclismo, barco à vela e campismo”¹⁶ (HONEY, 1999, p. 6). Já o turismo de aventura difere do turismo de natureza por demandar habilidades mais específicas do turista para atividades de risco junto à natureza, como escalada e atividades verticais em geral com o uso de cordas, montanhismo, *mountain-biking*, mergulho em profundidade, *rafting*¹⁷, canoagem. Em relação ao turismo de vida selvagem percebe-se que o turista está motivado a observar a fauna e seu comportamento no seu habitat natural.

Em geral, o que estas atividades têm em comum são a atividade recreacional dos turistas e o espaço de realização de tais atividades: o meio

¹⁶ No original em inglês: “usually involves moderate and safe forms of exercise such as hiking, biking, sailing, and camping”

¹⁷ *Raft*, do inglês, balsa ou jangada. *Rafting* é considerada uma atividade recreacional onde se realiza a descida de rios geralmente com corredeiras em botes infláveis (JÁNER; MOURÃO, 2003).

ambiente. Já o ecoturismo, além de envolver muitas das atividades do turismo de natureza, de vida selvagem e de aventura, promove também benefícios para a conservação do meio ambiente e para a população local onde é praticado (HONEY, 1999).

O ecoturismo aponta para questões que vão além da produção e consumo de espaços turísticos, pois acrescenta premissas que demandam um planejamento sustentado e participativo para atingir os seus fins, sem permitir o esgotamento do patrimônio natural e cultural do destino. Dentre as preocupações que motivaram tal definição se encontra o fato de que o turismo de massa, por mais que represente uma indústria 'limpa', traz benefícios econômicos marginais enquanto que os custos sociais e ambientais são elevados (HONEY, 1999), diferentemente do ecoturismo. Em tempo, deve-se lembrar que “mesmo o turismo de massas não é uma atividade condenável por si só, o que ocorre é seu mau gerenciamento. O turismo de massas, assim como o ecoturismo, [...] devem buscar a sustentabilidade.” (DIAS, 2003, p. 106).

Na tentativa de definir o escopo conceitual do termo ecoturismo, em 1990, a organização *The International Ecotourism Society* (TIES)¹⁸ formalizou um dos primeiros conceitos que se teve notícia. Assim, definiu que o ecoturismo compreende aquela “viagem responsável para áreas naturais que conserva o meio ambiente e promove o bem-estar da população local”¹⁹ (TIES, 2006).

No Brasil, o documento que traz as primeiras discussões sobre o assunto recebeu o nome de “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” e foi elaborado em 1994 pelo Grupo Técnico Interministerial do então Ministério da

¹⁸ A Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES) é uma organização internacional que conta com profissionais de diversas atividades ligadas ao ecoturismo em mais de 70 países.

¹⁹ Do original, em inglês: “*Responsible travel to natural areas that conserves the environment and improves the well-being of local people*”.

Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). Este documento conceituou o ecoturismo como um

[...] segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. (BRASIL. MICT; MMA, 1994, p. 19)

Mais recentemente, entre os meses de junho e novembro de 2004, o Grupo Técnico Temático de Ecoturismo, organizado pelo recém criado Ministério do Turismo (MTUR) e pelo MMA, organizou cinco oficinas pelas grandes regiões brasileiras denominadas 'Diálogos para as Diretrizes de Ecoturismo' (MMA; MTUR, 2004). O intuito foi o de atualizar a primeira versão do documento de 1994 e adequar tais diretrizes ao atual estágio de desenvolvimento do ecoturismo no Brasil. Na oportunidade de revisão do documento optou-se por manter a íntegra do conceito estabelecido em 1994 em função de sua clareza, objetividade e exequibilidade. As oficinas²⁰ contaram com 206 participantes de todas as regiões do país, dentre eles, integrantes do governo, profissionais das Instituições de Ensino Superior, profissionais da iniciativa privada na área de turismo e ecoturismo e integrantes da comunidade em geral.

As nove diretrizes constantes do documento de 1994 foram, então, reagrupadas em sete categorias. Também foi acrescentada uma nova diretriz, que não constava do documento anterior, resultando em oito diretrizes (TABELA 1). O documento também prevê uma diretriz específica para o ecoturismo em Unidades de Conservação (UC), haja vista a criação do Sistema Nacional de Unidades de

²⁰ O pesquisador integrou a Oficina realizada na Região Sul, em Canela, RS.

Conservação (SNUC) no ano de 2000, prevendo a visitação em muitas categorias de UCs. Tal diretriz observa as demais diretrizes gerais sem, no entanto, excluí-las.

TABELA 1: Comparativo das Diretrizes de Ecoturismo: 1994 – 2004

Diretrizes em 1994	Diretrizes em 2004
1 ^a . Regulamentação do Ecoturismo	1 ^a . Estratégia, Ordenamento, Regulamentação e Monitoração
2 ^a . Controle e Qualidade do Produto turístico	
3 ^a . Gerenciamento de Informações	2 ^a . Informação e Comunicação
4 ^a . Conscientização e informação do turista	
5 ^a . Fortalecimento e interação interinstitucional	3 ^a . Articulação
6 ^a . Participação comunitária	4 ^a . Envolvimento da Comunidade
7 ^a . Formação e capacitação de recursos humanos	5 ^a . Capacitação
8 ^a . Incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo	6 ^a . Incentivo e Financiamento
9 ^a . Infra-estrutura	7 ^a . Infra-estrutura
– sem equivalente –	8 ^a . Promoção e Comercialização
– sem equivalente –	Unidades de Conservação

Fonte: Relatório final das oficinas “Diálogos para as diretrizes de Ecoturismo” – Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Versão preliminar. Brasília: MMA; MTUR, 2004.

As discussões em torno do ecoturismo em âmbito nacional e internacional sugerem um consenso conceitual que apresenta este segmento do turismo como uma atividade sustentável, indo além dos objetivos da visitação às áreas naturais. O consenso abrange em seu escopo a preocupação com a valorização da cultura do local visitado e a conservação do meio ambiente, pois são intrínsecas, gerando benefícios para a comunidade envolvida no destino ao mesmo tempo em que trazem ao visitante a oportunidade de pensar sobre seu comportamento em seu local de origem através da interpretação e educação ambiental.

Deve-se ressaltar que, “quando o tema é natureza, é sempre útil ter em mente que ela é uma invenção humana, produzida pela cultura” (SERRANO, 2001, p. 15). Val e Zolla apontam também que ambos os conceitos, natureza e cultura, fazem parte de uma pluralidade maior – biodiversidade e multiculturalidade, respectivamente – cuja associação²¹ opera “sobre a crise do saber que estabelecia

²¹ Para Val e Zolla (2004, p. 27) as teorias que estudaram a Natureza e a Cultural deixaram uma brecha entre os dois conceitos, como dois campos separados: o do reino natural e o do reino cultural, com legalidades próprias. Por isso, fala-se mais de uma associação entre os campos do que uma integração neste sentido.

uma divisão taxativa, essencial e fundamentalista, entre Natureza e Cultura.”²² (VAL; ZOLLA, 2004, p. 27). Por isso, questiona-se: afinal, o que é natural para o homem? Por que uma bela floresta, um rio que termina em uma cachoeira e espaços intocados e exóticos são mais naturais do que a casa onde se mora, a rua por onde se passa diariamente e o local onde se trabalha? Não é natural para o homem a modificação de seu meio? Ou melhor, não é isso também um de seus aspectos culturais? O humano é assim! Essa é uma das facetas que o caracteriza como humano! A interface percebida pelo homem para com o meio ambiente é diferente daquela interface necessária ao não-humano.

Não se tem a pretensão em dar conta de encontrar explicações para essa problemática, pois se estaria fugindo do foco de estudo. Apenas se quer facilitar a compreensão dos conceitos apresentados, utilizando-se o termo natural, nesta pesquisa, como referência aos aspectos relativos ao meio ambiente, e cultural àqueles aspectos que fazem parte dos hábitos e costumes de uma sociedade, ainda que aspectos de meio ambiente, quer sejam originais ou modificados pelo homem.

Outra questão para a qual se deve atentar a fim de evitar um entendimento reducionista são os conceitos de ‘conservação’ e de ‘preservação’. Em relação à natureza, o termo ‘conservação’ abarca uma idéia de uso sustentado que promove o aproveitamento do meio ambiente de modo racional sem prejuízo para as atividades humanas ou de outras espécies. A palavra ‘conservação’ passou a ser ouvida em detrimento do termo ‘preservação’ o qual vinha sendo empregado por alguns segmentos com o intuito de transformar o conceito de natureza como um espaço do qual o homem não pertence – o espaço do bicho! – numa tentativa de evitar a extinção de espécies e ecossistemas.

²² Do original, em Espanhol: “sobre la crisis del saber que establecía una división tajante, esencial y fundante, entre Naturaleza y Cultura.” (VAL; ZOLLA, 2004, p. 27).

Essa conceituação contribuiu para distanciar o homem e o meio ambiente (MILANO, 1993), pois geralmente se tem medo do que não se conhece. A consequência do medo e da ignorância é o repúdio, o uso não consciente e o esgotamento, efeito contrário do que a 'preservação' se propunha. No entanto, em que pese o fato de que muitas espécies e ecossistemas estão se extinguindo, as sociedades deveriam raciocinar quais os elementos do meio ambiente deveriam 'preservar' a todo custo antes que, após seu esgotamento, não se tenha mais a oportunidade para 'conservar'.

A questão da cultura, presente no conceito e no espaço do ecoturismo, também pode ser pensada em termos de preservação ou de conservação. Afinal, onde estão as regras que dizem que uma cultura tem que ser preservada, cristalizada, perpetuada? Não seria sua conservação uma saída melhor? Ou, antes que a cultura, como no caso dos indígenas, se esgote pelo distanciamento e falta de conhecimento que dela se tem, não deveriam as sociedades raciocinarem a seu respeito e terem a oportunidade de escolher os aspectos culturais que irão, ou não, viver?

2.2 O ECOTURISMO EM ANÁLISE

Uma vez apresentados os conceitos subjacentes ao ecoturismo faz-se necessário discutir elementos que permitem analisar o ecoturismo em um destino ou em um processo de planejamento. Inicialmente, deve-se lembrar que o ecoturismo é uma atividade cujas bases estão fundamentadas no conceito de turismo sustentável

o qual visa o desenvolvimento econômico sem comprometer a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

Estas são premissas importantes encampadas na definição trazida pela Organização Mundial do Turismo (WTO)²³ elaborada com base no Relatório Brundtland. Deste modo, definiu-se que o

Turismo sustentável supre as necessidades de turistas atuais e regiões anfitriãs enquanto protege e aumenta esta oportunidade para o futuro. É visto como conducente ao gerenciamento de todos os recursos de modo tal que necessidades econômicas, sociais e estéticas podem ser preenchidas enquanto mantêm a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida. Produtos do turismo sustentável são aqueles que são operados em harmonia com o ambiente local, comunidade, e culturas, de modos que estes se tornem os beneficiários permanentes e não as vítimas do desenvolvimento turístico.²⁴ (WTO, 1993, p. 22)

Neste conceito, percebe-se a preocupação com a garantia de que os destinos turísticos serão revalorizados em sua identidade, permitindo a existência histórica duradoura de seu povo e de sua natureza. Assim, pensar em ecoturismo implica pensar em desenvolvimento sustentável e repensar a política e as estruturas de poder que definem o que é desenvolvimento e o que é bem-estar social. O informe amplia o conceito de turismo sustentável afirmando que a responsabilidade por seu desenvolvimento não é apenas da administração pública, mas também da iniciativa privada e das comunidades receptoras os quais devem também cooperar com o processo (WTO, 1993).

²³ A World Travel Organization (WTO) é uma entidade internacional criada como corpo intergovernamental dentro das Nações Unidas com sede em Madri para a promoção e desenvolvimento do turismo. Até 2006, contava com 150 países afiliados e mais de 300 membros dos diversos setores públicos e privados num fórum que discute temas globais do ramo de viagens.

²⁴ Do original, em inglês: *"Sustainable tourism meets the needs of present tourists and host regions while protecting and enhancing opportunity for the future. It is envisaged as leading to management of all resources in such a way that economic, social, and aesthetic needs can be fulfilled while maintaining cultural integrity, essential ecological processes, biological diversity, and life support systems. Sustainable tourism products are those which are operated in harmony with the local environment, community, and cultures, so that these become the permanent beneficiaries and not the victims of tourism development."*

Os principais aspectos positivos do ecoturismo no que tange ao turismo sustentável são:

- Traz benefícios econômicos para a população local e pode ser fonte de renda para projetos de preservação;
- Tende a se dar numa escala muito pequena e cuidadosamente gerenciada;
- Envolve turistas bastante conscientes dos riscos potenciais do turismo e que, na pior das hipóteses, devem se comportar de forma mais sensível do que outros turistas;
- Aumenta a conscientização dos problemas inerentes ao turismo devido à sua experiência em primeira mão com as questões relativas à sustentabilidade. Esses turistas poderão se envolver ativamente em campanhas [pró sustentabilidade] ao voltar para casa (SWARBROOKE, 2000c, pp. 58-59)

Para que se alcance a sustentabilidade por meio do ecoturismo faz-se necessário uma nova ética na forma de apresentar os destinos para o mercado consumidor descartando, então, o turismo de massa, invasor, exploratório e destrutivo, consumidor da essência do lugar.

Cientes desta necessidade, os países do mundo reuniram-se durante a Cúpula de Especialistas em Ecoturismo²⁵ em Quebec, Canadá, em 2002, considerado o Ano Internacional do Ecoturismo. Durante o evento as Nações Unidas, por meio de seu Programa de Meio Ambiente (UNEP), e a WTO aprovaram a Declaração de Ecoturismo de Québec, conhecida também como Carta de Québec. A declaração é fruto de uma série de 18 reuniões preparatórias que envolveram mais de três mil representantes de governos nacionais e locais, técnicos de turismo e meio ambiente, agências de turismo, organizações não-governamentais (ONG), empresas de consultoria, universidades, comunidades locais e indígenas.

Na oportunidade, “ênfaticou-se que o turismo deve ser mundialmente visto como prioridade por sua potencial contribuição para a erradicação da pobreza e

²⁵ O World Ecotourism Summit/Sommet Mondial de l'Écotourisme reuniu mais de mil integrantes do setor público e privado e de ONGs de mais de 132 países para “registrar uma agenda preliminar e estabelecer uma série de recomendações para o crescimento das atividades do ecoturismo implementadas sob o contexto do desenvolvimento sustentável”.

conservação dos ecossistemas ameaçados.” (UNEP; WTO, 2002, p. 1) e apontou uma série de recomendações para segmentos específicos da sociedade.

Em síntese, sem pretender minimizar o conteúdo do referido documento, sugeriu-se que os governos nacionais, regionais e locais assumissem o papel da formulação de estratégias e políticas para o desenvolvimento do ecoturismo, utilizando mecanismos de execução, controle e monitoramento das atividades, promovendo, sobretudo, a iniciativa privada de pequeno/médio porte e as associações locais por meio de instrumentos de fomento e da educação a respeito do meio ambiente e do turismo.

Ao setor privado, a carta sugere a adoção de práticas sustentáveis na operação do ecoturismo que garantam não apenas o uso atual dos destinos, mas também a garantia de sua continuidade histórica. A iniciativa privada também precisa assumir a tarefa de promover a educação ambiental entre seus colaboradores e clientes, os ecoturistas, e dar ouvidos às comunidades locais, respeitando o seu interesse. Um pensamento complexo de ganho para todos os atores envolvidos também foi preconizado, ressaltando a importância da minimização dos impactos negativos da atividade em esferas diversas.

Às ONGs, associações de base comunitária e instituições de pesquisa, coube o papel de cooperação e apoio técnico na elaboração de programas de ordens diversas para a promoção da conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável dos destinos e suas comunidades.

Às instituições internacionais de financiamento e agências de assistência ao desenvolvimento recomendou-se o planejamento, adoção e monitoração de políticas nacionais e locais de desenvolvimento do ecoturismo, promovendo a

capacitação dos agentes do destino, transferindo-lhes o conhecimento e os recursos necessários para o crescimento sustentável.

Em relação às comunidades locais e indígenas, o documento sugere

como parte de uma visão de desenvolvimento para a comunidade, definir e implementar estratégias para um aumento de benefícios para a localidade, incluindo o acesso à informação, o desenvolvimento humano, físico, financeiro e social, que venham com o crescimento da prática do ecoturismo; e fortalecer, estimular e encorajar a habilidade da comunidade em manter e utilizar conhecimentos tradicionais que sejam relevantes para a atividade do ecoturismo, como o artesanato, a agricultura, o folclore, a culinária e demais atividades que utilizam os recursos locais de forma sustentável. (UNEP; WTO, 2002, p. 06)

Complementa salientando que tais comunidades são também responsáveis pela promoção de produtos/serviços turísticos de qualidade, rentáveis aos seus atores envolvidos e em compatibilidade com o nível de sustentabilidade esperado pelo consumidor; pela educação de seus filhos sobre a importância do meio ambiente e da cultura, em caso de povos indígenas; pelo estudo dos impactos ambientais e culturais em sua comunidade; pela destinação de parte dos recursos financeiros advindos da atividade de ecoturismo para o processo de educação e capacitação das comunidades locais e indígenas a fim de que participem do desenvolvimento do ecoturismo.

Finalmente, a Carta sugeriu que a Conferência de Desenvolvimento Sustentável realizada em Johannesburgo, África do Sul em setembro de 2002 (Rio+10) reconhecesse o papel do ecoturismo na geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais, quando este é aplicado de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Percebe-se que o desenvolvimento sustentável impregnado nas diretrizes da Carta de Quebec é conceito indispensável para garantir a atividade do ecoturismo. De acordo com Mitraud,

A sustentabilidade se refere primordialmente à conservação do ambiente natural como pré-requisito para a manutenção do Ecoturismo a longo prazo [...]. A educação do visitante para o respeito às culturas e tradições, ao uso das terras e aos sítios históricos, artísticos e arqueológicos deve também ser condição necessária para o Ecoturismo. O desenvolvimento socioeconômico sustentável de uma região deve ser o objetivo maior do Ecoturismo e deve ser alcançado quando há envolvimento das comunidades anfitriãs e a preocupação premente em gerar benefícios locais. E isso somente será atingido se houver investimentos na capacidade da comunidade em se preparar para recebê-lo. (MITRAUD, 2003, p. 13)

Por meio da sustentabilidade é que o ecoturismo poderia estar satisfazendo as necessidades presentes de viajantes, viajados e do espaço visitado sem comprometer a possibilidade de satisfação das gerações futuras destes mesmos sujeitos.

Como forma de facilitar a investigação de um espaço que promove ou queira promover o ecoturismo faz-se necessário identificar elementos de análise que sirvam de parâmetro. Neste sentido, uma das definições que mais vem sendo utilizada é a de Honey (1999), pois ao mesmo tempo abarca as preocupações já discutidas enquanto as sintetiza de forma prática em sete categorias de análise. Segundo a autora,

Ecoturismo é a viagem para áreas frágeis, conservadas e geralmente protegidas que se empenha em ser de baixo impacto e (geralmente) em pequena escala. Ajuda a educar o viajante, proporciona recursos para a conservação, beneficia diretamente o desenvolvimento econômico e o fortalecimento político das comunidades locais, e estimula o respeito por diferentes culturas e pelos direitos humanos.²⁶ (HONEY, 1999, p. 22)

No primeiro elemento de análise, “viagem para áreas frágeis, conservadas e geralmente protegidas”, a referida autora deixa implícito que o ecoturismo é uma atividade e que envolve relações entre sujeitos. É possível inferir que tais sujeitos incluam os ecoturistas e a comunidade local e sua interação com o meio ambiente,

²⁶ Do original, em inglês: “*Ecotourism is travel to fragile, pristine and usually protected areas that strives to be low impact and (usually) small scale. It helps educate the traveler, provides funds for conservation, directly benefits the economic development and political empowerment of local communities, and fosters respect for different cultures and for human rights.*”

os quais devem ser objetos da análise para o planejamento ou desenvolvimento do ecoturismo. Implica descobrir quais os elementos do meio ambiente no espaço da comunidade local são atrativos para os ecoturistas.

Em um segundo momento, a análise passa a avaliar se esta atividade turística “se empenha em ser de baixo impacto e (geralmente) em pequena escala”. No caso de sociedades que se encontram em reservas naturais, o ecoturismo permite o desenvolvimento com baixo nível de degradação e esgotamento dos recursos. É uma modalidade de turismo “menos espoliativo das culturas e da natureza locais do que as formas ‘tradicionais’ de turismo” (SWARBROOKE, 2000c, p. 56).

A análise segue para avaliar se o ecoturismo “ajuda a educar o viajante” (HONEY, 1999). Neste sentido, entende-se que a visita do ecoturista no espaço do destino oportuniza a reflexão sobre hábitos de consumo e a transformação de seu comportamento quanto ao uso de recursos por meio de técnicas de interpretação e educação ambiental (RUSCHMANN, 1997).

Faz-se esta expectativa sobre a educação ambiental uma vez que o significado do meio ambiente é apreendido *in situ* e o visitante pode ser confrontado sobre os conceitos de natureza e sobre suas práticas em relação a ela de uma forma mais direta do que se faria em uma sala de aula tradicional.

Em seguida, o conceito assume que o ecoturismo “proporciona recursos para a conservação” da natureza (HONEY, 1999). Além daqueles apontados pela educação ambiental, estes recursos são da ordem financeira, advindos de parte das receitas com ingressos e também do marketing ‘verde’ que atrai investidores e patrocinadores.

O ecoturismo também “beneficia diretamente o desenvolvimento econômico [...] da comunidade local” (HONEY, 1999), uma vez que as atividades oferecidas para os ecoturistas geram renda no destino por meio de serviços tipicamente turísticos ou potencializam a comercialização de produtos e serviços associados ao turismo, tais como o artesanato e a gastronomia. A ênfase se dá “no emprego de mão-de-obra da região [o que] torna-o uma opção atraente para os países em desenvolvimento.” (WESTERN, 2002, p. 17). Esses países a que se faz referência têm o desafio de integrar o desenvolvimento sem consumir seus recursos até o esgotamento, ou até a perda da resiliência dos ecossistemas. Quando bem planejado e executado o ecoturismo fomenta o surgimento de empresas e operadores locais que contribuirão em manter os lucros da atividade no destino.

Em relação ao sexto item, entende-se que o ecoturismo “beneficia diretamente [...] o fortalecimento político das comunidades locais” (HONEY, 1999), uma vez que as atividades sejam planejadas com o apoio da população do destino. Por isso, para um desenvolvimento sustentável do ecoturismo faz-se necessária a articulação da comunidade local envolvida na atividade. “A idéia de comunidade é uma idéia aconchegante, confortável, na qual pessoas que vivem numa área compartilham um senso de propósito e identidade. [...] na realidade, sempre há várias comunidades locais, no lugar de uma única” (SWARBROOKE, 2000b, p. 63) e os diversos grupos que compõem tais comunidades possuem interesses diferentes a respeito do turismo, sendo necessária a prática dialógica do planejamento participativo. Parte do conflito gerado por estes interesses provém de “uma continuação de conflitos que datam de outras questões e épocas” (SWARBROOKE, 2000b, p. 64), para o que já se espera o afloramento dos interesses dos vários grupos na discussão sobre as diretrizes para a implantação de atividades turísticas.

No que tange à última ênfase abarcada pelo conceito de que o ecoturismo “estimula o respeito por diferentes culturas e pelos direitos humanos” (HONEY, 1999) entende-se que no espaço do ecoturismo ecoturistas e comunidades locais têm o seu encontro o qual gera relações de troca também quanto aos seus hábitos e costumes. Importa então avaliar os possíveis impactos de tais relações enquanto se avalia a atratividade do patrimônio cultural da comunidade local para os ecoturistas.

Estes sete elementos parecem dar conta da análise de um destino de ecoturismo que se queira implantar ou no qual já se desenvolvam atividades ecoturísticas. Deste modo, foram escolhidos como categorias teóricas de análise do objeto em estudo, sendo que optou-se por não esgotar sua discussão teórica senão em comparação com os dados coletados em campo.

Deve-se salientar, ainda, para os aspectos que se referem aos elementos sócio-culturais e ambientais da comunidade local, entendendo que estão entrelaçados e se permeiam, por vezes sendo inseparáveis. No entanto, para facilitar a observação de um objeto de estudo são apresentados em oportunidades diferentes, por um breve momento, em categorias distintas.

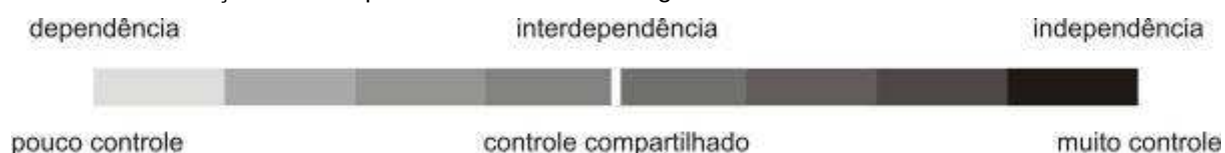
De modo geral, o respeito aos interesses das comunidades locais, em primazia ao interesse do turista e do mercado exógeno, deve ser a premissa básica a nortear quais das atividades de ecoturismo poderão ser desenvolvidas, quais serão os lucros de tais atividades e quem deles se beneficiará. O assunto perpassa também por uma discussão entre os atores envolvidos, uma vez que

[...] somente através de um sistema intersetorial o ecoturismo poderá, de fato, alcançar seus objetivos. Os governos, as empresas privadas, as comunidades locais e as organizações não-governamentais, todos têm um importante papel a desempenhar. (CEBALLOS-LASCURÁIN, 2002, p. 26).

O envolvimento da comunidade local traz os pressupostos de que tal atitude “[...] cumpre o conceito de democracia; dá voto aos que são mais afetados pelo turismo; faz uso do conhecimento local, para assegurar que as decisões tomadas sejam bem fundamentadas; reduz o conflito potencial entre os turistas e a comunidade local.” (SWARBROOKE, 2000b, p. 64). No entanto, o grau de influência que a comunidade exercerá sobre a política e o planejamento turístico deve ser levado em consideração para checar o nível de exeqüibilidade do planejamento, haja vista as questões técnicas requeridas no turismo. Assim, “o ecoturismo, como componente essencial de um desenvolvimento sustentável, requer uma abordagem multidisciplinar, um planejamento cuidadoso (tanto físico como gerencial) e diretrizes e regulamentos rígidos, que garantam um funcionamento estável.” (CEBALLOS-LASCURÁIN, 2002, p. 26).

Caso a comunidade deseje a implantação do turismo deverá optar por posicionar-se em uma escala que vai do controle total de influência nas atividades – quando estão presentes as habilidades e competências para o desenvolvimento do turismo – e o outro extremo – onde, pela falta de habilidades e competências para o desenvolvimento turístico precisa recorrer e depender de entidades externas e da demanda do mercado, podendo exercer apenas alguma influência sobre as ações a serem tomadas (FIGURA 1).

FIGURA 1: Relação entre dependência de atores exógenos e controle do desenvolvimento turístico



Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

Apostar em apenas um posicionamento como o correto seria imprudência. O que se percebe pelas experiências de vários destinos de ecoturismo é que as

comunidades que iniciam a atividade têm pouco controle das atividades e são dependentes do mercado. Com a aquisição de um pouco de experiência e conhecimento avançam na paleta, passam rapidamente pela interdependência e controle compartilhado e querem logo atingir sua independência para exercer o controle. No entanto, este último posicionamento pode levá-las ao isolamento e à concentração em seus próprios objetivos, ocorrendo um processo de afastamento dos interesses do mercado. Quando isso ocorre, muitas delas se dão conta de que a situação representada pelo centro da paleta é a mais adequada porque lhes permite estar em consonância com os interesses do mercado que lhe oferece o principal cliente, o ecoturista, e ali se posicionam.

2.3 ECOTURISMO EM TERRAS INDÍGENAS: ELEMENTOS PARA O DEBATE

Nas discussões apresentadas até o momento pode-se perceber que a cultura e a natureza são pilares das atividades ecoturísticas os quais se entrelaçam ao ponto de se tornar difícil definir as fronteiras onde um começa e outro termina. Talvez seja esta inter-relação que se constitua em fato gerador de viagens, pois atrai visitantes interessados em conhecer as comunidades tradicionais locais e sua interação com o meio. Esse fenômeno ocorre em diversos destinos turísticos com grande capacidade de atração em países como Equador, Peru, Bolívia, Austrália, Ásia, México, Costa Rica, Chile e o próprio Brasil, dentre os principais.

Em comum, muitos destes destinos ecoturísticos apresentam uma configuração onde o meio ambiente está permeado pela cultura de povos indígenas enquanto estes se fundem ao seu habitat. De acordo com Guimarães

O turismo em Terras Indígenas já é um fato há muito tempo, e a procura por ele vem aumentando significativamente, em conjunção com o aumento da procura pelo ecoturismo. O que faz com que estes dois modos de turismo estejam relativamente atrelados é um dado óbvio: grande parte dos povos indígenas (ou nativos), mundialmente, vive em áreas naturais, muitas destas num estado de conservação muito bom em comparação às áreas dos povos não-indígenas. (GUIMARÃES, 2006, p. 16)

Percebe-se, então, que o ecoturismo em sociedades indígenas já se constituiu em prática comum. Para Krippendorf, a diversidade de novos destinos e motivações de viagens ecoturísticas ofertadas é algo apreciado pelos ecoturistas e por isso

[...] é preciso conservar e até mesmo aumentar a riqueza de formas de viagens e férias. No entanto, ao contrário do que ocorreu até o momento, é essencial respeitar um princípio fundamental: não permitir que estas formas nasçam e se desenvolvam de maneira anárquica; elas devem merecer conceitos estabelecidos e planejados com todo o cuidado, por todas as partes envolvidas (KRIPPENDORF, 1989, p. 204)

Nesse contexto, o ecoturismo em Terras Indígenas, o qual vem sendo apontado como importante nicho para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil em função dos elementos culturais e ambientais presentes em suas sociedades indígenas, ainda carece de discussões em torno de sua viabilidade sócio-cultural e econômica. Talvez, do ponto de vista do mercado, poderia haver interesse pelo ecoturismo em TIs no Brasil a exemplo do que ocorre em outras nações, pois

[...] atividades que proporcionam ao visitante trocas de conhecimentos, vivência e experiências culturais, regionalismos e marcas de miscigenações racial possuem grande interesse turístico, tais como a gastronomia, a música, o artesanato, as vestimentas. Modos de vida, tais como atividades de lida com o gado, de pesca, de fabricação de medicamentos e cosméticos

naturais entre outros, agregam valor cultural ao roteiro ecológico. (JÁNER; MOURÃO, 2003, p. 164)

Em geral, as comunidades indígenas, além de estarem localizadas em um espaço natural, apresentam muitas destas atividades. O fluxo de ecoturistas pode demandar de tais comunidades a necessidade de (re)valorização dos elementos identitários ou representativos de sua cultura, como seu idioma, gastronomia e costumes, bem como a possibilidade de mostrar o dinamismo de seus aspectos culturais e sua capacidade de serem humanos, desfazendo distorções causadas por alguns anúncios esteriotipados da mídia ou das fábulas. Por outro lado, pode também dilatar ainda mais o preconceito existente frente a essas minorias, ou mesmo a aceleração do processo de transformação cultural²⁷. Por isso, deve ser estudada e elaborada uma política pública de ecoturismo voltada a oferecer garantia dos direitos indígenas que preconize uma metodologia participativa em cada TI.

Alguns documentos e publicações dão sinais do interesse dos indígenas pela atividade, principalmente naqueles casos em que as comunidades indígenas localizadas próximas às áreas urbanas acabam recebendo visitantes à busca de artesanato ou mesmo de conhecer seu patrimônio. Como exemplo, pode-se citar a TI Aguapeú, no litoral paulista, onde a comunidade Guarani

[...] tenta um projeto que tem como objetivos a sobrevivência cultural e a conservação dos seus recursos, assim como a educação dos visitantes quanto a sua cultura e seu ambiente. [...] Essas comunidades Guarani, em geral, recebem visitantes sem qualquer organização para isto. Os visitantes os surpreendem a qualquer dia em qualquer horário, e não têm um guia sequer. Para dar conta dessa situação, que em parte lhes é benéfica, pois os visitantes geralmente compram artesanato e assim contribuem com a aldeia, os Guarani resolveram tentar um projeto turístico, organizando as

²⁷ Ao longo do texto, o pesquisador optou por empregar o termo 'transformação cultural' ao invés do termo 'aculturação', salvo quando este último se referir ao contexto original da palavra. A palavra aculturação, um conceito absorvido dos estudos indigenistas, tem origem na antropologia inglesa onde o termo empregado era *acculturation* que significa 'contato entre culturas' e não 'sem cultura'. Em inglês, *acculturation* e *culture-contact* são sinônimos assim como [...] aculturação e contato cultural." (AGUIRRE BELTRÁN, 1957, p. 10). Não se pode negar, no entanto, que dos processos de aculturação decorrem as transformações culturais.

visitas em suas terras. Os visitantes iniciam o trajeto com um passeio de barco subindo o rio por um quilômetro até atracar. Depois caminham vinte minutos até a Casa da Cultura, onde são recebidos pelos guias da comunidade e podem conhecer um pouco da cultura Guarani, suas lutas pela demarcação de sua terra e o ambiente em que vivem. Isto é feito através de fotos, mapas, painéis e um vídeo. Os visitantes são levados então por uma trilha ecológica, momento em que podem aprender sobre algumas de suas formas de utilização e manejo dos recursos naturais. O trajeto dura aproximadamente três horas, e pode incluir uma apresentação de cantos. (GUIMARÃES, 2006, p. 21-22)

Tal iniciativa dos indígenas recebeu apoio do MMA, do Centro de Trabalho Indígena (CTI) e da Prefeitura Municipal de Mongaguá, SP para atividades de planejamento, coordenação e supervisão, respectivamente. Para Guimarães, esta experiência

[...] pode vir a se tornar um modelo de turismo em Terras Indígenas, pois responde bem ao que é esta chamada para o planejamento: que este venha a ser feito nas ocasiões em que uma Terra Indígena seja objeto de atração de turistas que querem conhecer uma cultura indígena e o ambiente onde esta vive. O que se aponta aqui é a importância do planejamento que venha a desenvolver de forma sustentável os influxos turísticos em aldeias indígenas. (GUIMARÃES, 2006, p. 22)

Ainda de acordo com Guimarães, “estamos presenciando o avanço do turismo nestes locais, e este fato já é uma justificativa para que se façam esforços para desenvolver um planejamento.” (GUIMARÃES, 2006, p. 24). Apesar do constatado avanço e da relevância e peculiaridade do tema poucas são as iniciativas surgidas por parte de órgãos públicos e de organizações ligadas à causa do meio ambiente. Uma delas se deu em 1997 quando a Associação Brasileira de Ecoturismo executou o *workshop* do Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas²⁸ cujo objetivo era

²⁸ O programa foi promovido pelo MMA e elaborado pelo Grupo Técnico de Coordenação do Ecoturismo para a Amazônia Legal (GTC Amazônia). Contou com apoio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR) e foi executado pela Associação Brasileira de Ecoturismo (ECOBRAZIL).

[...] analisar a viabilidade operacional e econômica do ecoturismo em bases sustentáveis, em áreas indígenas, através do desenvolvimento de uma experiência piloto com comunidades que detenham interesse, potencial e vocação, visando dar alternativas econômicas para a melhoria da qualidade de vida, promovendo ao mesmo tempo a conservação do patrimônio ambiental e cultural. (ECOBRAIL, 1997, p. 25)

Este Programa visava apresentar algumas diretrizes para que as comunidades indígenas interessadas na atividade turística pudessem ter um ponto de partida para um planejamento sustentável. Durante o *workshop* foram discutidas e definidas seis diretrizes²⁹ para a atividade: 1.Conservação do patrimônio natural; 2.Respeito e valorização da cultura indígena; 3.Gestão participativa beneficiando toda a comunidade indígena; 4.Minimização dos impactos negativos resultantes das visitas; 5.Proteção à integridade física dos visitantes em TIs e seu entorno; 6.Visitação planejada, disciplinada e controlada com base na legislação vigente (ECOBRAIL, 1997, p. 8).

Apesar de construir diretrizes e estratégias o Programa não teve continuidade deixando de atingir objetivos específicos como o estabelecimento de uma área indígena demonstrativa para a prática do ecoturismo, para ajuste da metodologia e para capacitação de guias e condutores. Apenas conseguiu produzir o material didático que ficou compilado sob o nome de Manual Indígena de Ecoturismo.

Tal Manual reforça os resultados positivos advindos da atividade ao afirmar que “O Ecoturismo pode ser uma alternativa econômica viável com benefícios diretos e indiretos para as comunidades envolvidas como também um instrumento de resgate cultural, pois a diversidade cultural é o principal atrativo para

²⁹ Em se comparando tais diretrizes com o conceito de Honey (1999), há grande proximidade entre os conceitos. No entanto, para aquela autora, o ecoturismo deve ainda servir como instrumento de educação ambiental dos visitantes e gerar recursos para a conservação da natureza, não apontados pelo instrumento elaborado para os indígenas. Estes dois elementos podem não parecer os principais em um primeiro momento, mas contribuem indiretamente para que os destinos alcancem um nível maior de sustentabilidade.

o ecoturista.” (ECOBRAIL, 1997, p. 3). O documento foi distribuído em algumas TIs no Brasil o que acabou por suscitar projetos de ecoturismo encaminhados à FUNAI, mas que raramente foram executados. Não se tem notícias das causas pelas quais os projetos não tenham saído do papel.

A discussão está apenas no começo e raros são os materiais ou pesquisas científicas que tratam do assunto. Poucos discursos encontrados em algumas publicações de órgãos oficiais e institutos dão fundamento à atividade, como é o caso do Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR), segundo o qual

Considera-se o turismo sustentável em áreas indígenas como uma vertente do Ecoturismo, por esta atividade abranger conhecimento da natureza, experiência educacional interpretativa, valorização de culturas locais tradicionais e promoção do desenvolvimento sustentável. [...] As oportunidades oferecidas pelo Ecoturismo permitem que comunidades indígenas obtenham um salvo-conduto ao processo de exclusão social e indigência urbana. (EMBRATUR, 2002, p. 129)

Apesar de sinalizar para enormes benefícios, não se tem conhecimento do desenvolvimento de uma política pública da área de turismo que garanta a promoção da atividade junto aos indígenas, ou seja, não se percebe uma articulação entre as esferas de governo que deveriam tratar do assunto.

Na questão de legalidade o ecoturismo em TIs poderia se enquadrar como uma das possíveis atividades econômicas segundo uma interpretação do ‘direito de usufruto’ das TIs conforme definido no art. 24 da Lei 6.001/73, o Estatuto do Índio. Segundo este artigo,

Art. 24 – O usufruto assegurado aos índios ou silvícolas compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas, bem assim ao produto da exploração econômica de tais riquezas e utilidades.
 § 1º – Incluem-se no usufruto, que se estende aos acessórios e seus acréscidos, o uso dos mananciais e das águas dos trechos das vias fluviais compreendidos nas terras ocupadas.
 § 2º – [...]

A interpretação deste artigo remete para a possibilidade de que os indígenas têm o usufruto de suas terras, ou seja, o direito de usufruir os benefícios e riquezas e seus acessórios ou subprodutos (art. 713 e 716, Código Civil). Esse direito lhes garante o aproveitamento de todos os recursos existentes em suas áreas bem como os rendimentos do trabalho deste espaço, desde que não firam outro princípio, o de garantia de sustentabilidade.

A priori, isso descartaria a legalidade como um empecilho, pois as comunidades indígenas poderiam preparar seu território para comercializar as belezas cênicas, o conhecimento das matas e dos animais, dentre outros serviços agregados aos seus atrativos sócio-ambientais. Ou seja, estariam comercializando o intangível, evitando a retirada de quantidades cada vez maiores de recursos para sua sobrevivência. Seriam iniciativas baseadas num conceito de eco-economia ou eco-desenvolvimento (BROWN, 2003).

O fato de terem o usufruto exclusivo de suas terras os impede de alienar tal direito a terceiros o que fica em acordo com uma das teses de Krippendorf de que “uma comunidade turística deve conservar o poder sobre o solo e, portanto, a decisão soberana sobre a utilização do mesmo. Em nenhum momento deve despojar-se de seu principal instrumento de orientação.”³⁰ (KRIPPENDORF, 1989, p. 191). No entanto, a Lei não impede que terceiros venham a somar em parcerias desenvolvendo projetos para que os indígenas venham a gozar de seus direitos ou do fruto da terra uma vez que sejam garantidas a posse da terra aos indígenas, a

³⁰ Essa frase expressa a 9ª. tese de Jost Krippendorf em sua obra Sociologia do Turismo (1989). Na oportunidade o autor afirma: “formulei meus conceitos relativos à humanização da viagem só a forma de teses. Elas devem ser tomadas como um esboço, um delineamento de atitudes, uma via possível, não como um cronograma rígido, pois não tenho nenhuma pretensão científica quanto ao assunto. As propostas [...] são a expressão de minhas convicções e esperanças pessoais.” No total, o referido autor apresenta 23 teses.

continuidade das condições naturais e culturais das comunidades, e o cumprimento das legislações específicas de cada atividade econômica.

A autonomia destas comunidades para tomada de decisões também precisa ser considerada para que o ecoturismo em TIs venha a ser uma atividade viável. Perceba-se que a carta que trata dos assuntos indígenas, o Estatuto do Índio, assume conceitos cristalizados que datam do início do século passado. Em 1916, com a criação do Código Civil, pelo artigo quinto o indígena foi considerado relativamente incapaz de exercer seus direitos e relegado a estar sob a tutela do Estado até que possa se integrar à civilização do país. No contexto atual, onde as minorias se organizam em movimentos à luta de seus direitos, percebe-se que

Os brancos que fizeram esta lei consideraram os índios como incapazes por que eles não compreenderam que os índios são, na verdade, diferentes culturalmente. Ou seja, os índios são plenamente responsáveis de acordo com os seus próprios padrões. Mas na época em que se escreveu o Código Civil [1916], os brancos acreditavam também que os índios seriam extintos e portanto, não precisariam de direitos para toda a vida. Na verdade, imaginava-se que os índios eram seres primitivos que iriam se educar, adquirir a cultura dos brancos até integrarem-se totalmente à sociedade brasileira, deixando portanto de ser índios. (ISA, 2000)

Em 1973, na oportunidade da elaboração da lei 6.001 conhecida como Estatuto do Índio, os legisladores mantiveram o mesmo padrão de tutela para o indígena, emprestando do velho Código Civil a conceituação sobre os direitos do índio. Em 1988, com a promulgação da Carta Magna da nação brasileira, os índios receberam um capítulo específico corrigindo os valores etnocêntricos explícitos no Código Civil de 1916, que em sua nova versão se enquadra à Constituição Federal (CF), e no Estatuto do Índio de 1973, ainda em vigor.

O paternalismo e o autoritarismo adotados pelas políticas governamentais ao longo dos tempos já não são tão significativos nos dias de hoje. Na própria CF pode-se perceber esta tendência. Em tese, no seu Capítulo VIII “Dos Índios”, não só

garante aos povos indígenas a posse do seu patrimônio cultural e ambiental, mas também traz garantia de um possível resgate da sua autonomia, o que pode servir de argumento para sua decisão em investir em atividades diversas. O mesmo ocorre com a Constituição do Estado do Paraná no seu art. 226. No entanto, o Estatuto do Índio ainda é a matéria que regula o assunto e, apesar de ter representado um importante instrumento na luta pelos direitos indígenas, ao mesmo tempo impede-lhes de tomar decisões importantes a respeito de seus territórios em função do caráter de tutela com que se refere ao indígena. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA),

A existência da tutela atrapalha a livre expressão política dos índios, a administração direta dos seus territórios, o seu acesso aos serviços públicos, ao mercado de trabalho, às linhas oficiais de crédito etc. Além de reduzir a capacidade civil dos índios, a tutela é um obstáculo à autogestão das terras e dos projetos de futuro dos povos indígenas. (ISA, 2000)

Percebe-se uma tendência na legislação, ainda que vagarosa, a respeitar cada vez mais a vontade das comunidades indígenas de decidir sobre seu futuro, sobre o que pode ser feito em seu território. Talvez a tendência seja um modo de corrigir o direito tolhido ao longo dos séculos, uma vez que não tiveram muita opção nas decisões do passado e colhem amargos frutos disso. Com o advento do novo Código Civil (2002) as mudanças que ocorreram nesse sentido foram a substituição do vocábulo silvícola por índio e quanto à questão da capacidade, sendo que a nova lei delega o assunto para ser regulado por legislação especial, no caso, recaindo sobre o mesmo problema na versão vigente do Estatuto do Índio, onde o indígena é tido por relativamente incapaz.

Percebe-se a necessidade de revisão do Estatuto do Índio, carta que rege especificamente os direitos e deveres do indígena, haja vista que quase duas décadas se passaram desde que a Carta Magna garantiu direitos aos indígenas,

direitos estes que não estão sendo garantidos por falta de revisão na legislação especial.

Desde a promulgação da Constituição, alguns projetos de lei foram encaminhados pelo Executivo e por deputados, sendo um deles aprovado por uma comissão especial na Câmara dos Deputados, em 1994, o Estatuto das Sociedades Indígenas, mas que foi barrado devido a um pedido de revisão pelo plenário da Câmara. Em 1999, o projeto chegou a ser incluído na pauta de votação, mas mais uma vez foi barrado, não se tendo notícias dos motivos.

A reformulação do Estatuto do Índio permitiria uma melhor articulação política entre tais comunidades, concedendo aos indígenas o direito de decidir sobre projetos que sejam ou não do seu interesse, levando todas as iniciativas de desenvolvimento de atividades, como o ecoturismo, a estarem sujeitas ao interesse, à aprovação e participação efetiva dos índios. Isso implicaria diretamente em uma re-conceituação dos papéis subjacentes à FUNAI.

Caso tais direitos fossem garantidos em lei e caso houvesse interesse por parte da comunidade indígena, o ecoturismo poderia se tornar uma alternativa para aqueles povos. A atividade demandaria estudos de diagnóstico das possibilidades e entraves em cada espaço. Deveria também envolver os indígenas no processo participativo de decisão, bem como em programas de conscientização, mobilização, planejamento e elaboração dos destinos para então proceder à comercialização junto aos pólos emissores de ecoturistas.

Apesar de constatada a limitação dos direitos indígenas imposta pela lei e da falta de estudos científicos e metodologias sobre o assunto algumas iniciativas de ecoturismo em TIs já foram noticiadas no Brasil. Além das diversas apresentações culturais que executam para visitantes em suas aldeias ou em eventos diversos e

que podem ser consideradas parte da atividade pode-se citar, dentre outros exemplos, expedições de grupos de estrangeiros ao Parque Nacional (PN) Pico da Neblina, passando por aldeias Yanomami, com a autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da própria comunidade.

Um dos exemplos mais ousados talvez seja o caso de uma iniciativa da Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas, no Município de Altamira, no Oeste do Estado do Pará. Esta Cooperativa, formada por cerca de 1,4 mil índios de nove tribos inaugurou no ano 2000, um hotel de selva no alto Xingu. Financiado por ONGs e fundações nacionais e internacionais, o hotel foi construído com instalações ecologicamente corretas, admitindo apenas pequenos grupos de turistas, especialmente estrangeiros. Os recursos advindos da hospedagem são revertidos para a fiscalização das TIs da região contra a invasão de madeireiros e garimpeiros. (Gazeta Mercantil, 2000 *apud* ISA, 2000). Também pode ser citado o Projeto da Jaqueira, incentivado pelo MMA, proposto pela Associação Pataxó de Ecoturismo (ASPECTUR), que tem por objetivo a implantação de atividades de ecoturismo, turismo cultural e educação ambiental junto à Reserva da Jaqueira, na TI Pataxó de Coroa Vermelha em Porto Seguro, BA³¹.

Outra experiência amplamente divulgada pelo EMBRATUR é a da Comunidade Macuxi, em Maloca da Raposa, Município de Normandia, RR. A comunidade se encontra no Pólo de Ecoturismo Norte de Roraima e apresenta diversos atrativos culturais em suas aldeias indígenas. Percebendo a

[...] luta contra o processo de aculturação indígena, o êxodo das tribos para zonas urbanas e o abandono da identidade cultural, a EMBRATUR realizou duas oficinas para apresentar o Ecoturismo como alternativa econômica e instrumento de resgate e preservação da cultura e do meio ambiente.

³¹ Disponível em <http://www.rabarsa.com/pataxo>. Acesso em 25 de setembro de 2006.

Dentre os reflexos observados nas comunidades participantes após a descoberta da atividade turística como oportunidade de crescimento pessoal os mais notados são o significativo aumento de interesse dos jovens em temas ligados à cultura indígena e à capacitação ao desenvolvimento do turismo. Com a disseminação das informações básicas sobre a atividade turística, acredita-se que a comunidade macuxi, torne-se cada dia mais capaz de oferecer cultura e natureza a seus visitantes e de buscar novas oportunidades de desenvolvimento. (EMBRATUR, 2002, p. 129)

No Alto Xingu, nordeste do Estado do Mato Grosso, às bordas do Parque Indígena do Xingu, onde vivem 14 etnias, uma iniciativa idealizada entre uma Associação dos indígenas do Parque e proprietários particulares de terras do entorno promovia o turismo cultural e algumas atividades de turismo na natureza. Trata-se da aldeia Puwixa Wene³², destinada a receber turistas, construída fora das dependências do Parque, o qual só podia receber a visita de pesquisadores e estudantes sob autorização da FUNAI. Na aldeia, os turistas participam de danças tradicionais podendo ter seu corpo pintado conforme as tradições, acompanhavam a produção de artesanato cerâmico, experimentavam os pratos à base de peixe e biju, aprendiam sobre as ervas utilizadas, sobre a região e sobre o povo indígena e caminhavam por trilhas na Floresta Amazônica acompanhados de um cacique. Todas as atividades eram acompanhadas pelos indígenas sendo que alguns revezavam turnos de três meses entre o Parque e a aldeia para atender os turistas. A aldeia recebia o equivalente a US\$ 65,00 a cada turista que chegava além de comercializar o artesanato e pinturas em tela com motivos e lendas indígenas (LEAL, 2005).

O pacote era comercializado com exclusividade pela operadora de ecoturismo Freeway³³, sendo o preço um dos motivos que ajudava a limitar a quantidade de turistas. Em meados de 2005, a operadora anunciava o Roteiro Xingu

³² Na língua indígena, significa Rio dos Matrinxãs, conforme anunciado pelos indígenas na reportagem à revista (LEAL, 2005). Matrinxã, por sua vez, é um peixe de médio porte típico da Amazônia.

³³ www.freeway.tur.br

ao preço de aproximadamente US\$ 1.500,00³⁴ por pessoa, em apartamento duplo, incluindo vôos Curitiba/Cuiabá/Curitiba, traslados Cuiabá/Nobres³⁵/Xingu Refúgio Amazônico/Cuiabá e traslados em Cuiabá; duas noites de hospedagem em Cuiabá, uma noite de hospedagem com café da manhã em Nobres, duas refeições, quatro noites de hospedagem com pensão completa no Xingu Refúgio Amazônico (o principal atrativo da viagem), transporte fluvial, passeios descritos no roteiro e acompanhamento de guias (ROTEIRO..., 2005).

O Roteiro foi amplamente divulgado pelo Governo do Estado do Mato Grosso e contou com o apoio de autoridades e entidades governamentais da área do turismo e das políticas indígenas. A Freeway, que detinha a exclusividade na operação do pacote, descontinuou sua comercialização alegando dificuldades de acesso ao local. O pacote continua sendo comercializado, agora sem exclusividade a uma operadora, e foi um dos principais destaques no 2º. Salão Profissional do Turismo em 2006, em São Paulo.

Em relação aos valores, percebe-se que a atividade não era tão lucrativa para os indígenas uma vez que a maior parte dos recursos do pacote ficava com os diversos serviços turísticos e intermediários³⁶. A diária no Xingu Refúgio Amazônico sai por US\$ 200,00 e parte desse valor é destinada à Associação (MARTINS, 2006).

No Estado do Paraná, alguns dos exemplos se concentram no Município de São Miguel do Iguaçu, com a Tribo Indígena Avá Guarani que realiza danças aos visitantes, e da TI Tekaha Nañetete no Município de Diamante do Oeste a qual possui trilhas para caminhadas que dão acesso a cachoeiras. Pode-se visitar as

³⁴ Pelo dólar de 01/09/2005 o Roteiro saía por R\$ 3.634,00.

³⁵ Um dos pólos de ecoturismo próximo de Cuiabá.

³⁶ Os serviços que implicam nos maiores custos de um pacote de viagens geralmente se referem ao transporte e à hospedagem. No caso do pacote analisado, não se pode afirmar com certeza sobre os custos, pois não se teve acesso aos dados internos da empresa. É possível inferir, no entanto, que pelo dólar da época, o custo ida e volta da passagem por pessoa no trecho do pacote comercializado com a operadora turística não tenha ultrapassado os US\$ 300,00.

áreas com agendamento prévio dos respectivos caciques. Ambas as áreas constam como atrativos turísticos do guia Caminhos: Turismo Integrado ao Lago de Itaipu³⁷, que divulga uma das nove regiões turísticas do Estado do Paraná, bem como no *site* da Secretaria de Estado do Turismo (SETU). A própria comunidade da TI Mangueirinha já esteve presente no Salão Profissional do Turismo do Paraná, que congrega anualmente mais de cinco mil profissionais do *trade* turístico do Brasil e do exterior, expondo sua cultura por meio do artesanato e das danças, representando a Região Turística Sudoeste, PR em uma das Mostras das Regiões Turísticas do Estado.

Muitas dessas iniciativas revelam aspectos que estão em consonância com as categorias de análise propostas por Honey (1999) e revertem em ganhos diretos para as comunidades indígenas.

Essa afirmação reforça o pensamento de que urge a elaboração de uma política pública de ecoturismo para as comunidades indígenas englobando as diretrizes para a realização da atividade nestas condições. Nota-se que o ecoturismo em TIs é uma prática que avança no Brasil. É alarmante, no entanto, que não se tenha encontrado momento propício para uma discussão que congregue os envolvidos na atividade e se avalie uma forma de balizar o ecoturismo em TIs.

³⁷ O guia é uma iniciativa elaborada em conjunto entre os municípios que compõem a Região Turística: Oeste e Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, no Oeste do Paraná, com o objetivo de divulgar aos turistas que visitam a região de Foz do Iguaçu sobre os demais atrativos que podem ser encontrados além dos tradicionais.

CAPÍTULO III

A TERRA INDÍGENA MANGUEIRINHA, PR: NA TRILHA DO ECOTURISMO

Nesta sessão apresenta-se o objeto de estudo configurado pela TI Manguueirinha. Inicia-se pela construção de um breve relato histórico das etnias Caingangue e Guarani que ocupam o espaço de pesquisa seguindo-se pela atual conjuntura destes povos no recorte espacial e temporal delimitados.

O Capítulo também traz discussões sobre as categorias teóricas de análise para o ecoturismo em Honey (1999) bem como as sub-categorias que emergiram no cruzamento das falas dos entrevistados, discutindo o ecoturismo e suas possibilidades para a TI Manguueirinha.

3.1 CONHECENDO A *TRILHA* A PERCORRER

Para melhor compreender o objeto em estudo buscou-se inicialmente salientar os principais pontos históricos que convergiram para a atual situação sócio-cultural no espaço da TI Manguueirinha. Em um segundo momento, é apresentada a história mais recente da constituição da TI e sua atual conjuntura. Não se tem, no entanto, a pretensão de tecer um laudo antropológico³⁸ sobre as etnias que ocupam

³⁸ Para estudos aprofundados sobre as respectivas etnias no espaço da TI Manguueirinha sugere-se a consulta aos estudos da antropóloga Cecília Maria Vieira Helm. A respeito do grupo Caingangue no Sul sugerem-se os trabalhos da antropóloga Juracilda Veiga e do lingüista Wilmar da Rocha

o espaço de pesquisa. O que se busca é favorecer uma aproximação do leitor com o objeto de investigação.

3.1.1 Aspectos históricos da ocupação Guarani e Caingangue no Paraná: um breve relato

Espaço delimitado para a pesquisa a TI Manguinhos abriga representantes de duas etnias: os índios Caingangue³⁹ e os índios Guarani⁴⁰.

O termo índio foi aplicado pelos colonizadores espanhóis quando, ao chegarem à América, tiveram os primeiros contatos com seus moradores, imaginando ter atingido a Ásia, especificamente, as Índias. Assim, ignorou-se durante séculos as diferenças de questões étnicas, culturais, de organização social, ou de linguagem de tais populações, acabando-se por reduzir todos os habitantes autóctones existentes nas Américas a um simples termo: índios (SILVA; SILVA, 2005).

Esse termo foi utilizado como forma de discriminação durante muito tempo, e por fim, acabou sendo apropriado pelos próprios povos autóctones como forma de diferenciação em relação aos não-índios, na busca de definir sua identidade.

D'Angelis (www.portalkaingang.com.br) e dos trabalhos dos antropólogos Kimiye Tommasino e Ricardo Cid Fernandes, condensados na Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil 2001-2005 (www.socioambiental.org). A respeito do povo Guarani, sugere-se a consulta às obras da antropóloga Maria Inês Ladeira também condensadas na Enciclopédia supra-citada, além dos trabalhos do espanhol radicado no Paraguai Bartolomeu Melià que estudou a fundo a vida dos Guarani.

³⁹ De acordo com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em 2003 a população total Caingangue em aldeias era estimada em pouco mais de 25 mil indivíduos nos Estados do Sul e em São Paulo.

⁴⁰ Estima-se que a população Guarani no Brasil seja de 34 mil pessoas, quase dois terços do subgrupo Kaiowa, quase um terço de Nandeva e uns cerca de 5 mil Mbya. Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai totalizam outros 35 mil indivíduos (LADEIRA, 2003).

No II Congresso Indigenista Interamericano, realizado em Cuzco, em 1949, tratou-se de definir a questão do termo. Assim, sob enfoque antropológico,

O índio é o descendente dos povos e nações pré-colombianas que têm a mesma consciência social de sua condição humana, assim mesmo considerada por eles próprios e outros, em seu sistema de trabalho, em sua língua e em sua tradição, ainda que estas tenham sofrido modificações por contatos externos.⁴¹ (INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO, 1949)

Percebe-se nesta definição, elaborada com o crivo dos próprios índios e até hoje aceita, o quanto os conceitos de identidade, cultura e representações sociais nela se fazem impregnados (SILVA; SILVA, 2005). Os próprios indígenas reconhecem que o contato com outras populações não-indígenas também é parte da definição de sua identidade ao se referirem às “modificações por contatos externos”.

A identidade procura definir quem se é no mundo. Em um contexto geral, pode-se dizer que é a complexa busca de determinar quem uma pessoa é, o que perpassa a determinação de quem são os outros, e do que não se é, num processo relacional (SILVA; SILVA, 2005; MENDES, 2002). A identidade também é um conceito dinâmico (SANCHIS, 1997), pois assume várias facetas que estão em constante construção, reconstrução, sobreposição e supressão, na busca de um povo por sua igualdade pessoal e para garantir continuidade de existência histórica. A identidade pode ser revelada através de vários fenômenos, como a representação e a cultura, ou seja, o discurso e a prática (MENDES, 2002).

No Brasil, ao que se tem notícia sobre os primeiros contatos que se iniciaram na semana do ‘descobrimento’ já revelaram uma identidade indígena dinâmica. Os índios se depararam com seres distintos, com língua distinta, cobertos dos pés à cabeça, por vezes hostis em posse de armas e instrumentos de ferro.

⁴¹ Do original em espanhol: “*El Indio es el descendiente de los pueblos y naciones precolombinas que tienen la misma conciencia social de su condición humana, asimismo considerada por propios y extraños, en su sistema de trabajo, en su lengua y en su tradición, aunque éstas hayan sufrido modificaciones por contactos extraños*”.

Seres no mínimo, diferentes. Logo, estariam imersos no mundo novo do novo ser, usando suas armas, necessitando de sua munição, interferindo em seu habitat, em seus hábitos alimentares e crenças, sendo explorados por um etnocentrismo hodierno, que insistiu em permanecer, e permaneceu num convencimento do novo, seja pela influência, seja à força, pela escolha ou pela compreensão e decisão de ser o novo o melhor caminho.

Dentre estes povos estão os Caingangue, descendentes dos primeiros povos ceramistas e agricultores que chegaram ao Sul do país oriundos do planalto central há quatro mil anos. Quando de sua chegada, se dispersaram pelo território do atual do Paraná do litoral ao oeste do Estado limitados pelo rio homônimo. Os Caingangue tradicionalmente ocupavam as áreas de pinheirais do Paraná e Santa Catarina, abrangendo também parte do planalto do Rio Grande do Sul, do Sudoeste Paulista e de áreas da Província de Misiones, na Argentina (TOMMASINO; FERNANDES, 2005[?]).

O grupo étnico é descendente da família lingüística Jê, integrando os povos Jê Meridionais. A denominação Caingangue⁴² aparece inicialmente documentada em trabalho de Telêmaco Borba a partir de 1882⁴³ sendo que outros autores de diferentes lugares se referiam a este grupo como sendo os índios Coroados em função do corte de cabelo adotado em forma de coroa (TOMMASINO; FERNANDES, 2005[?]).

Os primeiros relatos documentados com indígenas da família Jê no Sul do país podem ser datados da época dos jesuítas entre 1626 e 1630 nas reduções de

⁴² Na obra citada: Kaingang.

⁴³ Anterior a este período, os Caingangue receberam denominações diversas: *Guayaná, Goyaná, Goainaze, Wayanaze; Shokleng, Xokren; Guanana, Gualachos, Gualachí, Chiqui, Cabelludo; Tain, Taven, Tayen, Ingain, Ivoticaray; Nyacfateitei; Votoron, Kamé, Kayurukré, Dorin; Tupi*. A quantidade de denominações produziu grande confusão para os pesquisadores. (TOMMASINO; FERNANDES, 2005[?])

Guairá. O contato foi breve uma vez que, em 1631, os bandeirantes paulistas iniciaram ataques à região. Mais tarde, no final do século XVIII, o interesse econômico dos portugueses sobre a região de Guarapuava levava-os a adentrar a terra dos Caingangues avançando pelos pinheirais do Paraná e Santa Catarina, abrangendo também os Campos de Palmas. No início do século XIX inicia-se a catequese e o aldeamento dos Caingangues da região enquanto, em meados do mesmo século, a economia pastoril e a frente agrícola sustentada pelos imigrantes estrangeiros vindos do Rio Grande do Sul avançam em direção do território tradicional Caingangue, provocando relações bastante violentas (VEIGA, 2006).

Em relação aos aspectos econômicos do povo Caingangue as atividades compreendiam a caça com arco e flecha, a coleta, a pesca e a agricultura como complemento das necessidades. Dentre os animais de caça estavam incluídos grandes e pequenos mamíferos: antas, veados, catetos, macacos, bem como aves diversas. A coleta que realizavam era de palmito, mel, frutas silvestres, larvas de insetos, erva-mate, plantas medicinais e urtiga brava cuja fibra do caule produzia fios para tecer, além do pinhão utilizado no preparo de paçoca para misturar à carne ou como alimento em si (VEIGA, 2006). Diz-se também que uma das causas da expansão das florestas de araucárias no sul foi o manejo florestal realizado pelos povos Jê – Caingangue e Xokleng (PARELLADA et al, 2006).

A pesca era feita utilizando-se uma armadilha de taquara ou varas (paris) e o peixe defumado para se manter conservado. Em rios menores usavam as técnicas de “envenenamento” por cipós, timbó e casca de árvores, as quais paralisam os peixes. Em relação à agricultura cultivavam milho, feijão, morangas, e porungas apenas no verão, em razão de fatores climáticos (HELM, 2001). Preparavam suas roças com a derrubada de pequena parte de floresta, seguida de

limpeza da área e posterior queimada. (VEIGA, 2006). A mandioca só parece ter sido introduzida mais tarde, no contato com os Guaraní (PARELLADA et al, 2006).

Viviam em aldeias de até trezentas pessoas e suas casas eram de base retangular com duas ou três aberturas cobertas de folhas de palmeiras. Mantinham sempre duas a três fogueiras acesas para iluminação, aquecimento, preparo de alimentos e para espantar insetos. Ambrosetti, ao se referir ao povo Caingangue de Misiones, Argentina no final do século XIX, afirmou que não havia preocupação com uma atividade única. Parte do tempo era ocupada em

[...] fazer seus roçados e plantações de milho e abóbora [...] abandonavam as roças para acampar perto de um grande rio [...] que contém muitos peixes, para fazerem seus parís que lhe proporcionam [peixes] em abundância, não só para comer, senão também para defumar e conservar por muito tempo. Concluída sua tarefa de pescar a tribo voltava a abandonar esta atividade para dirigir-se à Serra Central, onde as imensas florestas de Araucárias [...] lhes brindavam seus frutos succulentos [...]. Durante todas estas viagens e mesmo acampados os índios não deixavam de percorrer o bosque em todas as direções, fosse para prover-se de mel, [...] de frutas silvestres [...], ou para caçar [...]. Quando chegava a época da colheita de sua plantação a tribo voltava a sua campina e regalava-se, por muito tempo, com o produto de seus roçados [...].⁴⁴ (AMBROSETTI, 1894, p. 307-308)

Quanto a sua arte e cultura material fabricavam armas de caça e de guerra, tecidos de fibra de caule de urtiga brava, serigóias feitas com cordas trançadas de cipós para subir as araucárias, cestos diversos de taquara, utensílios de cerâmica e de espessura fina com eventual abertura negra ou vermelha e porungas como vasilhas para processamento de alimentos. Usavam colares feitos com sementes pretas ou com dentes de macacos. Como instrumentos musicais

⁴⁴ Do original, em Espanhol: “[...] *hacer sus rozados y plantaciones de maiz y zapallo [...]; una vez terminados éstos, los abandonaban para acampar cerca de algun gran arroyo de esos que desaguan en el Alto Paraná y que contienen muchos peces, para hacer sus parí que se los proporcionaban en abundancia, no sólo para comer, sinó también para ahumar y conservar por mucho tiempo. Concluída su tarea de pescar, la tribu volvía á abandonar este punto para dirigir-se á la Sierra Central, en donde los inmensos bosques de Araucarias [...] les brindaban sus frutos succulentos [...]. Durante todos estos viajes, y aún estando acampados, los Indios no dejaban de batir el bosque en todas direcciones, ya sea para proveerse de miel, [...] de frutas silvestres [...], ó ya para cazar [...]. Cuando llegaba la época de recoger su cosecha, la tribu volvía á su campina y se regalaba, por mucho tiempo con el producto de sus rozados [...].*” (AMBROSETTI, 1894: 307-8).

usavam buzinas de chifres de boi ou taquara, maracás, bem como flautas e apitos de taquara (TOMMASINO; FERNANDES, 2005[?]).

A história do povo Guarani no atual território do Paraná é um pouco mais recente que a do povo Caingangue. Vindos provavelmente da Amazônia, chegaram ao território há cerca de dois mil anos ocupando inicialmente os vales dos grandes rios e depois todo o espaço, especialmente áreas litorâneas (PARELLADA et al, 2006). Os Guarani fazem parte da família Tupi-guarani e são formados por três subgrupos: Guarani Kaiowa, Guarani Ñandeva e Guarani Mbya, este último presente na TI Mangueirinha.

Autores como Santos (s.d.) afirmam que o grupo de Guaranis Mbya são originários do nordeste da Argentina, do Paraguai e do sul do Mato Grosso, sua região tradicional. Percebe-se que se mantiveram atrelados à vida em meio às matas úmidas tropicais e subtropicais e próximos às águas, como relatado por Meliá a respeito dos séculos XVI e XVII onde os espanhóis e missionários jesuítas

[...] encontraram os Guarani formando conjuntos territoriais mais ou menos extensos, que chamavam de 'províncias' [...]. Estas provincias abarcavam um vasto território que ia da costa atlântica ao sul de São Vicente [SP], no Brasil, até a margem direita do rio Paraguai, e desde o sul do rio Paranapanema e do Grande Pantanal [...], até as Ilhas do Delta junto a Buenos Aires.⁴⁵ (MELIÁ, 1991, p. 25)

Este espaço foi disputado por conquistadores portugueses e espanhóis, ainda nos séculos XVI e XVII, bem como a 'amizade' dos índios, uma vez que esse relacionamento servia de justificativa para a disputa pelas terras com o intuito de ampliar seu próprio domínio. Nos séculos XVIII e XIX, os grupos que não se

⁴⁵ Do original, em Espanhol: *"encontraron a los Guaraní formando conjuntos territoriales más o menos extensos, que llamaron 'provincias' [...]. Estas provincias abarcaban un vasto territorio que iba de la costa atlántica al sur de São Vicente [...], en el Brasil, hasta la margen derecha del río Paraguay, y desde el sur del río Paranapanema y del Gran Pantanal [...], hasta las Islas del Delta junto a Buenos Aires"* (Meliá, 1991, p. 25).

submeteram aos conquistadores e às missões refugiaram-se nos montes e nas matas subtropicais, especialmente na região do Guairá paraguaio e de Sete Povos (LADEIRA, 1992).

Descendentes destes remanescentes podem ser encontrados no Paraguai oriental, na Província de Misiones, Argentina e próximos a Montevideu, no Uruguai. No Brasil fazem-se presentes no litoral e no interior dos estados do Sul e Sudeste. No Pará há também incidência de um grupo originário do Paraguai que lá se refugiou após a Guerra naquele país, bem como no Tocantins e algumas famílias no Centro-Oeste. Carregam o estigma de serem considerados errantes ou nômades e ainda de serem estrangeiros vindos do Paraguai ou Argentina e de não brigarem por suas terras (LADEIRA, 1992).

O nome Mbya foi traduzido por 'gente' de acordo com Schaden (1954, p. 3). A língua se constitui no principal elemento da identidade Mbya e a transmissão oral é tida como o mais eficiente sistema de educação das crianças, de comunicação na e entre as aldeias e na divulgação de conhecimentos (LADEIRA, 1992).

No que tange aos aspectos produtivos suas atividades eram divididas em duas épocas do ano, o calor e o frio, sendo a agricultura tradicionalmente a atividade principal da comunidade, ainda que não a única. Os cultivos eram de milho, feijão, mandioca, batata-doce em áreas de até três hectares, bem como árvores frutíferas e plantas medicinais ao redor de suas casas. Além disso, coletavam frutos, raízes e mel e pescavam. A caça era também praticada, mas não com tanto hábito (LADEIRA, 1992; PARELLADA et al, 2006).

O artesanato foi uma atividade incorporada pelos Guarani. Era de responsabilidade da unidade familiar selecionar as matérias-primas, processá-las e transformá-las em artefatos. Usavam adornos na cabeça e no dorso com pedras,

dentes de animais e sementes, bem como arte plumária colorida. Os artefatos arqueológicos encontrados apresentam cerâmica ornamentada de branco, vermelho e preto, carimbos de cerâmica com grafismos geométricos para pintar as vestes de algodão ou o corpo, por vezes usando as unhas ou os dedos para deixar marcas.

Eram comuns os cachimbos cerâmicos, bem como o consumo de bebida à base de erva-mate em água fria ou quente. A mistura era vertida em porungas e sugada com canudos de taquara o que posteriormente foi assimilado pelos imigrantes europeus originando o chimarrão. A produção de cerâmica foi interrompida ainda no século XIX com a introdução do ferro entre os materiais usados pelos indígenas (PARELLADA et al, 2006).

Seu modo de habitação era composto por aldeias circulares de até trezentos moradores onde construíam grandes casas sem divisões internas para abrigar até 30 pessoas; dormiam em redes. No centro da aldeia se encontrava a casa de reza. Depois de cinco ou seis anos abandonavam a aldeia transferindo-se para outros lugares para que o “solo descansasse e a fauna se recuperasse” (PARELLADA et al, 2006, p. 31).

3.1.2 Conjuntura da TI Mangueirinha: da demarcação da área aos dias atuais

A presença dos indígenas nesta região foi palco de vários fatos e acontecimentos que servem para analisar a conjuntura da TI. A área indígena foi demarcada em 02 de março de 1903 pelo Decreto Estadual nº. 64 como forma de reconhecimento pelos serviços prestados pelos índios Caingangue aos militares na

abertura de estradas entre as povoações de Guarapuava e Palmas e a Colônia Militar do Chopim com o fim de povoar a região (HELM, 1996; 2001). A demarcação da área se deu pelo fato de que os indígenas não aceitaram o pagamento em moeda pelos serviços reivindicando, no entanto, a garantia de posse do território por eles ocupado há tempos na então Colônia K.

Em 1949, o Governo do Paraná e a União, mediante a celebração de um convênio para regularização das áreas indígenas reduziram⁴⁶ a área para 2.500 hectares. Em 1950, o Estado em reunião com o extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) reconheceu a área como insuficiente e destinou 100 hectares por família de 5 pessoas, mais 500 hectares para o Posto Indígena e demais dependências, independentemente da efetiva localização permanente dos indígenas no espaço ou de seus aspectos culturais. Deste modo, 4.100 hectares (Gleba C da Colônia K) foram destinados aos Caingangue e 3.300 hectares aos Guarani (Gleba A) num total de 7.400 hectares⁴⁷. Os outros cerca de 9.000 hectares (Gleba B) foram doados à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI), em 1951, por conta de um Decreto Estadual que revogou vários atos normativos incluindo o de 1903.

Em 1961, o SPI protestou e requereu revisão dos atos. O Governo do Estado, então, registrou escritura em Palmas, PR por meio do FPCI destinando as áreas da Gleba C para os Caingangue, da Gleba A para os Guarani, alienando a Gleba B para Oswaldo Forte e outros, num total de 38 colonos. Pouco tempo depois, as terras foram vendidas pelos colonos à empresa Slaviero e Filhos S/A Indústria e Comércio de Madeiras.

Desde então, as terras da Gleba B, que concentram a maior parte das araucárias, foram disputadas por várias partes, sendo sempre requeridas pelos

⁴⁶ Publicado no D.O. nº. 114 de 18/05/1949.

⁴⁷ O que pressupõe ser de 36 o número de famílias Caingangue no espaço, algo em torno de 180 indivíduos, e de 28 famílias Guarani, ou cerca de 140 indivíduos.

indígenas. Em 1974, a FUNAI ajuizou ação de oposição requerendo exclusividade de direito à posse e ao usufruto pelos índios sobre a área e que fosse declarada a nulidade dos títulos de domínio dos colonos e da Slaviero alegando que a posse e o domínio sobre a área pertencia aos índios desde tempos imemoriais. Em 1985, os indígenas de Manguairinha expulsaram todos aqueles considerados 'invasores' permanecendo no espaço.

Em 16 de dezembro de 2005, a Justiça Federal entendeu que os indígenas sempre detiveram a posse dessa área dando-lhes ganho de causa e o direito legal sobre a Gleba B. Outras oito ações também foram julgadas favoráveis aos indígenas. O processo totalizou mais de trinta anos tendo oito ações ajuizadas em sessenta e sete volumes e mais de catorze mil páginas. Mais de trinta magistrados atuaram no processo⁴⁸.

Enquanto o processo corria, entre as décadas de 1960 e 1980 os madeireiros que exploravam a região chegaram a instalar unidades beneficiadoras dentro da TI, utilizando até mesmo os indígenas como mão-de-obra para a extração de madeira. Esse contato levava os indígenas a cederem a muitas das pressões dos não-índios trocando madeira e animais por dinheiro e outros elementos contribuindo para a construção de um quadro sócio-cultural degradado entre os indígenas e para o conseqüente preconceito frente aos moradores do entorno. Outro problema freqüente era o aluguel para não-indígenas de áreas para agricultura extensiva, pois estes derrubavam vastas áreas de floresta de araucárias utilizando agrotóxicos em grande escala.

A construção da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, no Rio Iguaçu, também causou impactos (HELM, 2001). As obras da barragem tiveram início em

⁴⁸ Informações obtidas na Justiça Federal no Paraná e na FUNAI, Situação Fundiária.

1974, sendo que o reservatório de 208 km² foi formado em 1979 ocupando uma extensão de 6 km da TI na BR-373. Coube ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) a responsabilidade pela indenização. O estudo de impacto realizado pelo Governo Federal em 1975 (após a construção da obra, diga-se) não tratava da interferência direta na TI com inundação de 306 hectares, especificamente sobre terras dos Guarani.

Outras interferências na área de TI se referem à implantação de duas linhas de transmissão de energia em 1978, atravessando uma área de 37 hectares de pinheiral nativo e em 1979, tomando outros 25 hectares que incluíam também áreas de agricultura.

O Departamento de Patrimônio Imobiliário da concessionária da obra, a Eletrosul, buscou equacionar a indenização de terras e benfeitorias atingidas com a FUNAI, mas a indenização foi bastante retardatária. Apenas em 1985, a FUNAI teve condições legais de receber o montante de indenizações e distribuí-las às famílias para a implantação de roças, dentro dos limites da TI, “No entanto, poucas foram as que efetivaram o projeto e aquelas que conseguiram plantar perderam a produção no ano seguinte devido à forte seca.” (BRASIL. Ministério da Infraestrutura; 1990, p. 104). A concessionária Eletrosul, responsável pelas obras, ainda explorou uma pedreira existente na TI mediante indenizações mensais correspondentes ao material retirado.

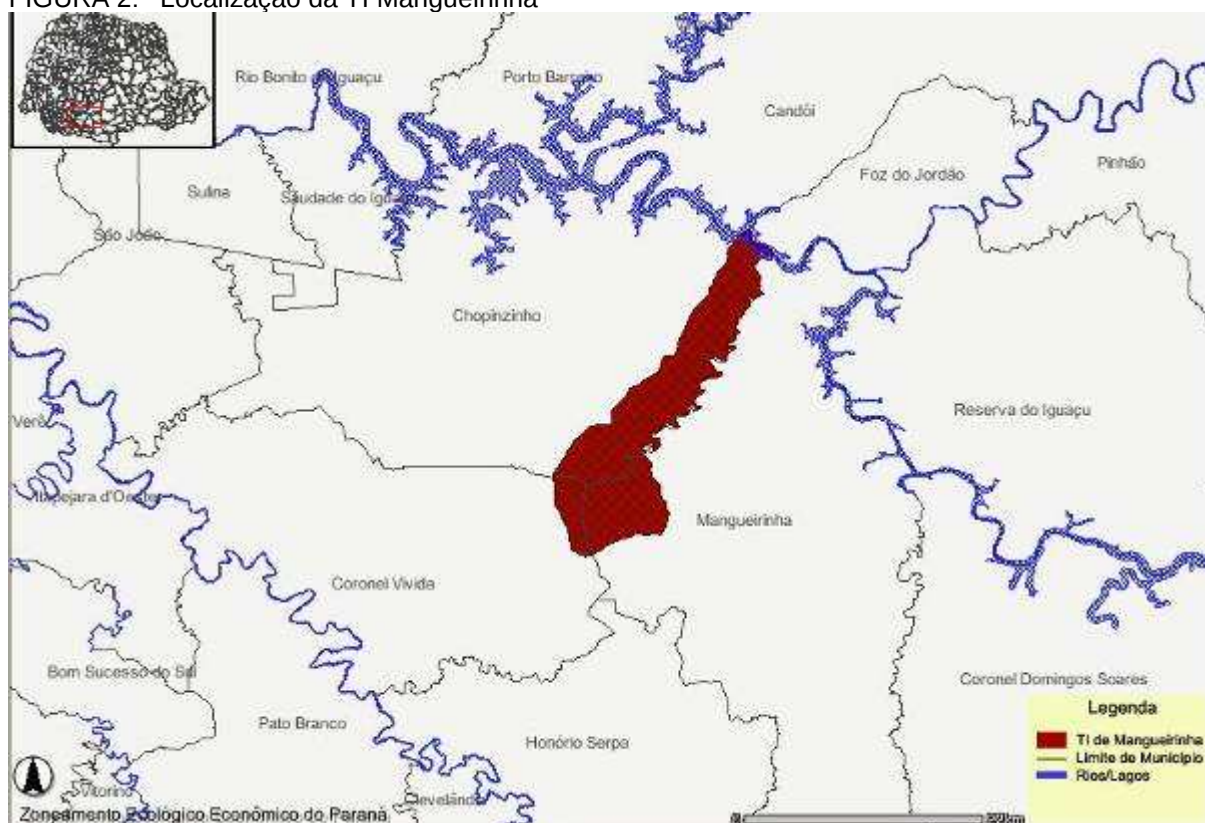
Os alagamentos de suas terras e o retardo nas indenizações fizeram com que muitos indígenas migrassem para outras aldeias (HELM, 1996; 2001). Isso tudo associado às intervenções externas constantes, o aumento populacional da região e a intensificação do contato com a população agravaram os problemas de saúde, de invasão territorial e de relacionamento econômico desigual onde os indígenas eram

as partes menores. O órgão do Governo responsável pelas obras de energia elétrica da região atestou sua incapacidade de lidar com os acontecimentos e afirmou que

A ação do Setor nesse caso foi segmentada e sem continuidade. Considerou-se o território indígena como uma propriedade particular a ser indenizada monetariamente. No entanto, as indenizações pela perda das terras indígenas, sem a reposição do território e sem o adequado acompanhamento de projetos de orientação e assistência, mostraram-se inadequadas. Ao cabo de dois anos, nada restou do valor indenizado. (BRASIL. Ministério da Infraestrutura, 1990, p. 104)

Após encerrado o processo supra-citado os limites da TI Mangueirinha⁴⁹, PR ficaram definitivamente delimitados. A TI está localizada às margens do Rio Iguaçu, na área de abrangência dos Municípios de Chopinzinho, Coronel Vivida e Mangueirinha, localizados no Sudoeste do Estado (FIGURA 2).

FIGURA 2: Localização da TI Mangueirinha



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná, Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), 2006.

⁴⁹ Apesar de a maior parte da TI estar localizada no Município de Chopinzinho o nome da Reserva ficou atrelado à Mangueirinha, do qual Chopinzinho era Distrito Administrativo até a criação do município com a Lei Estadual nº. 253 em 26/11/1954.

Em porcentagens, a distribuição da área se dá da seguinte forma: 65% no Município de Chopinzinho, 24% no Município de Manguairinha e 11% no Município de Coronel Vivida. Atrás apenas da TI Rio das Cobras, no Oeste do Estado, a TI Manguairinha possui área de 17.308,07 hectares (IAP, 2006; TABELA 2), sendo a segunda maior do Estado do Paraná.

TABELA 2: Distribuição da área da TI Manguairinha

INFORMAÇÃO	Área			
	Manguairinha	Chopinzinho	Cel. Vivida	Total
ÁREA (hectares)	4.051,31	11.347,18	1.909,59	17.308,07

Fonte: IAP. Memória de Cálculo e Extrato Financeiro do ICMS Ecológico por Biodiversidade. Curitiba: Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIPAB), 2006.

Em 2006⁵⁰, a TI Manguairinha contava com 1.649⁵¹ indígenas dos quais 1.217 eram da etnia Caingangue e 432 da etnia Guarani.

Os Municípios aos quais a TI Manguairinha está circunscrita possuem economia basicamente voltada para a produção agrícola (TABELA 3), sendo Manguairinha o maior produtor de grãos do Sudoeste.

TABELA 3: Maiores culturas dos Municípios onde está a TI Manguairinha em toneladas (t)

CULTURA	FONTE	DATA	MANGUEIRINHA	CHOPINZINHO	CEL. VIVIDA
Produção de Soja	IBGE	2006	79.300	45.950	57.125
Produção de Milho	IBGE	2006	48.183	31.175	35.260
Produção de Feijão	IBGE	2006	10.268	2.125	3.780
Produção de Trigo	IBGE	2006	6.800	3.150	21.250

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Produção Agrícola Municipal, 2006.

A essência agrícola dos três Municípios fica demarcada ao se analisar os números da sua população. Na soma, quase 50% dos habitantes destes Municípios residem na zona rural, o que leva à constatação de que o campo é dividido, em sua maioria, em pequenas e médias propriedades as quais circundam a área da TI. Em

⁵⁰ Dados informados pela FUNAI, Administração Executiva Regional de Guarapuava, PR, 2006.

⁵¹ O número tem oscilação constante em função de duas razões: primeiro porque os Guarani têm por hábito percorrer outras aldeias para visitar familiares passando grande tempo fora de sua aldeia. Já os Caingangue têm residência mais fixa e geralmente saem por motivos de desacordo com suas lideranças, os caciques, e quando o fazem costumam sair em grandes grupos.

geral, são Municípios de baixa densidade demográfica, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) em nível médio (TABELA 4).

TABELA 4: Indicadores econômicos dos Municípios da TI Mangueirinha

INFORMAÇÃO	FONTE	DATA	Mangueirinha	Chopinzinho	Cel. Vivida
Área Total km ²	SEMA	2005	1.073,3	959,1	683,2
População Total	IBGE	2000	17.760	20.543	23.306
População Urbana	IBGE	2000	6.450	10.529	14.732
População Rural	IBGE	2000	11.310	10.014	8.574
Densidade Dem. hab/km ²	IPARDES	2006	16,46	21,79	32,13
IDH-M*	PNUD/IPEA/FJP	2000	0,754	0,773	0,775
PIB Per Capita (R\$)	IBGE/IPARDES	2004	26.684	8.504	7.249

*Acima de 0,800 é considerado alto para o PNUD (2000).

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2007).

A ação madeireira e a agricultura extensiva podem ser consideradas as principais responsáveis pela situação em que se encontra a cobertura vegetal da região do entorno da TI. Ao mesmo tempo, tais atividades encontraram fronteira ao se deparar com os limites da TI como pode ser percebido na imagem do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Paraná (FIGURA 3).

FIGURA 3: Mosaico da Cobertura Vegetal da Região da TI Mangueirinha, 2000.



Fonte: Adaptado de Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná (SEMA, 2000).

Mais recentemente, os indígenas têm recebido atenção por parte das administrações municipais e do Governo Estadual. Esses investimentos ainda não são suficientes para resolver os problemas enfrentados por estes povos, mas têm contribuído para melhorar as condições locais. Na atual gestão do Governo Estadual foram mantidos os programas de valorização da língua indígena nas escolas das aldeias e criadas políticas públicas específicas para a educação indígena em parceria com os Municípios e para a promoção do artesanato, inclusive com a troca por cestas básicas (PARELLADA et al, 2006).

A partir de 2005, o Governo do Estado através da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), iniciou a construção de moradias do projeto Casa Familiar Indígena. Num custo de aproximadamente R\$ 10 mil por unidade de 53m² as casas são feitas de alvenaria com esquadrias em madeira e possuem dois quartos, sala, cozinha, banheiro externo, varanda, forro, cobertura com telhas de cerâmica e instalação elétrica. O Programa, com mais de R\$ 2,7 milhões investidos em sua primeira etapa, tem em construção ou já concluídas cerca de 500 moradias em 10 Municípios paranaenses (PARANÁ. COHAPAR, 2006). Ao se cruzar a TI Manguairinha pela BR-373 ou PR-281, pode-se perceber tais construções. Até 2006, foram entregues 136 casas: 63 no Município de Manguairinha, 62 em Chopinzinho e 11 em Coronel Vivida, em sua grande maioria para o povo Caingangue (TABELA 5).

TABELA 5: Habitações entregues pelo Programa Casa da Família Indígena na TI Manguairinha

	Aldeia									Total de casas por Município	Total de casas da TI Manguairinha
	Aldeia	Água Santa	Campina	Paíol Queimado	Sede	Passo Liso	Palmeirinha do Iguaçu	Mato Branco	Linha Luiz		
Manguairinha		04	30	13	16					63	136
Chopinzinho						29	24*	05	04	62	
Coronel Vivida									11	11	

* Casas destinadas a indígenas Guarani.

Fonte: Adaptado de: COHAPAR. Produção Habitacional por Município e por Modalidade (2006).

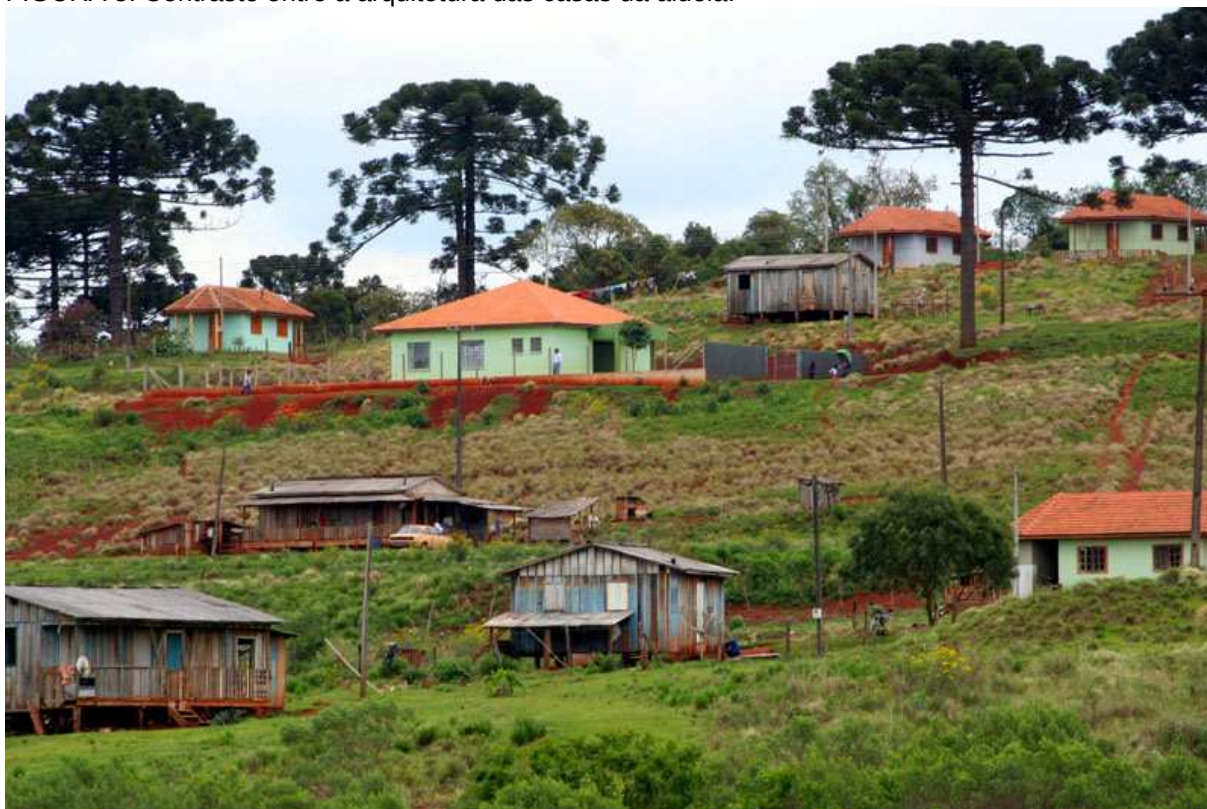
Na TI Mangueirinha existem dois projetos, um para a etnia Caingangue e outro para a Guarani, os quais foram discutidos entre governantes, indígenas e indigenistas, de acordo com a COHAPAR (FIGURA 4).

FIGURA 4: Casa Familiar Indígena Guarani e Caingangue



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

FIGURA 5: Contraste entre a arquitetura das casas da aldeia.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2007.

Apesar da boa intenção e resultados diretos para a população indígena deve-se ressaltar que as casas são de grande impacto na cultura tradicional Caingangue e Guarani e contrastam (FIGURA 5) com as casas feitas de madeira,

taquara e cobertas com palhas ou lonas, ou mais recentemente por telhas de amianto, denotando rejeição, por vezes, ao projeto do Governo do Estado (DALL'IGNA et al, 2005).

Toda essa nova condição, aliada a trabalhos na área de saúde por parte da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e dos Municípios, tem contribuído para elevar a taxa de crescimento populacional para próximo dos 4% nas aldeias de indígenas em geral (FUNASA, 2006; AZEVEDO, 2000). Se de um lado estes dados são positivos, ao mesmo tempo, revelam a face complexa de que o aumento populacional acaba gerando maiores pressões sobre a área que ocupam, uma vez que as TIs não são alvo de expansão.

Em relação à agricultura, os indígenas produzem basicamente milho e feijão. Quanto aos meios de produção em suas roças, até o início do ano 2000 costumavam usar a rotação de área, lançando mão das queimadas para recuperar o solo. Através de ações de conscientização os Governos Municipais e o Estadual e a ação da patrulha ambiental indígena conseguiram reduzir sensivelmente este sistema uma vez que as queimadas saíam do controle dos índios causando danos ao meio ambiente. As secretarias dos Municípios de maneira assistencial ofereceram instrumentos tradicionalmente não-indígenas, como arados e carroças, e também propuseram a correção dos solos com o rodízio de culturas⁵².

No início do inverno, os indígenas trabalham também com a coleta e comercialização do pinhão, fruto das araucárias. No entremeio, produzem e comercializam artesanato, como forma de incremento na renda.

⁵² Informações obtidas junto ao IAP, Regional de Pato Branco, por meio de entrevista exploratória com funcionário do departamento, em janeiro de 2006.

3.2 PELAS TRILHAS DA TI DE MANGUEIRINHA: PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES PARA O ECOTURISMO

Neste momento, são apresentadas as discussões geradas entre o discurso dos entrevistados e os aspectos teóricos referenciais sobre o ecoturismo. A organização do debate seguiu uma divisão textual tomando por base o conceito de ecoturismo segundo Honey (1999) o qual deu origem a sete categorias teóricas de análise. Das falas dos entrevistados emergiram alguns termos recorrentes os quais configuraram sub-categorias de análise que auxiliaram a compreender a categoria principal. Para a organização e interpretação dos dados recorreu-se ao método de análise do discurso (BARDIN, 1977).

Também foram utilizadas figuras de apoio para retratar as cenas de maior relevância no contexto da discussão. Outro recurso utilizado são os mapas disponibilizados junto com algumas das figuras, os quais foram elaborados com base nas pesquisas de campo e em fotos de satélite para localização dos pontos de interesse turístico da TI. Estes mapas derivam do Mapa Turístico da TI Manguinhos (APÊNDICE D) elaborado pelo pesquisador durante a investigação.

3.2.1 O encontro de culturas entre visitados e visitantes

Uma vez que não é proposta uma seqüência rígida de análise no conceito de ecoturismo segundo Honey (1999), pareceu importante iniciar a discussão pela

apresentação do encontro entre as culturas de visitantes e visitados, uma vez que a partir destes encontros é que decorrem as outras situações.

Quando se refere ao 'estímulo ao respeito por diferentes culturas e pelos direitos humanos' (HONEY, 1999) isto implica verificar os impactos deixados pelas interações turísticas. Deste modo, o assunto precisa ser analisado por dois vieses: impactos na cultura de visitantes e na cultura de visitados.

Para iniciar o debate pode-se recorrer a Krippendorf segundo o qual "o que precisamos, em primeiro lugar, não é de viagens diferentes, mas de seres humanos diferentes." (KRIPPENDORF, 1989, p. 173). Ou seja, faz-se necessário um novo modo de vida, um cotidiano diferente para se poder crer em um turismo que conduza ao equilíbrio de interesses tanto de viajados como de viajantes.

A diferença poderia ser também entendida em outro contexto, diferente daquele apresentado pelo referido autor: a diferença relacional, ou seja, cultural. Neste sentido, a cultura exprime quem se é, quem é o outro, o *alter*, e o que os diferencia na tentativa de responder quem é o mundo. Para se identificar uma cultura é necessário observar as diversas formas de comunicação, expressão, discurso e representação de um povo. Para Morin

A Cultura, que caracteriza as sociedades humanas, é organizada/organizadora via o veículo cognitivo da linguagem, a partir do capital cognitivo coletivo dos conhecimentos adquiridos, das competências aprendidas, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas de uma sociedade. Assim se manifestam 'representações coletivas', 'consciência coletiva', 'imaginário coletivo'. E, dispondo de seu capital cognitivo, a cultura institui as regras/normas que organizam a sociedade e governam os comportamentos individuais. (MORIN, 2002, p. 19)

Logo se percebe o caráter irrevogável do dinamismo cultural, uma forma de sincretismo não no sentido de mistura, mas de um processo de reconstrução identitária impresso através do contato com o outro (SANCHIS, 1997). No caso, um processo de redefinição de si em função da definição do outro, do não-indígena. Na

questão de minorias, como as etnias indígenas, o conceitos de identidade e de cultura assumem grande relevância. A busca pela diferenciação é latente, pois reivindicam “identidades próprias baseadas em religiões e costumes diferentes das sociedades em que estão inseridos.” (SILVA; SILVA, 2005, p. 125).

No entanto, questiona-se: até que ponto se conseguiria hoje tanta diferenciação? Ainda: o indígena deixou de se transformar em sua cultura entre os anos de 1000 e 1500, antes da colonização? Quem sabe? Ora, só porque não há registros, não se pode dizer que não houve transformações culturais!

Então, porque se insiste em manter uma concepção estanque no que tange à identidade indígena? Não se trata aqui de ignorar sua cultura e suas representações, uma vez que é inevitável a constante reconstrução da identidade indígena (MENDES, 2002; SANCHIS, 1997). O que se deve procurar então é a preservação de sua unidade para que haja continuidade histórica do grupo. A manutenção deste grupo é o que define a garantia de identidade, de cultura. Então, deve-se desmistificar o retorno ao ‘puro’, na concepção tradicionalista e ultrapassada de sincretismo. Deve-se pensar em uma cultura mais voltada à re-ligação, e não à cristalização. Cristalizar a imagem de um indígena nos moldes do passado seria revogar a essência da identidade e da cultura o que seria no mínimo idílico e utópico.

Com base neste cenário, buscou-se identificar, durante as entrevistas com os sujeitos da pesquisa, aqueles elementos recorrentes em suas falas os quais permitiram a construção de sub-categorias de análise. Assim, buscou-se apresentar os visitados e seus aspectos culturais, bem como os visitados em seu encontro com os visitantes.

3.2.1.1 *Os visitados: uma cultura dinâmica*

Na TI Mangueirinha compreende-se por visitados os moradores das aldeias⁵³ Palmeirinha do Iguaçu, em Chopinzinho e a Aldeia Sede, em Mangueirinha. Estas aldeias são as que receberam o maior número de infra-estruturas e acabaram concentrando a movimentação principal entre os indígenas.

Nesta categoria compete discutir as diferenças culturais e para iniciar a discussão sobre a cultura dos visitados faz-se necessário recorrer aos conceitos de o que vem a ser cultura e patrimônio cultural.

No Brasil o conceito de patrimônio cultural esteve inicialmente associado ao sinônimo de patrimônio arquitetônico⁵⁴, a exemplo do que acontecia em nações européias. No entanto, ao se perceber que o povo brasileiro possui uma riqueza cultural distinta dos países europeus, os conceitos foram evoluindo⁵⁵ e permitiram uma extensão do conceito de patrimônio cultural incluindo não apenas os “artefatos da elite, mas também os de grupos minoritários (indígenas, negros, ciganos e outros) e os estratos populacionais não privilegiados.” (PELLEGRINI FILHO, 2001, p. 106).

⁵³ As demais aldeias são: Passo Liso, Mato Branco, Campina, Paiol Queimado e Água Santa.

⁵⁴ Tal associação pode ter se dado pelo fato de que foram arquitetos os primeiros dirigentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado pela Lei 378 de 13 de janeiro de 1937 e responsável pela conservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro o qual era definido como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico” (Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937). Lemos salientou para a necessidade de maior abrangência do conceito de patrimônio cultural retratado e apontou a contribuição do poeta Mário de Andrade, redator do primeiro anteprojeto de lei sobre o assunto, o qual arrolou “bens culturais dentro de uma sistemática somente hoje em nossos dias divulgada pelas entidades e recomendações internacionais, que tratam modernamente do assunto” (LEMONS, 1984, p. 41). As categorias contidas no anteprojeto eram “1.Arte arqueológica; 2.Arte Ameríndia; 3.Arte popular; 4.Arte histórica; 5.Arte erudita nacional; 6.Arte erudita estrangeira; 7.Artes aplicadas nacionais; 8.Artes aplicadas estrangeiras.” (PELLEGRINI FILHO, 2001, p. 104)

⁵⁵ Para Pellegrini Filho, a atuação do designer Aloísio Sérgio Magalhães à frente do SPHAN no final da década de 1970 permitiu uma nova visão sobre o patrimônio cultural brasileiro.

Segundo Casasola, um conceito de patrimônio cultural,

[...] inclui não só os monumentos e manifestações do passado (sítios e objetos arqueológicos, arquitetura colonial e histórica, documentos e obras de arte), mas também o que se chama patrimônio vivo: as diversas manifestações da cultura popular [...], as povoações ou comunidades tradicionais, as línguas [...], o artesanato e artes populares, a indumentária, os conhecimentos, valores, costumes e tradições, características de um grupo ou cultura. (CASASOLA, 1990, p. 31)

Barretto ressalta também a característica da imaterialidade de alguns aspectos culturais. Para ela, o patrimônio cultural “[...] inclui não apenas os bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano [...]” (BARRETTO, 2000, p. 11). Pode-se entender também que mesmo o conceito de natureza e o conhecimento a seu respeito é compreendido como uma categoria de patrimônio cultural (VAL; ZOLLA, 2004).

Deste modo, a produção histórica de um lugar, seja ela em forma de bens patrimoniais ou do saber de um povo sobre tais bens, é o que contribui para a construção de seu patrimônio cultural. Assim, percebe-se que cada lugar apresenta forma, cultura e identidade próprias que as distinguem de outros lugares e que constituem este espaço como uma “sociedade em movimento” (PELLEGRINI FILHO, 2001).

A TI Manguairinha assim como qualquer outro lugar, apresenta uma série de aspectos culturais. Alguns deles lhe são peculiares enquanto outros aspectos podem ser encontrados também em outros lugares.

Escolheu-se iniciar a apresentação pelos que têm aspectos mais visíveis, especificamente os elementos arquitetônicos. As primeiras obras que se pode perceber no espaço da TI fazem parte de um conjunto de infra-estruturas construídas durante a gestão do Governo Estadual 1997-2000 e compreendem os Centros de Cultura Indígena, os Postos de Fiscalização Indígena e os Totens. Não

se tem notícia das motivações que levaram o Governo Estadual à construção deste patrimônio, mas percebe-se que alguns destes elementos já foram incorporados na cultura da comunidade indígena.

Ao se aproximar das fronteiras com TI Manguueirinha pelas rodovias BR-373 ou PR-281 o visitante se depara com portais de entrada. No total, foram confeccionados quatro conjuntos em toras de eucalipto em forma de Totens. Próximo a cada conjunto de Totens está um Posto de Fiscalização Indígena, construído para favorecer o controle da TI especialmente em relação a seus aspectos naturais. Os postos se encontram desativados e o patrimônio abandonado, sendo que não encontra significado para os indígenas (FIGURA 6).

FIGURA 6: Totens nas fronteiras da TI Manguueirinha



Fonte: Dados da Pesquisa, 2007.

Na mesma oportunidade, o Governo do Estado construiu dois Centros de Cultura Indígena, um para a etnia Caingangue e outro para a Guarani. Ambos os projetos seguem linhas arquitetônicas parecidas e possuem amplo espaço, salas de apoio, sanitários, cozinha, área externa e uma pista de chão batido para as danças típicas, além de amplo pátio externo.

Além deste patrimônio mais recente ainda pode ser citada a Casa de Rezas do povo Guarani, construída dentro das tradições históricas pelos próprios indígenas, e as antigas habitações que contrastam com a arquitetura das casas do Programa Casa Familiar Indígena. Também fazem parte outros elementos com pouco apelo turístico, como o Posto Indígena da FUNAI, a Escola e barracões.

Atualmente, os Centros de Cultura Indígena concentram as atividades culturais das aldeias, bem como os cursos de artesanato e dança quando oferecidos, além de servirem de sala de aula em função da lotação das escolas de ensino fundamental entre os indígenas (FIGURA 7).

FIGURA 7: Centro de Cultura Indígena Caingangue



Fonte: Dados da Pesquisa, 2007.

Há também indígenas que ocupam o espaço dos Centros para confeccionarem e armazenarem seu artesanato para venda. Os principais artigos

são de cestarias, arcos e flechas, instrumentos musicais como maracás, colares de sementes e miniaturas de animais em madeira entalhada (FIGURA 8).

FIGURA 8: Artesanato produzidos pelos indígenas



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2007.

É neste espaço do Centro de Cultura que também realizam suas apresentações e comemoram o Dia do Índio, o único evento festivo apontado pelo Cacique durante a entrevista. Na oportunidade, fazem uma seqüência de festas quando, segundo o Cacique, se “[...] reúne toda a comunidade indígena dos três Municípios que pertencem à reserva de Mangueirinha todos os dias e ficamos apresentando, com danças, festas, cânticos [...] sempre mantendo essa tradição.”, o que demonstra haver ainda um outro patrimônio cultural histórico imaterial na TI.

Quanto às medidas para a conservação deste patrimônio imaterial em sua fala o Cacique associou elementos como o incentivo à produção do artesanato, as danças freqüentemente praticadas inclusive com vestimentas ‘típicas’, e trouxe grande ênfase às histórias contadas pelos mais velhos, como os saberes sobre a mata, sobre os animais e sobre a natureza e o ensino do idioma indígena pelos professores na escola. O Cacique ainda transparece com orgulho um apego às questões ligadas ao seu patrimônio histórico-cultural imaterial de seu povo:

[...] a gente não anda trajado diariamente com nosso vestuário típico, mas sempre que necessita de uma apresentação num colégio, para um turista, num evento que o Prefeito chama, o Governador chama, a gente sempre tá

apresentando, sempre tem ainda essa tradição para manter a dança e as comidas típicas, ainda existe na aldeia, todos nós ainda comemos as comidas típicas a gente nunca deixa esquecer, sempre repassando para os filhos, o que nossos pais e avós sempre repassaram para nós.

No ecoturismo um dos apelos principais para o ecoturista é a população local de um lugar, seus bens materiais e imateriais, suas tradições e costumes. Ou seja, muitos lugares integrados com os aspectos de meio ambiente onde o patrimônio histórico-cultural se apresenta em bom estado de conservação podem ter sua promoção voltada para o ecoturismo sendo este um dos tipos mais importantes de turismo “que serve [tanto] ao enriquecimento do conhecimento humano quanto à herança histórica da humanidade e ao modo de vida de outros povos” (WAHAB, 1977, p. 18).

De acordo com Drumm & Moore o aspecto cultural “se constitui sempre em um associado, ou em um elemento do ecoturismo” (DRUMM; MOORE, 2003, p. 19), uma vez que, em locais onde ainda se conservam os aspectos naturais a população geralmente apresenta costumes e saberes sobre a natureza que lhe são peculiares, como o uso de ervas medicinais, instrumentos e utensílios e tecnologias desenvolvidas para a vida naquele cotidiano. Para os referidos autores, este aspecto cultural do ecoturismo pode ser dividido em duas categorias: uma mais convencional e outra mais antropológica.

Na primeira, os turistas têm acesso à cultura do lugar de maneira mais indireta, mantendo contato com museus ou sendo expectadores de danças e músicas apresentadas, muitas vezes, fora da comunidade tradicional e de seu contexto significativo, não apreendendo além de uma pequena representação da identidade de um destino. O risco desta forma de promoção é a “coisificação” (DRUMM; MOORE, 2003) da cultura, onde a população adapta o seu modo de vida

para a atração de turistas. Swarbrooke aponta que a fossilização das culturas deve ser evitada uma vez que

[...] a cultura está sempre mudando, e é provavelmente impossível e indesejável tentar conservar culturas. Parece estranho falar emocionalmente e nostalgicamente da necessidade de conservar uma cultura tradicional, que já vem sendo rejeitada pelos jovens autóctones, ávidos por adotar a cultura do próprio país dos turistas. Existe o risco de que o interesse de hoje em conservar as culturas de ontem faça com que as novas culturas do amanhã sejam um tanto artificiais e carentes de dinamismo. (SWARBROOKE, 2000c, p. 45)

Nessa abordagem sobre a cultura muitos turistas podem ter estereótipos criados a partir de representações que têm dos povos, ou de um lugar. No entanto ao chegar no destino encontram um contraste com relação ao seu imaginário pois não entenderam que as culturas são dinâmicas, inclusive a do povo indígena. Um exemplo deste dinamismo é a afirmação do Chefe do Posto Indígena da FUNAI:

Penso que o índio tá lá, é um ser humano que nem a gente! Oh, agora essa semana, esse final de semana inclusive se formou um índio aqui em Mangueirinha em Administração e Agronegócios. Nós temos aqui mesmo uma menina que o irmão é Engenheiro Agrônomo trabalha na escola agrícola La Salle de Xanxerê, nós temos uma outra aqui formada, os professores aqui todos praticamente formados em curso de nível superior. Então, eles, têm a mesma coisa que a gente aqui hoje.

O Cacique aponta que já são mais de trinta os indígenas que freqüentam ou freqüentaram os bancos das faculdades e universidades. Ele mesmo recentemente prestou vestibular para Administração e estava pensando se iria ou não cursar a faculdade, já que tinha passado no teste seletivo. Para o Cacique, esta interação com o mundo é necessária. Segue afirmando:

[...] porque hoje, temos vários universitários, a gente precisa de computadores, de um televisor, de um telefone em casa, de um celular, a gente que viaja muito, precisa se comunicar com aldeia para saber como está a situação. Então, ajuda bastante nessa parte, principalmente as pessoas que estão estudando, se preparando para assumir um trabalho junto a comunidade. Então a gente vê por esse lado, que também, claro depende de cada um o que pretende tirar desse meio, [...] porque a gente sempre tá buscando os meios pra gente apresentar para as crianças. Porque eles dependem de estar inseridos no mundo de hoje, no meio de

comunicação que existem hoje, porque não como no tempo dos nossos avós que não existia rádio, televisão, o transporte deles era diferente, a gente tem que estar inseridos no mundo de hoje. [...] a pessoa que tem que saber até que ponto pode ir, até que ponto não pode, porque se a pessoa quer buscar algum conhecimento que possa ajudar a comunidade ele tem tudo, mas também se ele quiser aprender coisas que venha prejudicar, então depende muito do trabalho que a gente faz de conscientização, que os jovens e as crianças venham tirar dali alguma coisa que venha ajudar a comunidade.

Em se referindo aos indígenas de mais idade da aldeia o Cacique afirma:

“a gente vê até hoje eles não aceitam muitas coisas, a gente que é mais novo que consegue convencer para que eles entendam o que esses meios vêm ajudar a comunidade.” Destas falas o que se pode perceber é que os indígenas têm sido confrontados com desafios parecidos aos do não-indígena em relação à mídia televisiva, à globalização e ao consumo de culturas (BAUMAN, 1999, 2005; GUIDDENS, 2002) e deste modo não se pode supor que o indígena da TI Mangueirinha viva uma cultura hermeticamente vedada (MENDES, 2002).

Estas afirmações implicam repensar o conceito pré-concebido que se tinha do indígena, aquele retratado nos livros de história de antes da virada do século. É necessário entender que o indígena não é um só, que não há apenas uma voz e uma única identidade para cerca de 200 etnias presentes no Brasil. Este mito cristalizado precisa ser revisto, pois em meio a este preconceito podem estar se perdendo muitos aspectos da diversidade do povo brasileiro.

Uma das formas de evitar tal fossilização é por meio da categoria mais antropológica do turismo cultural, aquela na qual o turista se mostra interessado em conhecer a cultura do lugar de maneira mais direta, buscando aprender diretamente com a população local e não de maneira isolada, à distância. Esta categoria apresenta maior probabilidade de aprendizado e evita a ‘coisificação’ da cultura e dos sujeitos locais apontadas por Drumm e Moore (2003) dentre outros, e depende quase que em sua totalidade do interesse do turista em proceder a este

aprendizado. Todo esse contato da população local com o turista também pode trazer impactos nos aspectos culturais do destino para o que se faz necessário um correto planejamento e monitoração da atividade turística.

Percebem-se impactos benéficos do ecoturismo por meio do aspecto cultural tais como a compreensão das culturas e o aprendizado com o legado e a história de um lugar, promovidos tanto pela categoria convencional quanto pela mais antropológica, numa aproximação com a interculturalidade (VAL; ZOLLA, 2004; KYMLICKA, 1996). Esta última denota ser a que mais se aproxima das características demandadas pelo ecoturismo, uma vez que promove a visita *in situ*. De qualquer modo, a categoria mais tradicional pode também contribuir como apoio ao ecoturismo na forma de registro histórico do local por meio de museus e relatos em painéis dentre algumas formas.

Uma das formas pelas quais foi possível perceber o nível de interação que o visitante encontra no espaço da TI se refere ao modo como atualmente interagem com a população do entorno. Na entrevista com o Prefeito de Chopinzinho ficou clara a percepção sobre o comportamento dos Caingangue e dos Guarani frente aos não-indígenas dos Municípios:

É uma questão bem interessante, e primeiro tem que separar o seguinte: a questão do Povo Guarani e do Povo Caingangue. O povo Guarani ainda é bastante reservado, ele não interage muito, bastante fechado, restrito. Até mesmo na questão da saúde o sujeito, dentro da comunidade indígena, doente, para ele ir até comunidade branca, é bastante difícil, só vai depois que o problema se agravar, quando o Cacique autorizar, o curador ou o pajé fizer a parte dele. Inclusive uma comunidade que preserva mais a parte cultural por ser mais restrita. Agora, o Caingangue não! O Caingangue é totalmente interagido, tem relações bem claras e abertas com a comunidade branca, negócios. Tem uma diferença dos dois povos, tem que deixar bem claro isso.

Sobre o mesmo aspecto de relações com os não-indígenas o Prefeito de Coronel Vivida afirma que “na desenvoltura deles também se percebe que eles já

não têm tanta reserva na aproximação com o branco, nem com as autoridades, então há da parte deles uma confiança nas autoridades locais, e na população.” Também o Prefeito de Manguelirinha afirma: “Eu gosto muito de trabalhar com os índios. Eu diria para você que os índios têm uma capacidade de percepção e de compromisso maior que a do branco!”. Isso permite inferir que os indígenas já possuem uma interação bastante grande com os não-indígenas e que sua relação com os visitantes não traria estranheza de sua parte. Pelo contrário, talvez a estranheza se desse mais por parte dos visitantes em função da representação que podem vir a ter do índio.

Apesar desta integração já ser grande a comunidade visitada, em desejando implementar o ecoturismo como uma de suas atividades contínuas, deve buscar preparar-se para receber viajantes de culturas as mais diversas, e entender o turismo como uma via de duas mãos no dinamismo cultural.

Escolher pelo turismo implica optar pelas conseqüências de transformação em hábitos e costumes. Não que se queira cristalizar a cultura – pois é dinâmica – mas não se pode negar que o turismo acelera as trocas culturais e pode conduzir os visitados a viverem sua cultura não mais como algo natural, mas como parte de uma encenação para os olhos atentos dos visitantes.

3.2.1.2 Visitados e visitantes: encontros interculturais e multiculturais

Quanto ao viajante tradicional, o que em geral se percebe é que, ao viajar, tenta fazer-se outra pessoa numa atitude de fuga do seu cotidiano onde

geralmente é pressionado pelas demandas da vida. Assim, busca assumir uma nova identidade, a de turista, e com isso, muitas vezes sente-se livre para ser e fazer o que bem entender fora de sua casa, não importa o que os outros vão pensar (KRIPPENDORF, 1989).

Ele tenta deixar o cotidiano para trás, mas a coisa não é tão simples quanto alternar o botão liga/desliga, pois o cotidiano é também parte integrante e constituinte de cada indivíduo e o acompanhará nas viagens. Por isso, faz-se necessário uma reeducação processual – ainda que soe utopia – onde os viajantes aprendam a ter felicidade em seu cotidiano para também experienciarem a felicidade por meio dos aspectos culturais abarcados pelo ecoturismo.

Entende-se que o turista tem “necessidades sociais, isto é, [tem a necessidade do] contato com outros seres humanos e a necessidade de se realizar, através de experiências, de atividades criativas ou culturais e de descobertas.” (KRIPPENDORF, 1989, p. 134). Para que isso aconteça, será necessário inverter a forma de promoção do turismo – do consumo por prazer para um consumo crítico – e alcançar, por meio da educação, a

[...] transformação de um turista conduzido e manipulado em turista informado e experiente e, afinal, emancipado e maior – um ser humano que seja um consumidor crítico não apenas em casa, mas também durante a viagem. (KRIPPENDORF, 1989, p. 134)

Quando alcança este pensamento o visitante tem a oportunidade de conviver com uma cultura diversa e desenvolver a sociabilidade. Junto aos indígenas, os visitantes poderiam encontrar um momento singular de aprender sobre as raízes culturais formadoras da sociedade brasileira, aumentando sua percepção de sujeito na sociedade.

Em que se tenha notícia, o espaço da TI Mangueirinha recebeu visitantes motivados pelo ambiente cultural propiciado pelos indígenas em sua interação com o meio ambiente. Os visitantes consistiam em sua maior parte de alunos da região que se dirigiam em caravanas organizadas com apoio de suas escolas e dos Núcleos Regionais de Educação (NRE) de Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos para passar o dia na aldeia.

O agendamento prévio era imprescindível e deveria ser feito com o Cacique, segundo o qual as experiências se estendiam também a moradores da região e mesmo a estrangeiros que vinham “[...] tentar conhecer o artesanato, conhecer os indígenas, conhecer o tamanho da aldeia, as araucárias, as cachoeiras, conhecer o trabalho da gente na aldeia, de que forma é feito, se a gente mantém a cultura, ver nossas danças [...]”.

Esta atividade demonstra que os contatos se realizavam vinculados a dois aspectos básicos: a cultura e o meio ambiente dos indígenas. Neste sentido, a promoção do ecoturismo em seu aspecto cultural deve ser realizada de modo responsável, levando em conta os interesses e a dignidade da comunidade anfitriã (DRUMM; MOORE, 2003). Se isso não for feito, as diferenças excêntricas dos visitados para os visitantes (costumes, vestimentas, habitação, hábitos alimentares peculiares) podem levar o turista a tratar a comunidade local “como seres primitivos, atrasados e que devem ser observados de cima para baixo. Por isso, embora os turistas os vejam como ‘entretenimento’, eles não os consideram seres iguais.” (SWARBROOKE, 2000c, p. 64), constatação que precisa ser levada em consideração no planejamento do ecoturismo.

Em se tratando das danças com fins de entretenimento, Pellegrini Filho afirma que “será compreensível até que o executante de uma coreografia tradicional-

popular com sentido religioso se veja motivado a ir além da (para ele) normal *participação* na festa, passando a *se apresentar* na festa” (PELLEGRINI FILHO, 2001, p. 128, grifos do autor). Argumenta ainda que o assédio de turistas e jornalistas “induzem o agente social popular a *se apresentar e a representar*; a festa muda sua função, virando espetáculo laicizado; ocorre uma apropriação de manifestações tradicional-populares por parte da cultura erudita e da cultura de massa” (PELLEGRINI FILHO, 2001, p. 129, grifos do autor). Assim, o folclore é influenciado por atores exógenos enquanto os mesmos atores passam a ser influenciados por estes movimentos sócio-culturais.

Não se pode pensar que o folclore poderá ser vitrificado uma vez que é também elemento cultural e, como tal, tem caráter dinâmico (SANCHIS, 1997; MENDES, 2002). Não obstante, há que se reconhecer que, agora, as mudanças são ocasionadas sob a influência de fatores exógenos advindos da atividade turística antes não relacionados aos integrantes do grupo folclórico, não sendo esta a única atividade a promover interferência no folclore. Por isso,

[...] a perda de identidade cultural é um fator que deve ser dimensionado e corrigido através de políticas de incentivo, estímulo, inserção comunitária e promoção da cultura de um local, independentemente de ser influenciada apenas pelo turismo. (BAHL, 2004, p. 32).

Deste modo, “em vista da inevitável ampliação do fenômeno turístico, o tratamento do binômio folclore/turismo deve ser conduzido de modo a se minimizarem impactos.” (PELLEGRINI FILHO, 2001, p. 131).

Em relação à identidade cultural, há autores que defendem sua preservação e proteção frente a outras culturas e identidades. Pode-se perceber este pensamento, por exemplo, nas palavras de Magalhães para o qual

Um dos graves problemas com que se defrontam os países no mundo moderno é a perda de identidade cultural, isto é, a progressiva redução dos

valores que lhes são próprios, de peculiaridades que lhes diferenciam as culturas. Essa perda é, na verdade, a face negativa do acelerado processo de integração universal determinado pelo avanço tecnológico, que se propaga através de duas vertentes principais: a tecnologia do produto industrial e a tecnologia da comunicação audiovisual. (MAGALHÃES, 1984, p. 40)

Nota-se que para o referido autor os processos de contato são entendidos como causadores de uma homogeneidade cultural onde há a “perda” de peculiaridades culturais e onde as culturas se fundem uma assimilando a outra, a ‘mais fraca’, geralmente, sendo assimilada pela ‘mais forte’. Seu discurso reconhece a existência de uma multiculturalidade (ou pluriculturalidade), ou seja, a existência de grupos culturais diversos em uma mesma sociedade cujos interesses são distintos e cujas relações acabam sendo conflitivas por conta de tais interesses (KYMLICKA, 2002).

Outros autores defendem que a cultura enquanto aspecto identitário é dinâmica (SANCHIS, 1997; MENDES, 2002) e, portanto, não pode ser preservada. Deste modo, defendem que em uma sociedade, ainda que multicultural, precisa de um pensamento de interculturalidade.

A interculturalidade surge no panorama do debate mundial como um mecanismo de compreensão e gestão das relações entre culturas, que pretende sair da atomização que as políticas multiculturais provocaram e evita cair na armadilha dos discursos assimilacionistas que predominaram depois da segunda guerra mundial. Sendo um conceito relativamente novo dentro das ciências sociais e de recente aquisição no linguajar político daqueles que a partir dos, com e/ou para os povos indígenas, consideramos necessário abrir ao debate este conceito assim como as práticas que se orientam à luz de dita reflexão, a maneira de contribuir à formação de um código de ética que nos permita viver um novo milênio de paz.⁵⁶ (MENCHÚ TUM, 1999, p. 39)

⁵⁶ Do original, em espanhol: “La interculturalidad surge en el panorama del debate mundial como un mecanismo de comprensión y manejo de las relaciones entre culturas, que pretende salir de la atomización que han provocado las políticas multiculturalistas y evita caer en la trampa de los discursos asimilacionistas que predominaron después de la segunda guerra mundial. Siendo un concepto relativamente nuevo dentro de las ciencias sociales y de reciente adquisición en el lenguaje político de aquellos que trabajamos desde, con y/o para los pueblos indígenas, consideramos necesario abrir al debate este concepto así como las prácticas que se orientan a la luz de dicha reflexión, a manera de contribuir a la formación de un código de ética que nos permita vivir un nuevo milenio de paz.” (MENCHÚ TUM, 1999, p. 39)

Deste modo, percebe-se que na interculturalidade, assim como na multiculturalidade, estão presentes os contatos, interações e co-relações entre pessoas de culturas e bens culturais distintos (VAL; ZOLLA, 2004). A diferença é que na primeira há uma tendência democrática de interações que são frutíferas para as culturas que se inter-relacionam (KYMLICKA, 2002).

Sendo assim, o ecoturismo pode aproveitar os aspectos culturais como forma de promover a interculturalidade entre os indígenas e os não-indígenas, utilizando seu patrimônio cultural como atrativo.

Sendo este o interesse, deve-se iniciar pela inventariação dos atrativos culturais de um local seguido de um diagnóstico da situação encontrada. O passo seguinte é a realização de um prognóstico, buscando delinear possíveis ações para o turismo cultural no local, apresentando-as para discussão junto à comunidade receptora. Ajustadas as opiniões deve-se estabelecer objetivos, metas e ações bem como indicadores de controle e monitoração do planejamento em um cronograma (BAHL, 2004). A observação dessas etapas pode contribuir para que os objetivos esperados sejam mais facilmente alcançados, fornecendo maior controle sobre os impactos do ecoturismo sobre a cultura local.

Apesar de não haver ocorrido um planejamento da visita no espaço da TI o Guia Indígena que costumava conduzir as turmas de estudantes e demais visitantes até os pontos atrativos da área exclamou uma frase saudosista enquanto guiava o pesquisador e um fotógrafo da equipe de pesquisa por uma das trilhas da TI: “Chegamos a receber seis caravanas de estudantes em uma semana! [...] Hoje, o programa está desativado, trabalho na horta da escola da aldeia, mas como gostaria que os visitantes voltassem!”. Essa constatação denota que havia uma demanda elevada de visitantes à busca do espaço, confirmando o interesse pelo destino

turístico, e também que a experiência era bem vista pelo Guia, o qual em já estando acostumado com as visitas teve que encontrar outra maneira de sobreviver.

O Chefe do Posto Indígena da FUNAI em Mangueirinha, PR confirmou a existência de visitantes no passado,

[...] quando funcionava o Centro de Cultura e vinham muitos estudantes do Sudoeste inteiro, de fora do Sudoeste, do Paraná, e até de outras regiões para fazer uma visita. Vinham aqui, ficavam o dia inteiro, participavam do Centro de Cultura, iam para as trilhas e voltavam à tarde. Isso aí existiu aqui dentro. [...] e a gente quer ver se esse ano [2007] reativa novamente.

Pode-se inferir de sua fala que concorda ter sido benéfica a experiência a ponto de almejar que a atividade fosse reativada. Afirmou ainda que “[...] às vezes, é conhecendo que se passa a respeitar muito mais!”. Se esta constatação for verdadeira talvez o ecoturismo possa

se transformar num campo de aprendizado e de experiências para o cotidiano e afastar o pensamento de uma situação que não mais nos satisfaz, mas viajar para aproveitar-se de uma oportunidade: a oportunidade de se enriquecer, de se exercitar na liberdade, na compreensão mútua e na solidariedade, e descobrir um pouco de tudo isso no cotidiano. (KRIPPENDORF, 1989, p. 25)

Talvez este seja um dos fatores que, apesar da falta de um planejamento processual, tenha permitido à TI Mangueirinha colher mais pontos positivos do que negativos com a experiência. Na fala do Cacique ao se referir ao modo como vêm e são vistos pelos turistas pode-se perceber os dois extremos, mas que os aspectos positivos superam os negativos.

A gente vê como uma troca de conhecimento, porque muita coisa que a gente não conhece o turista acaba trazendo para a aldeia, e muita coisa eles acabam vendo e levando. A gente vê que muitas vezes eles acham que os índios são aqueles de 500 anos atrás e hoje, quando eles chegam na aldeia eles vêm uma diferença muito grande, que a gente já tá índio evoluído, índio que tá buscando seu espaço e quer conquistar espaço dentro do território nacional, mas da mesma forma sem deixar de ser índio. Aonde a gente estiver, formado na universidade, ou buscar pós-graduação a gente nunca vai deixar de ser índio. [...] teve até pessoas da própria região que achava que ia ver o índio ainda nu, vestido de pena, caminhando na aldeia ou indo para a cidade, mas então a gente vê que ainda o pessoal

apesar de ser da região ainda não conhece o índio de Manguerinha. Então através disso, dessa divulgação, desse trabalho turístico que existe na aldeia a gente ia poder mostrar muita coisa que o índio já conseguiu melhorar.

Essa fala revela uma expectativa de que o ecoturismo possa servir então como uma oportunidade de reflexão para visitantes e visitados, cujo contato possa trazer o aprendizado para a esfera do cotidiano de ambos (KRIPPENDORF, 1989). É a expectativa de um turismo mais crítico e reflexivo do que consumista dos lugares, ou onde os visitantes sejam vistos apenas como fontes de recursos. Para que haja mais ganhos do que perdas faz-se necessário um processo de conscientização dos turistas a respeito do significado dos destinos, do meio ambiente e também das comunidades locais.

O próprio Chefe do Posto Indígena comentou que a possibilidade de contato com os visitados gerou estranheza nos visitantes no início, inclusive denotando preconceito por parte dos familiares dos visitantes. Afirmou que, os professores, após marcarem as visitas, ouviam dos pais: “[...] ‘– Ah não! Não vou mandar a minha filha pra lá porque os índios andam tudo pelados!’”. Tal declaração revela as conseqüências do processo de multiculturalidade pelo qual passou e passa a sociedade brasileira, as quais podem ser diminuídas por meio de uma educação intercultural onde haja entendimento sobre os direitos e diferenças culturais (KYMLICKA, 1996). O Chefe do Posto Indígena se aproxima deste pensamento ao atribuir tal declaração ao “[...] desconhecimento que existe, até hoje, a respeito disso [do índio], não é!”.

Percebe-se uma clara visão do Chefe quanto ao fato de que há respeito no conhecimento e desrespeito na ignorância. Pode-se atribuir também ao aspecto cultural uma das possíveis razões da alegação dos pais, em que pese o fato de serem em sua grande parte do Sudoeste do Paraná. De acordo com o Prefeito de

Chopinzinho a população de seu Município no entorno da TI vê o indígena com preconceito e

Isso se deve ao fator cultural. Primeiro, porque, a nossa comunidade aqui povoada por italianos e alemães acha que o sujeito tem que trabalhar duro, no pesado, e a pessoa só é reconhecida e só tem valor perante a sociedade se trabalhar, e o índio não é dessa forma. Culturalmente, é uma pessoa que vive para sobrevivência. Então, existe um preconceito com relação a isso, os nossos povos, gaúchos, italianos enfim a colonização européia tem isso em mente, o sujeito só tem valor se trabalhar no pesado, e lógico que isso causa um conflito muito grande com a comunidade indígena. Percebo que são segregados, injustiçados, não vistos, excluídos. Percebe-se esse preconceito.

A população de Mangueirinha, apesar de ter a mesma colonização dos demais Municípios, parece desenvolver uma relação mais amigável, como afirma o Prefeito de Mangueirinha: “A população do meu Município enxerga os índios como um representante legítimo de nossa sociedade, que tem um patrimônio ‘monstro’ dentro da Reserva [...]”. Talvez essa constatação esteja atrelada à maior proximidade da Aldeia Sede com o Município de Mangueirinha o que permitiu também um maior contato entre os indígenas e a população do entorno os quais desenvolveram suas formas de interação. Apesar desta relação de menor tensão o Prefeito afirma que há “[...] algumas pessoas que não conhecem a Reserva, não conhecem o índio, deixam o índio meio de lado, colocam o índio num lugar que não deve.”.

Este relacionamento dos indígenas com a população do entorno pode servir de inferência para os contatos ocorridos com os visitantes. Neste sentido, implica repensar a possibilidade de implantação do ecoturismo para a TI Mangueirinha em uma dimensão que envolva mais do que apenas o visitante, “em que todas as pessoas envolvidas possam tirar o melhor proveito, sem que outros seres humanos ou o meio ambiente sejam prejudicados.” (KRIPPENDORF, 1989, p. 25). Ou seja, o ecoturismo precisa ser planejado levando-se em conta o equilíbrio

entre as necessidades de cada um de seus três sujeitos: visitantes, visitados e natureza do lugar.

Atingir este objetivo é algo que não pode ser alcançado senão por meio de um pensamento complexo (MORIN, 2001). Faz-se necessário que o ecoturismo seja planejado, desde o princípio, com base nos valores que se deseja passar por meio da visita, apresentando a consciência ecológica que pode ser encontrada nas relações entre os moradores e o meio ambiente do destino (DRUMM; MOORE, 2003; MITRAUD, 2003).

Uma vez que a atividade na TI não passou por um planejamento e preparação do espaço de visita algumas experiências, senão muitas, podem ter sido prejudiciais para os sujeitos do ecoturismo. Como apontado pelo próprio Cacique a atividade não era “uma coisa bem programada, a gente tem os nossos pontos turísticos [...] mas ainda falta muita coisa [...]”, afirma reconhecendo que o programa poderia ter sido mais bem desenvolvido.

Ao se planejar o ecoturismo em uma TI deveriam ser envolvidas também as operadoras de turismo e agências de viagens, ou qualquer outro intermediário que envie turistas para o destino. Estes precisam assumir o papel de aproximar o turista desta consciência ecológico-cultural, antes mesmo da visita. O processo de conscientização passa ainda pelo controle da mídia a qual se torna anunciante do destino devendo fazê-lo de forma responsável, propagando a complexidade do lugar onde reside não apenas a fauna em meio a uma floresta exuberante, mas pessoas que convivem neste e com este espaço. As pessoas não podem ser ignoradas no processo do ecoturismo.

Pode parecer, muitas vezes, que o ecoturismo diga respeito apenas à vida selvagem. Os turistas geralmente parecem estar mais interessados em observar os animais do que em conhecer e tentar compreender os povos de diferentes culturas. [...] No entanto, o ecoturismo deve dizer respeito a

ecossistemas, e ecossistemas dizem respeito à vida selvagem e às pessoas. [...] Em muitas destinações de ecoturismo, a paisagem e a vida selvagem são o resultado direto da interação entre os seres humanos e a fauna restante. Para os ecoturistas, portanto, as pessoas e a vida selvagem devem ter a mesma importância. (SWARBROOKE, 2000c, p. 62)

Apesar de o contato com os não-indígenas já se dar a tempo, a vida dos indígenas não é fácil, pois ainda sofrem de preconceito e menosprezo pelo mundo 'civilizado'. Percebe-se também que a falta de recursos dificulta o seu modo de vida indígena e o seu direito de exercer sua cidadania como os não-índios. Deste modo, a pressão do modo de vida do não-índio remete-os a tomarem decisões por vezes sem ter refletido sobre os valores que viviam até então aos quais davam a máxima importância, como sua língua e seus costumes.

3.2.2 Experiências entre sujeitos do ecoturismo e a natureza

De acordo Honey (1999) o ecoturismo “é a viagem para áreas frágeis, conservadas”. Esta afirmação deixa implícito que se há uma viagem, há pessoas de lugares diversos e, se há espaços naturais conservados, pode-se concluir que pode haver pessoas do lugar que assim o mantiveram. Deste modo, estão aí identificados os três principais sujeitos do ecoturismo – os visitantes, a natureza e os visitados – os quais desenvolvem suas interações no espaço e no tempo.

Este entendimento permite afirmar que na TI Mangueirinha algumas atividades em meio à natureza já foram desenvolvidas – e em escala reduzida ainda o são – que podem ser apontadas como experiências de ecoturismo. A priori, tais atividades foram acontecendo com o passar do tempo em função da curiosidade das

peessoas que transitavam pela BR-373 e pela PR-281, que perpassam a TI. Assim, a visita  o ocorreu desprovida de um planejamento turístico, dos espaços a serem visitados ou dos impactos da atividade. As experiências, benéficas ou não, foram ditadas muito mais pelos visitantes do que pelos visitados, ou por intermediários entre os dois, não havendo um controle da experiência. Da fala dos entrevistados, surgiram sub-categorias de análise, quais sejam: os visitados e a natureza, a natureza e os visitantes.

3.2.2.1 Os visitados e a natureza: a cultura ecológica

Entende-se que o ecoturismo implica a viagem a espaços naturais conservados sendo que muitos deles são estão assim devido    a  o da comunidade local. Nestes casos, em geral se constata que os visitados desenvolveram uma rela  o equilibrada nas trocas com a natureza. Na TI Mangueirinha pode-se perceber uma rela  o deste tipo.

Inicialmente, deve-se deixar claro que não se quer defender um discurso naturalista e negar os benefícios do avanço econômico, especialmente no caso da coloniza  o do Paraná e do ciclo da madeira que impulsionaram o desenvolvimento neste Estado. Sabe-se que a natureza assume diferentes significados, ora vista como um lugar intocado, ora como fonte de recurso, ou como o meio onde se vive e lugar de práticas de lazer. Independente do olhar e ao mesmo tempo congregando cada um, o que se espera por meio do ecoturismo    promover uma reflexão para o presente e para o futuro em rela  o às conseqüências que o desequ  brio ambiental

já causa e ainda poderá vir a ocasionar. Também se faz necessário refletir sobre como as comunidades inseridas neste meio podem encontrar um salva-guardo para sua existência, uma vez que a conservação da natureza em muitos casos é uma lei e os impede de utilizar a natureza como provedora de recursos materiais (VAL; ZOLLA, 2004).

Assim, importa contextualizar os sujeitos desta relação: a natureza conservada e o visitado da TI Mangueirinha. O espaço apresenta um complexo ecossistema marcado por elementos sócio-ambientais e está localizado junto a uma das áreas mais significativas e completas de um dos principais ecossistemas associados à Mata Atlântica, a Floresta Ombrófila Mista (FOM⁵⁷) ou Floresta de Araucárias, que se encontra ameaçada de extinção⁵⁸ de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1988).

Apesar de a pressão e de o desequilíbrio sobre este ecossistema não serem novidade, apenas em 2005 o Governo Federal decretou a criação de Unidades de Conservação (UCs) para o bioma da Floresta de Araucárias⁵⁹. As áreas

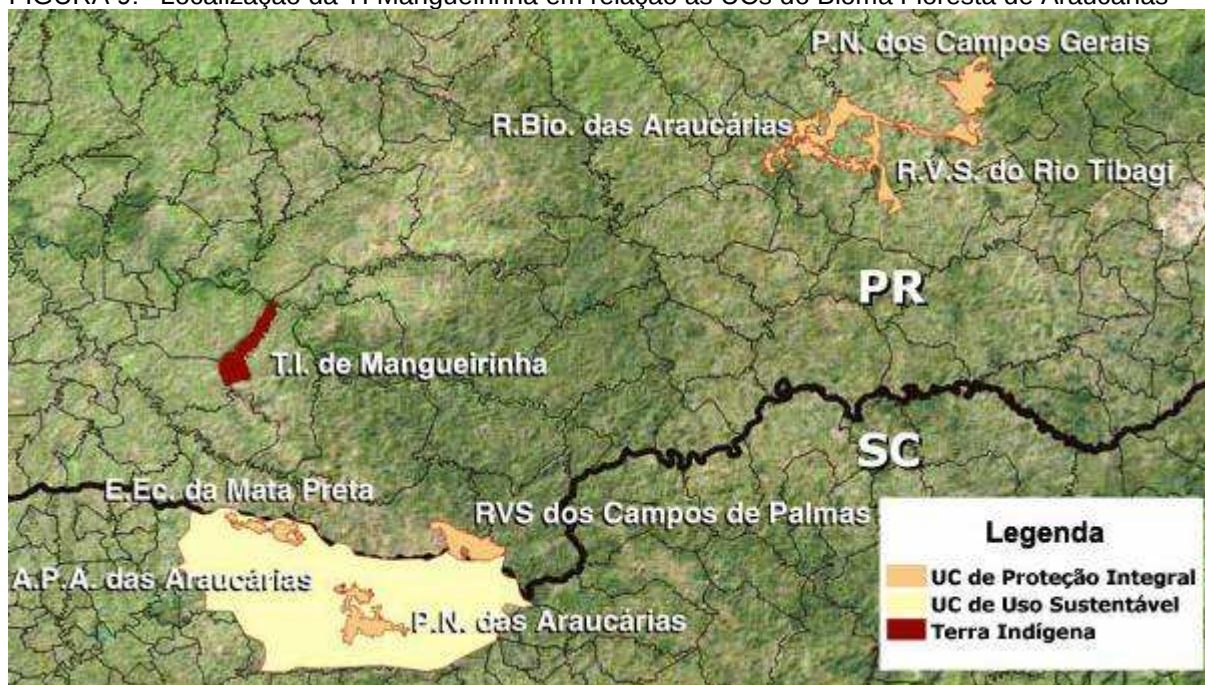
⁵⁷ As Florestas Ombrófilas são aquelas em que não falta umidade ao longo do ano.

⁵⁸ Originalmente a FOM distribuía-se entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo com algumas incidências em Minas Gerais e Rio de Janeiro (Decreto No. 750). No entanto, após praticamente um século de colonização com intensa exploração madeireira e agrícola e da falta de uma política conservacionista, este ecossistema foi reduzido a aproximadamente 1% de sua cobertura original em estágio avançado de regeneração. Entre os anos 1960 e 1970 a madeira de araucária tornou-se o principal produto de exportação na balança comercial brasileira onde se estima que mais de 100 milhões de pés da planta tenham virado tábuas de madeira para a comercialização (STEIZ, 1986). No Paraná, do total original de 7,38 milhões de hectares correspondentes a 37% da cobertura vegetal do Estado em 1890, restavam 269 mil hectares em 1984, e apenas 59 mil hectares em 2001, ou seja, 0,8% se encontra em estágio primário ou mesmo avançado de regeneração de acordo com a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF) em estudos realizados pelo Programa PROBIO Araucária do MMA.

⁵⁹ Apesar da pressão sobre este ecossistema o paranaense tem uma identificação tamanha com a araucária a ponto de ser considerada a árvore símbolo do Estado. A presença da araucária no cotidiano paranaense pode ser percebida de diversas formas: sua madeira resistente e repelente a insetos como o cupim foi amplamente utilizada para edificações o que conferiu um estilo arquitetônico típico do Sul do Brasil com fachadas onde as tábuas largas e longas (0,3m x 3m, podendo chegar até a 6m) são dispostas lado a lado na vertical; a madeira de araucária foi também utilizada para assoalhos e forros; o nó de pinho, refugo da madeira do pinheiro, também teve sua propriedade descoberta como excelente componente para combustão e produção de carvão; o pinhão, fruto da planta típico dos meses frios, está ainda hoje na mesa de muitos paranaenses. Não obstante, no Paraná não era difícil se encontrar a cena típica da casa feita de tábuas de araucária, com fumaça

foram delimitadas no Paraná⁶⁰ e em Santa Catarina⁶¹ sendo que sua implantação passou por ampla consulta pública com a população do entorno (FIGURA 9).

FIGURA 9: Localização da TI Mangueirinha em relação às UCs do Bioma Floresta de Araucárias



Fonte: Adaptado da Carta-imagem das UCs do Bioma Floresta de Araucárias. GT das Araucárias. MMA, 2006.

Num total de 531.018 hectares (ha) transformados em UCs, 111.800 ha são de Proteção Integral e 419.218 ha de Uso Sustentável (ver quadro no APÊNDICE E). No Paraná, à exceção da Reserva Biológica das Araucárias, as UCs decretadas incidem sobre áreas de transição do bioma da Floresta de Araucárias

saindo pela chaminé. Dentro da casa a chapa do fogão à lenha, com fogo alimentado pelo nó de pinho, sapecava o pinhão enquanto também aquecia o ambiente e as rodas de chimarrão. Hoje em dia, no entanto, esta cena já não pode ser retratada com tanta facilidade. Esses dados revelam dois extremos no Paraná. De um lado, o Estado tem a fama de contribuir para a conservação do maior berçário da vida natural do planeta ao proteger a Mata Atlântica em sua porção Leste. De outro, contribuiu para formar o quadro calamitoso em que se encontra a Floresta de Araucárias, integrante do mesmo bioma, permitindo a quase extinção de um ecossistema que é também patrimônio natural do povo paranaense e brasileiro.

⁶⁰ Parque Nacional dos Campos Gerais, Refúgio da Vida Silvestre do Tibagi, Refúgio da Vida Silvestre dos Campos de Palmas e Reserva Biológica das Araucárias, num total de 85.970 ha para proteção integral.

⁶¹ Área de Proteção Ambiental das Araucárias, Parque Nacional das Araucárias, e Estação Ecológica da Mata Preta, sendo 25.830 ha para proteção integral e 419.218 para uso sustentável.

com o bioma de Campos, ficando o Estado com pouca representatividade em área de UCs para o bioma específico.

Nesse contexto, a conservação do mesmo bioma na TI Mangueirinha pode trazer importante contribuição para a criação de um corredor ecológico que beneficie o fluxo entre as espécies deste ecossistema entre o Sul/Sudoeste do Estado do Paraná e o Oeste de Santa Catarina uma vez que a TI encontra-se num raio de aproximadamente 100 km de distância das UCs de Santa Catarina e do Refúgio da Vida Silvestre dos Campos de Palmas.

Em relação aos aspectos de meio ambiente, ainda que não se enquadre em nenhuma categoria do SNUC⁶², a TI pode ser considerada uma área protegida o que está de acordo com o Estatuto do Índio que preconiza, em seu artigo 28 a respeito dos Parques Indígenas, “que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região.” (Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973). Além disso, o Código Florestal reforça este entendimento ao descrever, em seu terceiro

⁶² A criação de UCs está prevista na Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). No ponto de vista de Milano, longe do desejável a Lei “[...] é o resultado possível da discussão entre uma minoria de especialistas e uma maioria leiga, mas com razoáveis conexões políticas. De qualquer forma, [...] é um produto melhor que o existente na situação anterior.” (MILANO, 2000, p. 21)

A crítica do autor se deve a que algumas categorias mantidas no texto da nova Lei são semelhantes do ponto de vista técnico-científico (Estação Ecológica e Reserva Biológica; Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável) e, portanto, desnecessárias, enquanto outras categorias permaneceram obscuras quanto a seu objetivo de manejo (Áreas de Relevante Interesse Ecológico que se confunde com Área de Proteção Ambiental e com Refúgio da Vida Silvestre, e Reserva de Fauna, concebida inicialmente como Parque de Caça). Há ainda categorias equivocadas quanto à finalidade em que foram enquadradas (Reserva Particular do Patrimônio Natural, a qual deveria ser enquadrada ser de proteção integral, uma vez que o item do Art. 21 da Lei foi vetado impedindo a extração de recursos naturais da UC o que a caracterizava como de Uso Sustentável).

Medeiros diz que o SNUC não atingiu “[...] plenamente sua pretensão inicial de criação de um sistema que pudesse integrar, por meio de um único instrumento, a criação e gestão das distintas tipologias existentes no país. [...] também aprofundou a divisão existente entre as diferentes tipologias de áreas protegidas que ficaram excluídas do seu texto.” (MEDEIROS, 2006, p. 59). As áreas protegidas a que se refere o autor são as Áreas de Preservação Permanente, as Reservas Legais, as **Terras Indígenas (TI)** e as Áreas de Reconhecimento Internacional (tais como Sítios do Patrimônio Natural) e poderiam ter sido contempladas de modo a unificar as ações e instrumentos de conservação e manejo do meio ambiente, consolidando um Sistema Nacional de Áreas Protegidas. De qualquer modo, a Lei do SNUC representou grande avanço em se comparando à antiga lei, pois abrangeu duas categorias de conservação: UCs de Proteção Integral e as UCs de Uso Sustentável.

artigo, que “as florestas que integram o Patrimônio Indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente” (Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965). Não obstante, a população indígena da TI Mangueirinha não está isenta de promover a conservação de seu patrimônio natural e deve fruir deste patrimônio de modo sábio e sustentável o que representa “um importante instrumento de conservação e manejo da biodiversidade pelas populações autóctones” (MEDEIROS, 2006, p. 55).

A presença do indígena na área pode ter promovido a manutenção da cobertura florestal em estado bastante original constituindo-se em um importante instrumento de conservação da natureza e terreno fértil para atividades de ecoturismo.

Fatos recentes alertam, no entanto, para a necessidade de uma reflexão entre os indígenas a respeito de algumas de suas práticas. Segundo o técnico responsável do IAP⁶³, em 2002, o IBAMA e a FUNAI autorizaram a extração de madeiras para palanques de cerca, como a grápia e o angico, os quais poderiam ser comercializados por tempo determinado. No entanto, passado esse tempo (meados de 2003), a extração continuou e ainda no início de 2006, sem um controle das espécies nem quantidades extraídas, podia-se encontrar palanques para a comercialização às margens da BR-373 que perpassa a TI em seu sentido longitudinal. Muitas vezes os indígenas se defendiam a este respeito alegando ser madeira de árvore tombada.

⁶³ Informações obtidas junto ao IAP, Regional de Pato Branco, por meio de entrevista exploratória com funcionário do departamento, em janeiro de 2006.

Também era possível verificar a comercialização de vasos de xaxim⁶⁴, espécie cujo comércio foi proibido por lei⁶⁵ salvo em casos de manejo florestal, o que pode denotar também outro problema ambiental. No entanto, o órgão fiscalizador estadual só pode aplicar multas fora da área da TI e para os não-indígenas, haja vista que os indígenas estão submetidos a legislação própria de acordo com o Estatuto do Índio, estando a cargo da FUNAI e do órgão de âmbito federal da área ambiental, o IBAMA.

Ainda em 2006, outra prática ficou revelada em uma das margens da BR-373 ainda no território indígena quando de passagem o pesquisador foi testemunha da comercialização ilegal de pássaros silvestres. O indígena estava assentado à beira da rodovia e havia um carro, com placas de Curitiba, negociando a venda. Quando o pesquisador se aproximou, o proprietário do veículo imediatamente se retirou. O pesquisador indagou sobre os preços: “R\$ 200,00 o papagaio-de-peito-roxo e R\$ 50,00 a caturrita [...] o papagaio é mais caro porque é raro!”, exclamou o indígena, talvez não compreendendo que a qualidade de raro reside no fato de que o papagaio-do-peito-roxo é uma ave ameaçada de extinção. Esta prática não está circunscrita apenas aos indígenas, pois durante uma das passagens por uma estrada de chão no entorno da TI em Mangueirinha, o pesquisador descobriu um macaco aprisionado na casa de um agricultor, o qual alegou: “vou soltar ele em breve!” (FIGURA 10).

⁶⁴ O xaxim ou *Dicksonia sellowiana*, espécie também conhecida pelo nome popular Samambaiaçu, encontra-se na lista das espécies ameaçadas de extinção da Mata Atlântica de acordo com a Portaria do IBAMA N.º 37-N, de 03 de abril de 1992 (<http://www.ibama.gov.br/flora/extincao.htm>), principalmente devido a sua exploração indiscriminada e comércio em forma de vasos e outros adornos paisagísticos. A espécie se encontra com maior frequência em áreas com maior densidade de araucária (*Araucaria angustifolia*) tem crescimento menor que 1 m3/ano e pode levar até cerca de 100 anos para atingir a altura de 2 metros.

⁶⁵ Resolução CONAMA n.º. 278 de 24 de maio de 2001

FIGURA 10: Flagrante do aprisionamento e venda ilegal de animais silvestres



* O rosto do indígena na imagem foi desfocado para manter sigilo sobre sua identidade.
 Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2006.

A última prática a que se quer referir aconteceu no final do mês de março de 2006 quando se noticiou na mídia regional e estadual um conflito interno envolvendo disputas de poder entre os indígenas e a questão da venda ilegal de araucárias. Um grupo de aproximadamente vinte e cinco famílias lideradas por um indígena se rebelou e queria destituir o atual e então Cacique.

A revolta, segundo o Cacique tinha outro motivo, a questão de o grupo rebelado ter sido acusado de extração e venda ilegal de madeira de araucária, fato que já havia sido denunciado às autoridades, cerca de um ano antes do conflito. Desde março de 2005, o grupo já teria extraído mais de 100 araucárias, a maioria centenária, vendendo-as a um preço de no máximo R\$ 100,00 cada a madeireiros que as recolhiam na calada da noite os quais tinham um lucro fantástico à custa dos recursos ilegalmente extraídos da TI. O clima foi de tensão uma vez que as outras 420 famílias da comunidade não reconheceram tal chefia, mantendo seu apoio ao Cacique. Este deu ordem de expulsão para o grupo, ordenando que seus integrantes se retirassem pacificamente, caso contrário, seriam retirados à força. A

Procuradoria da União, a FUNAI e a polícia tentaram apaziguar os ânimos. Como os órgãos superiores não tomaram uma atitude rápida os indígenas expulsaram o grupo rebelado à força, o qual se dispersou pelo Sudoeste e migrou para aldeias do Sul, ainda no mês de março daquele ano.

A respeito das recentes pressões internas sobre o meio ambiente, como a venda ilegal de recursos naturais, o Chefe do Posto Indígena atribuiu a responsabilidade tanto a alguns indígenas quanto a não-indígenas.

Às vezes tem o mau índio, assim como tem o mau branco. Às vezes o madeireiro chega – porque aquilo é a menina do olho do madeireiro – ilude eles a fazerem esse tipo de atitude. [...] nós temos 12 patrulheiros que patrulham a área diariamente para ver esse problema de venda de madeira, venda de passarinhos. [...] às vezes qualquer descuidozinho você pode até passar ali e encontrar alguém vendendo passarinho, uma criança [vendendo]... tem essa patrulha agrícola que cuida disso e a gente teve uns probleminhas ano passado [2006] que foram resolvidos. Mas o índio, às vezes o madeireiro chega e faz a cabeça dele, e ele se entrega.

O Cacique concorda com esta afirmação e em seu discurso aponta o citado ‘índio mau’. Para ele, os indígenas que haviam migrado de outros Postos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para a TI Mangueirinha eram os responsáveis pelos atos ilegais de venda de pássaros silvestres, xaxim, madeira para palanque de origem suspeita e a própria venda de araucárias nativas.

Hoje, a gente coibiu e parou. Porque a gente, que é índio de Mangueirinha, a gente sempre vai permanecer aqui até a hora da morte. Então, a gente tem o compromisso com a aldeia de zelar por esse patrimônio natural que existe na aldeia. E as vendas ilegais que havia até o ano passado [2006] eram daquelas pessoas [...] que saíram da aldeia. Hoje, eles não tão na aldeia. Então, eles não tinham compromisso com a aldeia porque não eram daqui. E hoje dá pra se ver que foi parada a venda de xaxim, a venda de animais silvestres, a venda de madeira. Então, hoje, a gente conseguiu tranquilizar, hoje, todo mundo trabalha. Aquele movimento que tinha na beira da BR hoje tá parado. Então, [era] devido àquelas famílias que saíram que era o ponto onde eles negociavam todo esse tipo de coisa.

Desde meados de 2006, não foram mais vistos indígenas comercializando madeiras para palanque, animais silvestres e nem vasos de xaxim à beira da

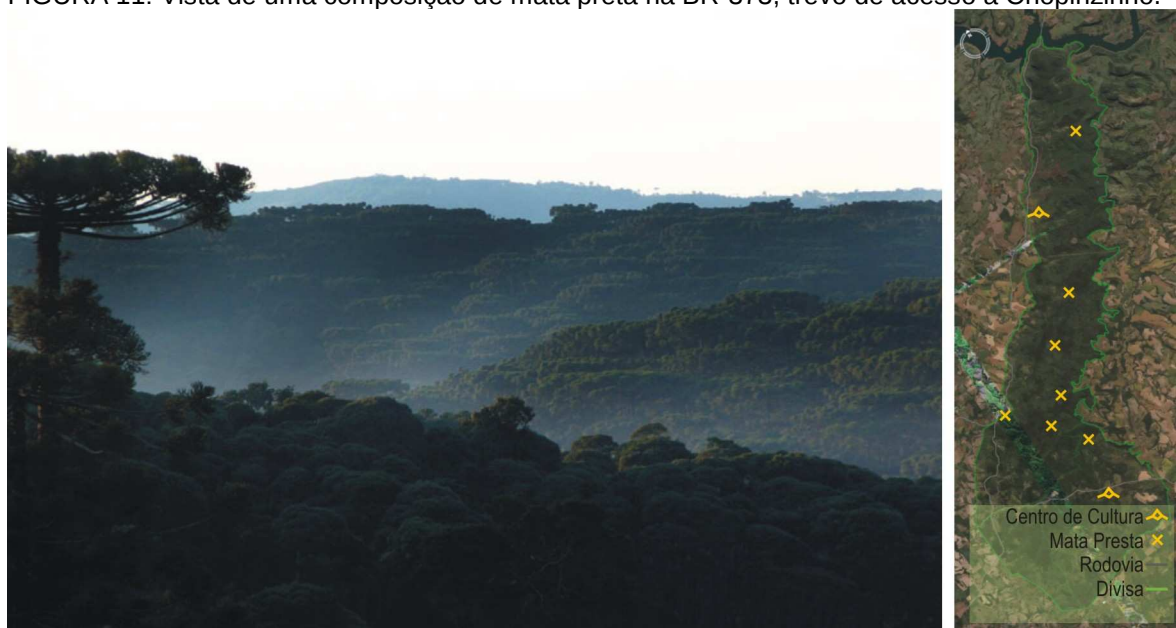
rodovia, o que demonstra que talvez a floresta tenha recebido uma trégua e que as alegações do Cacique e do Chefe do Posto Indígena sejam verídicas.

Uma das ações que tem contribuído para a manutenção do meio ambiente é o trabalho de conscientização e fiscalização dos próprios indígenas que fazem parte de uma patrulha ambiental. Isso tem garantido uma sensível diminuição na derrubada de araucárias, na comercialização ilegal de recursos naturais e nas queimadas. Há que se ressaltar que ainda caçam aves e animais, conforme apontado pelo próprio Cacique, pelo Guia Indígena e pelo Chefe do Posto Indígena, mas esta atividade tem função de complemento de sua alimentação, agora baseada em produtos plantados em roças cercadas pela vegetação e em artigos adquiridos nas cidades, até por que “tem pouca, muito pouca caça” segundo o Cacique.

Apesar das agressões apresentadas na TI ainda podem ser encontradas várias áreas densas de pinheirais que constituem um fenômeno popularmente conhecido como ‘mata preta’ ou ‘pinhal preto’ (*pinhá* no linguajar dos índios), quando as copas escuras das araucárias encobrem a vegetação. Esta composição pode ser avistada em vários lugares na TI. “Nós aqui temos essa floresta que o pessoal que passa na rodovia consegue ver [...] é a maior⁶⁶ do mundo!”, afirma o Cacique, sendo que a expressão ‘maior do mundo’ é recorrente no discurso tanto dos indígenas quanto dos demais entrevistados e demonstra o orgulho dos visitados por seu patrimônio natural (FIGURA 11).

⁶⁶ Apesar de não ter sido encontrado um material científico que comprove o tamanho das áreas remanescentes de Floresta de Araucárias é comum ouvir-se que a TI Mangueirinha é a maior área de reserva deste bioma no mundo.

FIGURA 11: Vista de uma composição de mata preta na BR-373, trevo de acesso a Chopinzinho.



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2006.

Ainda que haja forte pressão ao meio ambiente da TI Mangueirinha, a exemplo do que acontece em outras TIs no território brasileiro, com exploração ilegal de madeira, desmatamento e invasões (RICARDO, 2000), esta é menor do que aquela que acontece em Unidades de Conservação (UCs) ou fora de tais áreas protegidas (RIBEIRO et al, 2005; VAL; ZOLLA, 2004). No ponto de vista de Diegues “nem todas as comunidades de moradores tradicionais de parques e reservas são ‘conservacionistas natas’, mas entre elas há populações tradicionais que, pelo seu modo de vida, contribuíram e ainda hoje contribuem para a conservação da natureza.” (DIEGUES, 2001, p. 100).

Se de um lado a escassez de recursos tem se intensificado em praticamente todo o planeta, de outro lado, pode-se perceber, em função de sua rica biodiversidade, a

[...] revalorização dos recursos naturais de muitos dos povos considerados entre os mais pobres da terra: hidrocarbonetos, vastas jazidas úteis à mineração metálica e não-metálica, bosques e selvas, zonas de produção de água, frentes de praias e outras áreas privilegiadas para o turismo (incluindo o **ecoturismo**), uma amplíssima variedade vegetal e animal, sistemas hidrológicos de distinto tipo (incluindo os lagunares e os marítimos), ao que se somam a agricultura e a pecuária tradicionais, e

riquíssimo artesanato com numerosos desenhos.⁶⁷ (VAL; ZOLLA, 2004, p. 32, grifo nosso)

Disso pode-se entender que os visitados e a natureza conseguem conviver, pois ainda apresentam uma espécie de “cultura ecológica” (VAL; ZOLLA, 2004) que os permite relacionar-se com o ambiente enquanto o protegem e o enriquecem por seu etnoconhecimento (DIEGUES, 2001).

3.2.2.2 A natureza e os visitantes: encontro surpreendente

No espaço do ecoturismo os visitantes em meio à natureza acumulam experiências no que Brandão afirma ser a possibilidade de relacionamento com belezas reais, com as cachoeiras, com o pôr-do-sol e também com os outros seres humanos (BRANDÃO, 1994). Este contato desperta sentidos que a realidade industrial urbana ditada pela urgência do tempo já não valoriza mais, uma vez que a maioria das sociedades preconiza o ‘ter’ acima do ‘relacionar-se com’ as coisas.

No espaço do ecoturismo os visitantes são convidados a perceber além de olhar, a ouvir além do simples escutar, a sentir e interagir ao invés de apenas espreitar, e a nada levar para casa além de memórias e experiências. Entende-se, então, que as atividades de ecoturismo precisam ser desenvolvidas em ambientes

⁶⁷ Do original, em Espanhol: “[...] revaloración de los recursos naturales de muchos de los pueblos considerados entre los más pobres de la tierra: hidrocarburos, vastos yacimientos útiles a la minería metálica y no-metálica, bosques y selvas, zonas de producción de agua, frentes de playa y otras áreas privilegiadas para el turismo (incluido el eco-turismo), una amplísima variedad vegetal y animal, sistemas hidrológicos de distinto tipo (incluidos los lagunarios y marítimos), a lo que se suman la agricultura y la ganadería tradicionales, y una riquísima artesanía con numerosos y variados diseños.” (VAL; ZOLLA, 2004, p. 32).

naturais que apresentem elementos atrativos e simbólicos que possibilitem a conjugação destes verbos.

Dentre os principais elementos naturais que costumam atrair a atenção de ecoturistas estão a fauna e a flora; os recursos hídricos, tais como mares, rios, corredeiras e cachoeiras; os recursos do relevo, como montanhas, vales, picos, crateras, cavernas, penhascos, serras e formações rochosas; e os fenômenos da natureza, tais como gêiseres, vulcões ativos ou extintos, neve, ondas marinhas de grande proporção, aurora boreal, cometas e meteoros. São considerados atrativos também as inter-relações entre estes elementos bem como o seu conjunto que forma ecossistemas. Outro aspecto se refere às atividades que podem ser realizadas nestes espaços (HONEY, 1999; JÁNER; MOURÃO, 2003; MITRAUD, 2003).

A atratividade é um conceito subjetivo, pois depende do ponto de vista e da cultura de cada ecoturista, bem como das experiências que lhe compõem a memória. Em relação aos aspectos naturais, costumam ser considerados atrativos aqueles elementos que despontam pelas suas condições extremas, pela sua excentricidade ou raridade, e pela sua beleza cênica ou estética (PELLEGRINI FILHO, 2001).

Um conceito que incorpora a atratividade estimada pelo ecoturista em termos de beleza e de conservação do local é o de patrimônio natural. Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) compreendem o patrimônio natural de um lugar aquelas áreas consideradas excepcionais do ponto de vista da biodiversidade e da paisagem onde “os sítios geram, além de benefícios à natureza, uma importante fonte de renda oriunda do desenvolvimento do ecoturismo.” (UNESCO. Patrimônio Natural, 2006). Segundo tal

organização o patrimônio natural é aquele sítio que apresenta os seguintes critérios⁶⁸:

- características naturais consistindo de formações físicas e biológicas ou grupos de tais formações, os quais são de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- formações geológicas e fisiográficas e áreas precisamente delineadas que constituem o habitat de espécies ameaçadas de plantas e animais de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- sítios naturais ou áreas naturais precisamente delineadas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação e beleza natural.⁶⁹ (UNESCO. World Heritage Centre, 2005, p. 13)

Desta forma, admite-se que cada nação ou localidade possua sítios que podem ser considerados patrimônio natural ainda que não recebam o título outorgado pelo órgão. Estes espaços passam a fazer parte do cotidiano de uma população, contribuindo para a formação da identidade comunitária, influenciando seu comportamento. Sua biodiversidade, beleza cênica ou seu conjunto muitas vezes são considerados de tal monta que representem uma herança que não se pode perder, daí o uso da palavra patrimônio.

Seja qual for o caso, a atratividade dos destinos parece passar obrigatoriamente pela questão da conservação da natureza, haja vista ser esta uma condição *sine qua non* para a existência do elemento natural e uma das grandes expectativas do ecoturista.

Pode-se refletir ainda com Bruhns sobre como

[...] a visita à natureza, expressa pelas diversas manifestações do corpo (caminhadas, escaladas e outras), trará à tona as várias questões envolvidas na relação homem-natureza, como a da pobreza oriunda pela exclusão num sistema de trocas desiguais, e a de uma política inexistente

⁶⁸ Conteúdo do artigo 1º. do documento Diretrizes Operacionais para Implementação da Convenção dos Sítios do Patrimônio da Humanidade para outorga de títulos desta ordem pela UNESCO.

⁶⁹ Do original, em inglês: “- *natural features consisting of physical and biological formations or groups of such formations, which are of outstanding universal value from the aesthetic or scientific point of view; - geological and physiographical formations and precisely delineated areas which constitute the habitat of threatened species of animals and plants of outstanding universal value from the point of view of science or conservation; - natural site or precisely delineated natural areas of outstanding universal value from the point of view of science, conservation or natural beauty.*”

de fixação do homem na terra, levando à incapacidade de absorção dos migrantes nos centros urbanos, além de muitos outros, como o desperdício, as questões relacionadas à qualidade de vida, não só tomando como referência o visitante, mas também as populações fixas nos núcleos receptores [...]. (BRUHNS, 2001, p. 128)

Em que se tenha notícia, dentre as manifestações do corpo a que se refere Bruhns e que já foram desenvolvidas na TI Mangueirinha estão as caminhadas por trilhas que dão acesso aos pinheiros centenários, às cachoeiras e ao encontro com a fauna e flora local. O pesquisador participou de uma destas caminhadas com o auxílio do Guia Indígena à busca de uma araucária anunciada pelo Cacique com ufanismo e sentimento de pertença: “a gente tem uma árvore nossa, que é muito visitada, que é um pinheiro que a gente conseguiu achar no meio de tanto pinheiro de araucária, que é o ‘mais maior’ de todos!”.

Este exemplar pôde ser alcançado após um percurso misto de 5 km de asfalto na PR-281 a partir do Centro de Cultura Indígena Caingangue, Aldeia Sede, mais 2,5 km de caminhada por estradas internas da TI que passam pelas roças dos índios e 0,5 km de caminhada em uma trilha na mata um pouco mais fechada. O pinheiro está situado na porção da TI que fica no Município de Chopinzinho.

A visão que se tem da araucária é colossal (FIGURA 12). Com 6,5 metros de circunferência, 2 metros DAP⁷⁰ e mais de 40 metros de altura, o exemplar está estimado em cerca de 500 anos de idade e por seu porte deve ser considerado rara e alvo de atenção (BACKES; NILSON, 1983).

⁷⁰ Diâmetro à Altura do Peito, convencionado como 1,30m de altura.

FIGURA 12: Imagem do tronco do Pinheiro Grosso



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2007.

Em que pese o fato de que não seja o ‘mais maior’ de todos⁷¹, como afirma o Cacique, ainda assim desperta sentimentos e curiosidades sobre sua história. Não bastasse isso, ao longo do caminho são encontradas diversas outras araucárias também de grande porte, com DAP superior a 1 metro, bem como figueiras, grápias, canelas sassafrás, brancas e pretas, imbuías, guaviroveiras, erva-mate, além de bromélias. Outra espécie recorrente é o xaxim, que ultrapassa os 5 metros de altura de tronco em vários lugares da TI.

Em cerca de uma hora e meia de caminhada até o destino pôde-se ouvir o piar da gralha azul e da gralha branca e avistar várias outras espécies da avifauna como papagaios-de-peito-roxo, caturritas, paçúas, rabos-de-palha, suruquás, preguiças, beija-flores, gaviões, azulões, sempre apontadas pelo Guia Indígena que buscava descrever os hábitos dos animais e imitar seu canto. Também diversas espécies de borboletas e insetos foram percebidos. (FIGURA 13)

⁷¹ Para Carvalho (2003), Há relatos de araucárias maiores, como a encontrada em Canela, RS, com DAP de 2,40m, estimada entre 500 e 700 anos (BACKES; NILSON, 1983)

FIGURA 13: Mosaico de pequenas espécies da TI Mangueirinha



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2007.

Os caminhos utilizados para chegar até o pinheiro grosso percorrem, em geral, as estradas internas da TI utilizadas para acesso às roças. Ou seja, essas espécies puderam ser avistadas em espaço já bastante degradados pela ação da população local. Isso permite inferir que nos espaços mais intocados, principalmente em função da cobertura de taquaras sob os pinheirais que dificulta o acesso, possa haver um número maior de espécies o que demanda um estudo preciso para inventariar o patrimônio natural da TI.

Em relação à fauna não foram avistados exemplares durante as caminhadas uma vez que estas, em geral, foram curtas e percorreram terrenos mais descampados do lugar. Mas, de acordo com o Cacique,

A gente que anda mais pelo mato, a gente consegue ver. Hoje, pra se ver, tem que entrar no mato e conseguir achar. Mas nós temos aí ainda a paca, que tem bastante, tem o veado, o cateto existe, o tatu, a capivara, a cotia [...] E tem a onça, ainda tem. A gente consegue ver, a gente que adentra no mato a gente vê. A gente conhece o mato inteiro, porque ele é grande, mas a gente já sabe os pontos em que a gente vai achar ele [o bicho].

Os outros pontos que podem ser alcançados por meio de caminhadas são as cachoeiras da TI. A primeira a ser visitada se encontra a uma distância de 2,5 km do Centro de Cultura Indígena Caingangue (1,5 km de carro e 1 km de caminhada), no lado da margem sul da PR-281 em Mangueirinha. Com cerca de 7 metros de altura permite a queda do rio Jacutinga em um fosso onde se pode tomar banho. Ao fundo, apresenta um pinhal fechado e bem conservado, provavelmente em função da divisão da aldeia com o rio (FIGURA 14).

FIGURA 14: Cachoeira do rio Jacutinga



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2007.

A segunda cachoeira visitada fica a 3 km do Centro de Cultura Indígena Caingangue, no lado norte da PR-281, na mesma direção para o alcance de uma das formações de pinhal preto. A água cascadeia em dois níveis a uma altura de 12 metros, permitindo uma pequena cavidade por trás do segundo salto, seguindo rio abaixo e formando pequenas ilhas onde se encontram vários xaxins (FIGURA 15).

FIGURA 15: Cachoeira no caminho do pinhal preto



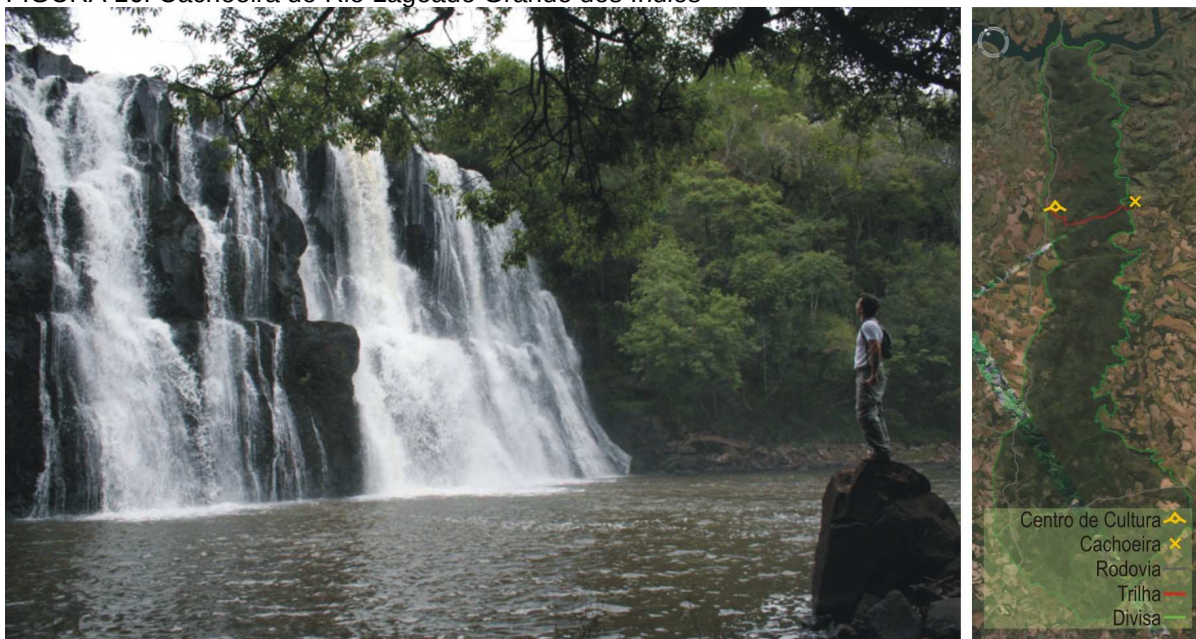
e: Dados da Pesquisa de Campo, 2007.

Font

Além destas cachoeiras, o pesquisador percorreu cerca de 40 km de estradas de chão vicinais à TI na busca de encontrar uma cachoeira maior no rio Lageado Grande dos Índios. Este rio serve de divisa entre a TI e propriedades rurais e também entre os Municípios de Chopinzinho e Manguaerinha. Após diversas pesquisas em imagens de satélite antes da visita e cerca de 4 horas de busca por estradas de chão com várias paradas para informações junto aos moradores da zona rural (na grande maioria desencontradas), o pesquisador encontrou uma

cachoeira de cerca de 40 metros de altura que não era do conhecimento do Guia Indígena (FIGURA 16).

FIGURA 16: Cachoeira do Rio Lageado Grande dos Índios



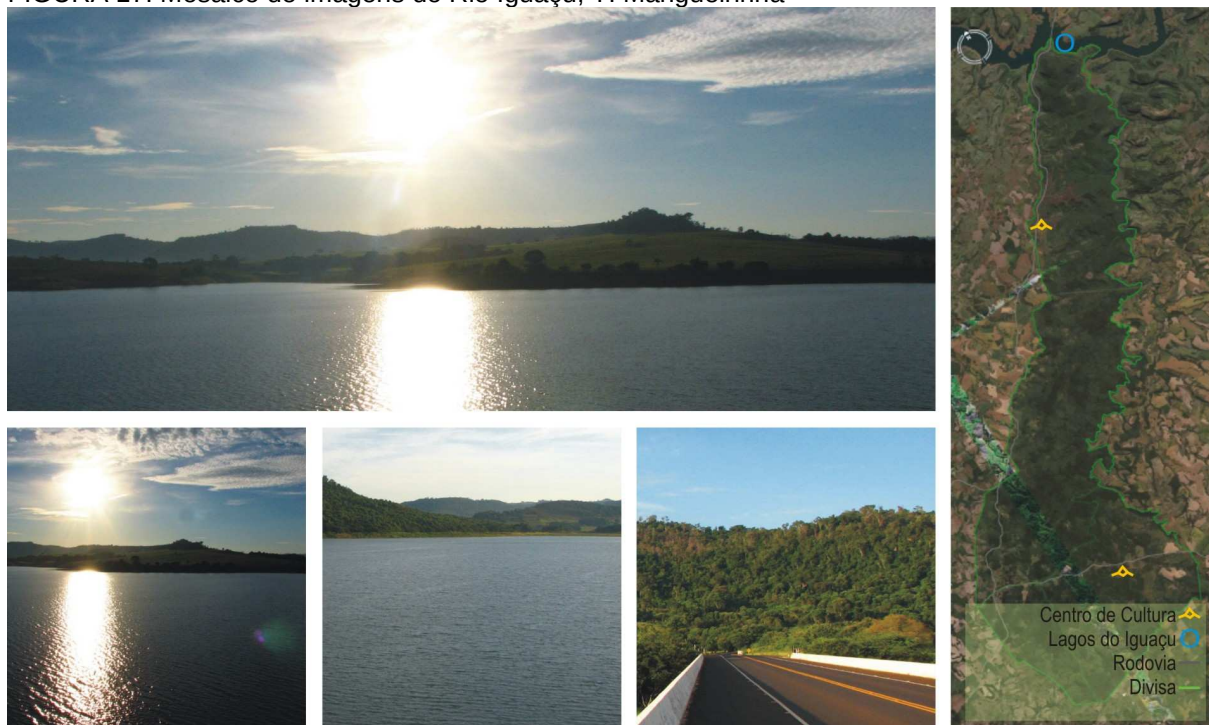
Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2007.

Talvez o desconhecimento se deva pela distância da cachoeira à Aldeia Sede, onde reside grande parte do povo Caingangue e onde costumavam ser feitas as visitas. Analisando-se fotos de satélite com aproximação de até 1 km, a cachoeira aparece com certa nitidez permitindo imaginar um traçado de aproximadamente 6 km de trilha a partir da Aldeia Guarani de Palmeirinha do Iguaçu, no Município de Chopinzinho. Caso partisse da Aldeia Sede, o percurso teria mais de 18 km em meio à floresta. O mesmo rio apresenta outras quedas menores antes de terminar seu curso no Rio Iguaçu.

O próprio Rio Iguaçu constitui-se em um atrativo à parte. Represado em vários trechos por conta da construção de barragens para a geração de energia hidroelétrica este rio é o limite extremo ao norte da TI. Ao se chegar de carro pela

BR-373, após atravessar a ponte sobre o Iguaçu já é possível avistar alguns morros da TI (FIGURA 17).

FIGURA 17: Mosaico de imagens do Rio Iguaçu, TI Manguueirinha



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, 2007.

Em geral, o que se pode perceber é que a TI Manguueirinha apresenta elementos naturais em potencial para a prática do ecoturismo: cachoeiras, fauna, flora, belezas cênicas e rios, além dos lagos formados pelo represamento do Rio Iguaçu com o qual faz divisa. No entanto, faz-se necessário desenvolver o espaço de visitação, planejando e implementando trilhas que permitam a segurança do visitante e da natureza e preparando outras possíveis atividades de interesse do turista, como o arvorismo, a tirolesa, e o canionismo, dentre outros esportes de aventura com forte apelo ecoturístico (RUSCHMANN, 1997).

A TI Manguueirinha, poderia estar associada a outros destinos próximos, ainda nos Municípios a que pertence, como a Cratera Meteorítica de Vista Alegre, em Coronel Vivida, a mineração de pedras semi-preciosas nas Cavernas de Santa

Maria em Chopinzinho e mesmo a Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Salto Segredo), em Mangueirinha, conforme apontado pelos Prefeitos como também sendo pontos turísticos de seus Municípios. Em geral, estes pontos não distam mais do que 30 km dos limites da TI.

3.2.3 Impacto das atividades

De acordo com os diversos autores que discutem o Ecoturismo há um entendimento de que este implica 'atividades de baixo impacto' (HONEY, 1999; SWARBROOKE, 2000a; 2000b; 2000c; TIES, 2006; MITRAUD, 2003; DRUMM; MOORE, 2003). Este baixo impacto só pode ser alcançado por meio de visitaçaõ controlada e em pequena escala, após ter sido feita uma avaliação das implicações positivas e negativas da atividade.

Para muitos teóricos puristas, "o verdadeiro ecoturismo é o turismo de baixo volume que prioriza questões de ordem ambiental." (WESTERN, 2002, p. 20) Deve-se, inicialmente, relativizar a crítica ferrenha ao turismo de massa, uma vez que, em alguns casos, pode até trazer mais benefícios para a conservação do que um pequeno grupo de elite de ecoturistas que viajam só pelo purismo do conceito.

No entanto, não se pode ignorar o controle sobre a escala de visitaçaõ dos destinos uma vez que "o pacote de ecoturismo de hoje pode facilmente se tornar o produto de turismo do mercado de massa amanhã, e isso com todos os problemas inerentes ao turismo de massa que conhecemos muito bem" (SWARBROOKE, 2000c, p. 60). Então, o impacto sustentável tem de ser calculado e planejado para

cada sítio onde se pensa desenvolver a atividade. As dimensões a serem calculadas envolvem estudos de impactos potenciais⁷² do ecoturismo.

Em se analisando a atividade até então desenvolvida na TI Mangueirinha pode-se dizer que o impacto foi pequeno. Primeiro, em relação à natureza, o impacto foi menor do que as atividades agrícolas até então desenvolvidas pelos indígenas. Também, a visita se deu em pequena escala e sempre de modo controlado, com condução dos visitantes por guias locais.

3.2.3.1 Preocupação com a cultura: um mito cristalizado

No que tange à comunidade local reside a maior preocupação em se referindo aos possíveis impactos que o ecoturismo poderia causar em relação ao aspecto cultural, sendo fala recorrente em praticamente todos os discursos dos entrevistados. Neste sentido, o Prefeito de Coronel Vivida argumenta que este é um assunto frágil e que demanda estudos e discussões entre seus interessados:

Nós na verdade devemos dar conta de que as reservas indígenas estão se tornando cada vez menores, ou seja, há uma tendência quase que em extinção, e termos uma reserva em nossa região algo diferenciado, que conta proximidade de isso um dia ser incrementado. Eu vejo realmente que é algo a ser tratado com muito cuidado, respeitando-se a identidade do indígena, suas origens, tradições, costumes, e para que o turismo não passe a ser uma agressão naquela região, e entendo também que o processo é bem mais lento do que qualquer outro potencial a ser explorado.

No ponto de vista da Turismóloga, os impactos negativos a serem evitados também se referem à questão cultural e são: “distorção de princípios e costumes, problemas de saúde, competitividade”. É contundente, no entanto, a

⁷² Estes cálculos compreendem estudos técnicos intitulados capacidade de carga turística.

opinião do Chefe do Posto Indígena que, de um lado, divide a mesma opinião de que o possível impacto seria “a interferência, de repente, na cultura”, mas de outro lado, afirma que a FUNAI busca justamente a aculturação do indígena:

O objetivo da FUNAI, e o que a gente trabalha em cima é para integrar ele lenta e harmoniosamente. Você sabe que há 500 anos que a FUNAI e o Governo vêm tentando isso e às vezes tem certa relutância da própria comunidade. Então, o que a gente não quer é que haja essa interferência maléfica dentro da comunidade.

Essa constatação revela a contraditoriedade encontrada nas falas do representante da FUNAI o qual, na mesma entrevista, ainda afirma que

Na realidade no índio hoje, a miscigenação já é grande. Eles têm a mesma vontade da gente aqui fora. Eles querem ter o carrinho deles, a televisão, querem morar bem, com luz elétrica dentro. Agora, por exemplo, estamos com um projeto, já está instalada inclusive uma parabólica para telefonia. Quer dizer, já temos uns 20 e poucos que solicitaram o telefone em casa. Então, eles querem ter essa vida, que nem a da gente e isso é influência da própria televisão, porque se você for ali eu te garanto que você vai encontrar poucas casas que não tenham a sua televisão. As que não têm televisão têm o seu radinho.

Com base nestas afirmações, sem ser simplista, questiona-se: seria possível algum impacto negativo por meio do ecoturismo maior do que aqueles que já ocorreram com o povo Caingangue e Guarani no espaço histórico da TI Mangueirinha? Do mesmo modo, seria o elemento não-indígena o único responsável pela transformação da cultura indígena?

Para este debate convida-se Schaden segundo o qual

[...] o próprio sistema social indígena não se transforma em primeiro lugar pela adoção de instituições estranhas. Em certo sentido, as mudanças ocorrem muito mais de dentro para fora do que de fora para dentro. E parecem iniciar-se quase sempre pela eliminação de elementos tradicionais, salvo quando se trata de instituições que promovem a vinculação com o mundo dos brancos. (SCHADEN, 1969, p. 162)

Deste modo, pode-se afirmar que os indígenas dão menos importância àqueles elementos tradicionais de sua cultura que não lhes fazem mais sentido.

Não encontram mais sentido em caçar e pescar, pois a caça é escassa e o rio está a 40 quilômetros de distância, e quem sabe acabam menosprezando a floresta, pois não lhes tem mais serventia. Também porque encontram na agricultura uma forma de subsistência para a qual alcançam recursos para o custeio da operação e conseguem equipamentos junto às prefeituras e detêm terras onde antes havia florestas. Não vêem mais sentido em habitar casas desconfortáveis, suscetíveis ao frio, ao vento, pois percebem que há maneiras mais dignas de se viver.

De outro lado, conservam hábitos e costumes como a produção do artesanato, as danças, o folclore e o idioma. Tais instituições, segundo Schaden (1969) lhes permitem configurar e manter sua identidade como índios em contato com o 'mundo do branco' enquanto representam fatores que podem render-lhes recursos por meio da comercialização de artefatos, das apresentações e mesmo para o turismo.

Neste sentido, entende-se que o sistema interno da TI Mangueirinha já tenha evoluído de um sistema fechado para um sistema aberto. Schaden afirma que

[...] A partir do momento [...], em que a sua produção econômica os obriga a corresponderem às exigências do mercado nacional ou até internacional, a organização da sociedade deixa de ser fechada. É que ao mesmo tempo se manifestam, em maior ou menor grau, laços – de ordem política e outros – que os ligam cada vez mais ao mundo exterior, transformando concomitantemente o sistema interno. (SCHADEN, 1969, 162)

Assim, percebe-se que o indígena em questão talvez já tenha assumido uma série de instituições que não eram de sua organização de origem, estando já em estágio avançado de transformação cultural. Quando as sociedades indígenas fechadas chegam a um estágio em que seu sistema se abre faz-se necessária uma intervenção que permita dignidade daqueles em meio aos não-indígenas. Schaden afirma que,

Na medida em que se reconhece, diante não só do grau de intensidade, como dos efeitos dos contactos com a civilização, ser necessário ou conveniente criar [...] as condições culturais, sociais e psicológicas indispensáveis a uma interação regular com a sociedade nacional, já não há como evitar uma intervenção sistemática nas atividades de produção, a fim de tornar o índio apto a atuar como parceiro eficiente e livre na troca de valores materiais com gente estranha a seu ambiente primitivo. De qualquer maneira, as medidas que se proponham neste sentido deverão necessariamente tomar como ponto de partida, isto é, como quadro de referência, as características e os valores fundamentais do sistema cultural nativo, não somente no que se refere à economia, mas também à organização social e a outras esferas [...]. Tudo isso, é claro, com vistas à expectativa e às solicitações do mercado em que o índio deverá colocar produtos ou entrosar-se como mão-de-obra remunerada. (SCHADEN, 1969, pp. 286, 287)

Portanto, o ecoturismo pode potencializar benefícios para a TI Mangueirinha, sendo uma das instituições a ser analisada como alternativa para o desenvolvimento desta sociedade indígena. Este fato é inclusive apontado pelos entrevistados, como pode ser denotado na fala da Turismóloga segundo a qual o ecoturismo pode: “contribuir no resgate e valorização cultural, oportunizar melhoria da qualidade de vida dos residentes, geração de trabalho e renda, melhoria da infraestrutura, incentivar a prática de atividades como artesanato, dança, gastronomia”.

Talvez o pensamento que mais se aproxime da avaliação sobre impactos positivos e negativos do ecoturismo para a comunidade seja a voz dos próprios indígenas representada na argumentação do Cacique:

Eu acho que desde que fizessem um trabalho bem divulgado, bem trabalho, eu acho que não ia ter problema. Porque a gente sabe o limite que a gente pode ir. O turista também sabe as exigências que tem onde existe um ponto turístico. Então um trabalho bem conscientizado da comunidade, e do turista que vem, pode ajudar, porque hoje o índio já sabe o que ele pode acolher para a aldeia, o que ele pode tirar de bom do turista, e o que ele pode tirar de ruim.

Percebe-se que o Cacique faz a avaliação das instituições que tem decidido adotar reconhecendo que o ecoturismo poderia ajudar a aldeia. Demonstra também estar à busca do desenvolvimento por meio da interculturalidade (VAL; ZOLLA, 2004) à espera de que os indígenas sejam compreendidos como povos

diferentes e respeitados em seus direitos, assim como demonstram compreender o não-indígena.

É lamentável que os planejadores, os órgãos e entidades públicas responsáveis pelas questões que dizem respeito aos indígenas esqueçam de lhes perguntar sobre as condições que almejam para sua vida. O olhar do gabinete, de quem não conhece a realidade dos povos, acaba relegando os indígenas a viverem em guetos ou em redutos culturais aos quais se espera que se submetam. Quando não se submetem, são responsabilizados de estarem perdendo sua identidade. Se o fazem, ficam sufocados pela bolha do não-indígena, crescente ao seu redor, indignados por lhes ser tirado o livre arbítrio para poder escolher a cultura que querem viver até que a indignação se transforme em resignação.

3.2.4 Educação dos visitantes sobre o ambiente

No ecoturismo entende-se que em contato com a natureza de um lugar e com pessoas que conheçam esta natureza cada indivíduo tem a oportunidade de experienciar o mundo e refletir sobre seu comportamento em relação ao meio ambiente (HONEY, 1999), aprendizado ao qual se convencionou denominar educação ambiental.

A educação ambiental originou-se das preocupações com os visíveis indícios veiculados pela mídia e por diversos estudos científicos que indicam que o planeta passa por uma crise ambiental cujos sintomas se incorporam rapidamente ao cotidiano de leigos e especialistas. (SOFIATTI, 2002, p. 41)

Assim, fatores de alteração do clima por meio do efeito estufa e da diminuição da camada de ozônio, o esgotamento de recursos naturais não-renováveis, a poluição das águas e a destruição de ecossistemas são temas freqüentes no vocabulário do povo. No entanto, entre a ciência sobre esta crise e a mudança de comportamento para combatê-la a população apresenta uma lacuna que pode ser diminuída por meio da educação ambiental.

Este aumento da cidadania ecológica que permite a discussão e mudança de comportamento ambiental da população no cotidiano

[...] depende de processos coletivos de apropriação simbólica do significado da questão ambiental para a sociedade, por meio de procedimentos educacionais e culturais, e da construção de bases materiais que permitam sua concretização no Estado-Nação, o que evidencia a relevância da ação de atores individuais e coletivos nos movimentos sociais e por meio da Educação Ambiental. (SOFIATTI, 2002, pp. 91-92)

Em seu discurso a respeito das atividades desenvolvidas na TI Mangueirinha os entrevistados enfatizaram as visitas como tendo um cunho educacional sobre o meio ambiente e sobre a cultura do povo indígena.

3.2.4.1 Ecoturismo e visitantes: um esboço de educação ambiental e cultural

Em primeiro lugar a TI Mangueirinha, em se tratando de um destino cuja configuração apresenta elementos sócio-culturais e ambientais, é um espaço que favorece a educação e a interpretação ambiental em meio à visita a exemplo de inúmeras Unidades de Conservação e parques ambientais (PÁDUA, 1994).

Durante suas falas os entrevistados reconheceram a relevância da TI para estes fins. Isso pode ser percebido no discurso do Prefeito de Coronel Vivida de que

[...] a manutenção dessa área como reserva indígena é um fator favorável, no sentido do conhecimento sobre o meio ambiente, no sentido do respeito aos primeiros povoadores do nosso país na nossa região. Acho que ela tem então um valor cultural, um valor ambiental e um valor de preservação da identidade indígena.

A TI pode ser visitada por um ecoturista em busca do espaço natural protegido para a realização de alguma atividade recreativa ao ar livre. O mesmo espaço pode servir como apoio às atividades da rede formal de ensino como alternativa de estudos práticos e observações para professores e alunos, sendo esta uma constatação do espaço investigado. Em ambos os casos, há uma oportunidade ímpar “tanto para o aprendizado de novos conhecimentos, como para mudança de valores.” (VASCONCELLOS, 1993, p. 84) e este resultado pode ser alcançado por meio do planejamento da comunicação através da interpretação ambiental.

A interpretação ambiental é uma estratégia educativa, cujo propósito é dar a conhecer o significado dos recursos através de aspectos originais, por experiência direta ou por meios ilustrativos, ao invés do simples comunicar de sua significância ou importância. As técnicas de interpretação em áreas silvestres objetivam confundir as atividades de recreação e educação, imperceptivelmente, de maneira que o visitante desenvolva sua educação ambiental sem se aperceber disso. (MILANO, 1993, p. 41)

Para dar conta de alcançar os objetivos de educar o visitante um destino precisa ser planejado utilizando-se técnicas de interpretação as quais compreendem desde a infra-estrutura de visitação até as formas diversas de orientação no espaço visitado e têm o poder de confrontar hábitos e costumes através de diversas analogias, imagens e representações sobre o ambiente.

Dentre as principais técnicas e estruturas estão: o Centro de Visitantes, para promover uma abordagem inicial que permita despertar o interesse sobre o quê visitar no espaço; o audiovisual, geralmente veiculado como abordagem introdutória

antes da visitação; a trilha em si, passando por pontos de interesse na unidade; folhetos explicativos, com dicas de conduta e outras curiosidades sobre a área visitada; o sistema de sinalização, com o uso de sinais indicativos, ícones, painéis em pontos estratégicos do espaço visitado e da trilha; os próprios guias ou condutores da visitação (MILANO, 1993; VASCONCELLOS, 1993; PÁDUA, 1991; BERKMÜLLER, 1984).

Na TI Mangueirinha os dois Centros de Cultura Indígena Caingangue e Guaraní poderiam ser preparados para desempenhar também a função de Centro de Visitantes. Inclusive, já exerciam o papel de ponto de recepção, onde eram dadas as instruções sobre a visita e realizadas as apresentações culturais para os turistas o que pode ser entendido quando os entrevistados afirmam: “todos eram recebidos no Centro de Cultura” (Cacique), “participavam do Centro de Cultura, iam para as trilhas e voltavam à tarde” (Chefe do Posto Indígena).

A exemplo do que acontece em outros destinos de ecoturismo estes espaços poderiam conter painéis, mapas, imagens e maquetes da área, pegadas de animais emolduradas em gesso, dioramas com cenas representativas do modo de vida da população, artefatos indígenas, bem como bancas para exposição e venda de artesanatos e outros artigos (MILANO, 1993; VASCONCELLOS, 1993; PÁDUA, 1991; BERKMÜLLER, 1984). Geralmente, a construção de um Centro de Visitantes é uma das questões infra-estruturais que exige grande volume de recursos em um projeto de ecoturismo, valores que não precisariam ser despendidos no caso da TI.

Os caminhos que dão acesso aos pontos de visitação precisariam receber um incremento para poderem ser utilizados como trilhas interpretativas (VASCONCELLOS, 1993; HESSELBARTH; VACHOWSKI, 2004). Em geral, percorrem as estradas de chão utilizadas para acesso às roças dos índios e não

adentram as florestas, dificultando uma abordagem interpretativa para a trilha. As estradas de chão poderiam ser mantidas para uso administrativo ou como acesso paralelo.

Seria necessário um processo de planejamento que diagnosticasse os pontos de interesse em meio à floresta, priorizando as paisagens com beleza cênica e demais atrativos em potencial de modo a tornar menos monótona a caminhada até o destino final. Em seguida, o procedimento seria a implementação das trilhas utilizando técnicas específicas de construção que resultam em uma visita agradável, onde o visitante mantém sua concentração nos aspectos e nas sensações do ambiente sem a necessidade de se preocupar com obstáculos no caminho ou em olhar para o chão (HESSELBARTH; VACHOWSKI, 2004). As trilhas precisariam ser eficazes o suficiente para não incentivarem desvios de rota ou a exploração de novos caminhos a fim de garantir a segurança de visitantes, natureza e visitados (MILANO, 1993). Placas e painéis interpretativos também podem servir como apoio quando planejados em um sistema de sinalização.

Além das infra-estruturas que dão apoio à visita um espaço pode promover a educação/interpretação ambiental com o auxílio de guias ou condutores de ecoturismo. A respeito da atividade do guia que promove a interpretação Vasconcellos afirma que este “é sempre um educador com o compromisso de fazer com que as pessoas conheçam, aprendam, se interessem e participem ativamente na conservação de seu ambiental natural e cultural.” (VASCONCELLOS, 1993, p. 97).

Em se considerando os espaços naturais dos povos autóctones a presença de um guia indígena pode trazer contribuições em relação ao seu conhecimento sobre a natureza com a qual desenvolveu íntima relação. O visitante

pode aprender os significados do modo de vida do indígena no ambiente natural (VAL; ZOLLA, 2004), seus sentimentos e suas representações sobre a natureza, além de lições e analogias na observação da simbiose, das trocas, do equilíbrio e do modo de vida da fauna e da flora.

O Chefe do Posto Indígena afirma que quando havia visitas de alunos na TI Mangueirinha

Foram preparados na época uns índios para acompanhá-los como guias turísticos⁷³. Mostravam o nome das árvores inclusive na língua indígena, até o nome científico, tudo. Então, existiam guias turísticos que estavam preparados para isso [...]. Mostravam bastante interesse, inclusive. E a gente sentia dos próprios guias que estavam empenhados, estudavam para saber os nomes.

Deste modo, entende-se que os guias indígenas foram talvez os principais responsáveis pela educação ambiental e também cultural no espaço de visitação. Esta foi também a percepção do pesquisador ao ser conduzido pelo Guia Indígena, o qual demonstrava conhecimento sobre o funcionamento da floresta, o nome de plantas, suas aplicações como remédios ou outros destinos. Sua maior preocupação ao longo do caminho era humildemente mostrar ao pesquisador o que conhecia, mesmo sem ter sido solicitado e mesmo após anos sem conduzir alguém pelas trilhas da TI, na busca de promover o entendimento sobre os hábitos de seu povo e sobre o espaço onde habitam.

Bruhns afirma que quando os povos locais, por seu etnoconhecimento, são aplicados “[...] na tarefa de guias locais, mostrando aos visitantes não somente a beleza da área, mas ensinando-lhes o que sabem sobre as espécies de vegetais e animais, seus ciclos produtivos, migrações, a utilidade das ervas medicinais, etc.” (BRUHNS, 2001, p. 95) pode-se encontrar aí uma das grandes ferramentas para a

⁷³ A expressão oficial que designa a pessoa que conduz os visitantes é ‘guia de turismo’, enquanto ‘guia turístico’ diz respeito a um material impresso que serve de orientação para a visitação de um destino.

educação ambiental e para a conservação da natureza por meio do ecoturismo (DIEGUES, 2001).

Assim, diferentemente do ensino tradicional em sala de aula as técnicas de educação/interpretação ambiental em um destino de ecoturismo promovem a contemplação ativa da natureza por meio do uso de sentidos diversos. A nova abordagem na apropriação do ambiente pelo ecoturista remete-o a uma mudança de comportamento sentida na comunidade receptora e no cotidiano dos visitantes, pois teve a oportunidade de conhecer e manter contato com a “cultura ecológica” que apresentam os indígenas (VAL; ZOLLA, 2004).

A chegada à araucária centenária foi uma das oportunidades onde se pôde sentir mais de perto a importância do espaço visitado. Estar ao lado de um organismo que vive há séculos fez pensar que, se tivesse sentidos inteligíveis aos humanos, talvez contaria sobre o modo de vida dos primeiros povos e seu encontro com o colonizador e o que tem significado ser protagonista da história do povo indígena, do povo paranaense e brasileiro.

3.2.5 Recursos para conservação da natureza

Outra das dimensões em análise envolve o entendimento de que o ecoturismo promove a conservação da natureza por meio da geração de recursos (HONEY, 1999) aliada à conservação promovida por meio da educação e interpretação ambiental.

Esses recursos advêm, principalmente, de parte do ingresso aos parques e atrações, das taxas e impostos pagos pelos visitantes e por meio da inversão de recursos advindos da esfera pública ou por organizações do terceiro setor interessadas na manutenção do ecossistema. A iniciativa privada, ao perceber que os visitantes apreciam visualizar a natureza protegida, também abarca a idéia da conservação da natureza e passa a ser ativista para a manutenção da biosfera, financiando ou patrocinando projetos ambientais ou de ecoturismo.

A TI Manguueirinha não chegou a receber um volume tão grande de visitação a ponto de se afirmar que gerou recursos para a conservação da natureza. Outrossim, os recursos garantiram uma renda extra diminuindo a necessidade de pressão sobre o meio ambiente ocupado.

Talvez, uma das principais contribuições que a TI Manguueirinha representa como mecanismo de conservação da natureza esteja em seu enquadramento como TI, o que a torna alvo dos critérios da legislação estadual conhecida como Lei do ICMS Ecológico⁷⁴. A partir de 1992, o Estado do Paraná diminuiu de 80% para 75% o valor adicionado advindo do recolhimento do ICMS retido dos Municípios. A diferença de 5% passou a ser devolvida ao Município gerador considerando-se o critério ambiental, ou seja, a existência de Unidades de Conservação (UCs) e áreas protegidas. Ainda, a partir de 1997, foram consideradas para o critério de cálculo do coeficiente de conservação áreas protegidas como as TIs e os Faxinais.

⁷⁴ Corresponde à Lei Complementar Estadual nº. 59/1991 e normas posteriores tais como a Lei Complementar Estadual 67/93 e o Decreto Estadual nº. 3.446/97 as quais beneficiam também os municípios que possuem em seu território Áreas de Terras Indígenas (ATI) e Faxinais, respectivamente.

Essa constatação tem contribuído para que, em dez anos, os três Municípios totalizassem mais de R\$ 6,1 milhões (sem correções) em recursos financeiros advindos do ICMS Ecológico (TABELA 6).

TABELA 6: Repasse de recursos do ICMS Ecológico aos Municípios da TI Mangueirinha (R\$)

Ano de Repasse*	Chopininho	Coronel Vivida	Mangueirinha	Total no Período
1997	201.019,98	43.389,97	69.292,96	313.702,91
1998	218.505,67	47.164,24	75.320,39	340.990,30
1999	300.812,61	49.054,90	103.692,15	453.559,66
2000	284.298,56	70.423,37	95.360,87	450.082,80
2001	367.051,99	90.727,76	119.393,71	577.173,46
2002	402.184,37	100.166,79	132.149,61	634.500,77
2003	484.704,21	120.718,93	159.263,95	764.687,09
2004	564.758,15	140.656,92	185.568,05	890.983,12
2005	503.547,32	125.411,94	165.455,42	794.414,68
2006	565.711,66	140.894,39	185.881,35	892.526,01
Total	3.892.594,52	928.647,82	1.291.378,46	6.112.620,8

* Valores acumulados durante cada ano, sem correção.

Fonte: Adaptado de Memória de Cálculo e Extrato Financeiro do ICMS Ecológico por Biodiversidade. DIPAB/IAP.

Uma Lei Estadual (nº. 12690, de 18 de outubro de 1999), beneficiou diretamente a TI Mangueirinha com o ICMS Ecológico, assim como outras TIs do Estado do Paraná. Tal lei dispôs que os Municípios aplicariam 50% do ICMS recebido pelo fato de possuírem TIs em seu território diretamente sobre as mesmas. No entanto, em junho de 2002, uma decisão do Supremo Tribunal Federal a favor do então prefeito de Espigão Alto do Iguaçu suspendeu, até decisão final da ação ajuizada pelo Procurador-Geral da República, a eficácia, execução e aplicabilidade de tal Lei, entendendo que ofende a CF no art. 167, IV, que veda a vinculação da receita de impostos à despesa. Mesmo após a suspensão da lei os indígenas continuaram seu discurso em defesa do repasse de recursos.

A partir do ano 2000, a área da TI utilizada como base de cálculo do ICMS Ecológico diminuiu em cerca de 5 mil hectares. Segundo o técnico do IAP, responsável pelo cálculo do Fator de Conservação da área, essa diminuição se deu

em função do não cumprimento de obrigações determinadas pelo órgão sobre a conservação da área⁷⁵ (TABELA 7)

TABELA 7: Redução da área base de cálculo do ICMS Ecológico da TI Manguueirinha

Municípios	Área (ha)		Área reduzida (ha)	Variação
	Até 2000	2000 em diante		
Chopinzinho	11.347,18	8.000,00	3.347,18	-29,50%
Coronel Vivida	1.909,59	1.527,50	382,09	-20,01%
Manguueirinha	4.051,31	2.800,00	1.251,31	-30,89%
Total	17.308,07	12.327,50	4.980,57	-28,78%

Fonte: Adaptado de: Memória de Cálculo e Extrato Financeiro do ICMS Ecológico por Biodiversidade. DIPAB/IAP.

Deste modo, percebe-se que a biodiversidade da área pode ter sofrido agressões mais contundentes na década de 1990. As principais causas apontadas para isso são a exploração madeireira e a derrubada para fins de roças seguidas de queimadas conforme apontado pelo próprio Cacique.

Uma vez que TI não gerou recursos para a conservação por meio da visitação pareceu importante aos olhos do pesquisador analisar a destinação dos recursos do ICMS Ecológico gerados pela TI Manguueirinha, os quais, segundo a lei, deveriam ser destinados para a manutenção do meio ambiente e de sua qualidade.

3.2.5.1 ICMS Ecológico versus agricultura

Os recursos do ICMS Ecológico são administrados pelos Municípios e de acordo com os artigos da lei deveriam ser aplicados para garantir ainda mais a conservação do meio ambiente em sua jurisdição por meio de programas ligados às

⁷⁵ Informações obtidas junto ao IAP, Regional de Pato Branco, por meio de entrevista exploratória com funcionário do departamento, em novembro de 2006.

questões ambientais. Nesse sentido, a legislação pertinente recomenda às Prefeituras que formalizem Termos de Compromisso com o órgão gestor responsável pela área protegida utilizada como base de cálculo do recurso garantindo investimentos para a manutenção e melhoria da qualidade do meio ambiente em questão em consonância com os requisitos avaliados anualmente pelo IAP para a determinação do fator de conservação de cada área.

Mediante tais documentos os recursos podem até ser investidos na área protegida ou em seu entorno, aumentando a possibilidade de repasse em função da melhoria ambiental. Ou seja, quanto mais o Município investir sobre a área protegida, maior será a probabilidade de aumento da distribuição do recurso.

Em relação aos investimentos realizados com os recursos advindos do ICMS Ecológico, o Prefeito de Coronel Vivida afirma que “O ICMS Ambiental contribui como um fator de sustentação das ações que estamos implementando.”, apresentando uma série delas, dentre as quais: coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos e reaproveitamento de 70% destes economizando os aterros, ações educativas, mostras do meio ambiente, implantação de mata ciliar, viveiro municipal, replantio de 50 mil pés de araucárias, comitê ambiental nas escolas, elaboração de projetos para o futuro. Ainda, segundo o mesmo Prefeito, em 2006 os indígenas da TI que habitam na porção do Município de Coronel Vivida, Aldeia Passo Liso, receberam um repasse dos recursos por meio de um convênio com a Associação de Produtores Indígenas de Manguueirinha (APROIMA) e o utilizaram para a compra de insumos agrícolas, e para a aquisição de um trator, utilizado em suas lavouras.

Sobre o mesmo assunto, o Prefeito de Chopinzinho não apresentou ações específicas para a manutenção e melhoria do meio ambiente no Município que representa. Confirmou, no entanto, que o repasse de recursos para os

indígenas é feito anualmente por meio de um plano de trabalho elaborado por um técnico indígena da própria comunidade e discutido junto à prefeitura, sendo que o repasse obedece a um cronograma estabelecido entre as partes. Os pedidos da comunidade indígena geralmente se referem às questões ligadas à agricultura, principalmente na preparação de lavouras comunitárias.

O Prefeito argumenta sobre o fato de que não há mais obrigatoriedade de repasse dos recursos para as TIs, apontando ainda que houve algum desentendimento em épocas anteriores em função desta questão legal. Para ele,

O Município, muito embora não tenha obrigação por lei, tem investido parte do ICMS Ecológico dentro da Reserva, inclusive isso foi alvo de uma movimentação que houve nos últimos dias da comunidade Indígena, mas tem que se trabalhar melhor a questão da obrigação legal.

O Chefe do Posto Indígena confirma a importância do repasse de recursos do ICMS Ecológico, enquanto atesta a dificuldade encontrada por seu órgão:

Nós por exemplo aqui no Município de Mangueirinha, Deus o livre! Se não fossem os recursos do ICMS praticamente a gente não tinha muita coisa para fazer em benefício do índio! Você sabe que tudo requer recurso. Até pra questão da lavoura, do cultivo, do plantio. Para eles é essencial e, infelizmente, é o recurso que a gente mais dispõe.

O Chefe do Posto Indígena confirmou o apontamento do Prefeito de Chopinzinho, de que houve dificuldade para se firmar apoio com um dos Municípios em 2006, o qual não repassou os recursos dessa ordem.

Para o Cacique,

[...] tem Município que a gente tem problema, por que dois Municípios tão atendendo bem, obrigado ou não ela tá atendendo a aldeia, repassando os 50% pra gente fazer projetos em cima da agricultura, em cima dos que as famílias necessitam [...]

Se há indicações de que Mangueirinha e Coronel Vivida procederam ao o repasse e que em Chopinzinho houve manifestações isso leva a pensar que o Município que não firmou convênio com a TI em 2006 foi Chopinzinho.

Ainda que não sejam aplicados diretamente em programas de conservação do ambiente há um reflexo direto dos recursos sobre essa questão uma vez que ao manter suas roças para suprir suas necessidades e para a comercialização do excedente o indígena traz menor pressão sobre o seu patrimônio natural.

Estes recursos do ICMS Ecológico poderiam ser alvo também de um programa para a conservação da TI Mangueirinha, o fato gerador do repasse. Não se questiona a importância dos programas que estão atendendo no momento, mas percebe-se também que os recursos não têm sido utilizados com grande ênfase na questão ambiental, o que foge do preconizado pela lei para o benefício mais direto na conservação do ecossistema e pode comprometer o repasse futuro.

3.2.6 Promoção da economia local

Ao apresentar a categoria que abrange o desenvolvimento econômico das comunidades locais (HONEY, 1999), o que se deve analisar é se os benefícios econômicos principais do ecoturismo recaem sobre o destino.

Em relação à economia tradicional os indígenas desenvolvem suas lavouras de subsistência, pescam e caçam. Tais atividades nem sempre são suficientes para garantir o suprimento de suas necessidades, como já anteriormente

apontado em relação à reduzida caça, bem como a pesca que se dá no Iguaçu extremo norte da TI e distante cerca de 40 km da Aldeia Sede. Como alternativa para incrementar sua renda produzem e comercializam artesanato o que se constitui em uma das principais fontes de renda, especialmente os Guarani que costumam vender seu trabalho também em cidades fora da aldeia (LADEIRA, 2003). O pinhão também é fonte de alimentação e renda extra nos meses de outono e inverno, assim como o excedente de sua produção de grãos o qual é comercializado com cooperativas da região.

O Cacique levanta a questão de que os meios tradicionais de sua economia já não sustentam mais suas necessidades: “Pelo que eu vejo hoje, o modo de nós sobreviver vai ser dessa forma, porque hoje o artesanato não tá dando muito pra se manter. Então, a gente tá partindo mais para a agricultura.” Essa afirmação demonstra a busca do Cacique por alternativas para sua comunidade cada vez mais dependente da agricultura mecanizada.

Tem-se visto que a agricultura é um negócio que deve ser analisado com cuidado e cujas expectativas devem ser equalizadas. Ainda que signifique uma alternativa para a população indígena, pesa o fato de que a atividade prescinde de terra e espaço, o que poderia demandar a supressão de uma porção maior da TI para suprir a demanda crescente dos indígenas. Também não se pode ignorar que se trata de uma atividade cujo histórico da última década nos Estados do Sul demonstra uma grande volatilidade em função da instabilidade climática. Os próprios Municípios do entorno da TI apresentaram diminuição no volume de produção de algumas culturas entre 2005 e 2006⁷⁶, especialmente o milho, um dos principais cultivos dos indígenas.

⁷⁶ IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2005/2006.

Além da grande ênfase para a agricultura, da fala dos entrevistados, emergiu uma categoria na qual se atribui ao ecoturismo o papel de alternativa de renda e para incremento das atividades até então desenvolvidas. Salvo para aqueles que trabalhariam ligados à atividade, como almejado pelo Guia Indígena, os demais estariam recebendo os impactos indiretos da atividade.

3.2.6.1 Ecoturismo como alternativa de renda

Em relação à atividade econômica de visitação até então ocorrida na TI Mangueirinha percebe-se que os visitantes deixavam sua contribuição: “sempre tinha uns que traziam dinheiro e outros traziam alimentação para doar para as famílias [...]”, afirmou o Cacique.

Ainda, segundo o Guia Indígena, responsável na época pela condução de visitantes e pela manutenção das trilhas, “Cada aluno contribuía com R\$ 2,00 para fazer a visitação.” e mais tarde “se eu pudesse, eu ficava o dia inteiro só acompanhando as pessoas pela mata, mostrando os nossos pontos”. Estas experiências confirmam que a atividade gerava algum ganho e que já haviam sido incorporadas nas práticas dos indígenas como uma atividade estimada, seja pelos recursos financeiros ou pela satisfação com o trabalho.

Na percepção do Chefe do Posto Indígena os indígenas viam os turistas até como uma fonte de renda. O Cacique em seu discurso afirma que o ecoturismo pode ser “uma renda para a comunidade” e possibilidade de incremento “para o pessoal que lida com o pinhão, com o artesanato, com a pesca, com os diversos

trabalhos que existem na aldeia”. Falando em nome de seus representados, afirmou que a comunidade tinha vontade de que o ecoturismo acontecesse. Percebeu também que o ecoturismo traria benefícios e

[...] ia ajudar as famílias, porque iam poder produzir artesanato e negociar, não precisar sair da aldeia, porque o índio hoje produz e sai da aldeia vender em outras cidades, outros estados, outras regiões e onde ele acaba deixando a aldeia. Acho que se tivesse um trabalho turístico aqui não precisava se deslocar da aldeia, e conseguia fazer o comércio dele aqui na aldeia, o pinhão, o artesanato [...]

Entende-se, então que o ecoturismo pode representar uma alavanca para as atividades já rentáveis na TI tais como a comercialização de produtos associados ao turismo, especialmente do artesanato e da gastronomia (DRUMM; MOORE, 2003; MITRAUD, 2003). A exemplo do que já ocorria em relação ao serviço de Guia outros serviços tipicamente ecoturísticos são uma oportunidade, como a organização do receptivo local para esportes junto à natureza: caminhadas, arvorismo, safáris fotográficos e observação de flora e fauna. Isso possibilitaria uma alternativa de incremento ao ganho advindo das atividades de caça, da pesca, da coleta e da agricultura de subsistência realizadas pelos indígenas, justificando a conservação de seus ecossistemas e de seus aspectos identitários.

Para o Prefeito de Manguerinha os não-indígenas e algumas organizações tendem a determinar o destino dos índios de modo muito simplista, especialmente quando se refere ao seu patrimônio natural. Sobre o assunto, opinou com entusiasmo e indignação:

Muitas vezes eles acham que o índio expropria seu patrimônio natural. Nós queremos que os índios preservem essa reserva de 17 mil hectares, só que eu pergunto para você: do que vive o índio? É a mesma coisa que você dizer para um agricultor que tem 100 alqueires de terra, dizer para ele não plantar, dizer para ele reflorestar tudo... Ele vai dizer tudo bem, que ele faz, mas do que ele vai viver? Então aí que está o x da questão!
Os órgãos ambientais, as ONGs, eles dizem: Ah! É muito bonito ter a reserva de índio! Daí eles dizem: 'Estão derrubando pinheiro!' '[Os índios

dizem:] Ta bom! Não vamos derrubar...’ Ué! O índio vai morrer de fome? Vai viver do quê? Então aí que está a questão!
 Nós temos que achar caminhos, nós temos que melhorar a Reserva. Nós temos que achar alternativas para que o índio sobreviva. E isso tem que ser feito pelo Governo, tanto Municipal quanto Estadual e Federal. Se não, não vai!

Não se pode negar que a área antes destinada para fornecimento de sua alimentação já é, em geral, bastante reduzida e circunscrita a redutos que, em muitos casos, não garantem mais as necessidades de alimento ou a sustentabilidade da atividade silvícola. Ao mesmo tempo, caso desejem trabalhar a agricultura mecanizada, estarão limitados pela floresta de araucárias, um patrimônio protegido por lei, além de lhes faltarem grande parte das tecnologias necessárias para dar conta de aproveitar tudo o que podem dos novos sistemas agrícolas. Veja-se também que o crescimento populacional anual anunciado entre os indígenas já está na ordem dos 4% (FUNASA, 2006; AZEVEDO, 2000) devido às melhorias apontadas no saneamento e na saúde o que é um dado positivo. Ao mesmo tempo é alarmante, pois a área onde está inserida a comunidade não é ampliada na mesma proporção de seu crescimento populacional, agravando ainda mais este quadro de falência do conceito ‘silvícola’ atribuído ao indígena.

Na falta de condições econômicas e pressionados pela satisfação de suas necessidades e desejos muitas comunidades indígenas vêm-se forçadas a negociar seu patrimônio natural (VAL; ZOLLA, 2004). O negócio se dá de formas diversas, principalmente na comercialização de madeira e recursos naturais, ou na venda de animais silvestres, ou mesmo no afastamento de sua comunidade para encontrar trabalho remunerado em atividades rurais ou urbanas junto aos não-indígenas. Por isso, é latente a necessidade de ações que garantam uma maior sustentabilidade de uso do meio ambiente das TIs.

Caso tenham interesse em implantar um programa de ecoturismo os indígenas precisarão definir alguns pressupostos técnicos da atividade econômica, ainda que de maneira simples, para que a atividade possa ser desenvolvida de modo a minimizar os impactos negativos. Destarte, faz-se necessário que delimitem áreas destinadas à visitação e áreas restritas aos indígenas e seu manejo (MILANO, 1993), se assim o entenderem. Na oportunidade, os indígenas poderiam também destinar áreas à conservação e renovação dos aspectos naturais como forma de garantir a existência de seu patrimônio natural procedendo a uma espécie de zoneamento ecológico-econômico de sua TI.

De qualquer forma, o ecoturismo para as TIs, assim como para a TI Manguueirinha,

só deve ser considerado quando puder fornecer uma melhoria da qualidade de vida dos índios. E para isto, uma ação primordial, colocada pelo Programa [Piloto de Ecoturismo em TIs], é a que considera o ecoturismo uma “atividade complementar” às outras atividades dos índios, uma atividade que não se espera vir a tornar-se dominante. (GUIMARÃES, 2006, p. 28)

Também em se tratando sobre as atividades turísticas deve-se pensar como Krippendorf em que não se podem ignorar

os riscos que implica, especialmente em razão da forte dependência ao estrangeiro, às estações do ano e à conjuntura [...] é preciso evitar, a qualquer preço, a monocultura turística, que não apenas é nefasta, como qualquer monocultura, mas igualmente perigosa. (KRIPPENDORF, 1989, p. 186)

O planejamento do ecoturismo para a área precisa prever mecanismos que fomentem o surgimento de operadoras, agências e guias de ecoturismo no local, valorizando sua experiência e conhecimento, garantindo que os recursos da visitação sejam revertidos para o próprio destino (MITRAUD, 2003; JÁNER; MOURÃO, 2003). Os visitantes precisam também ser conscientizados a preferir o

consumo de produtos e serviços elaborados no local, como forma de garantir a sustentabilidade das atividades.

No início, pode ser que haja uma dependência maior de atores externos para a operação do destino. Com o passar do tempo, a comunidade local pode se preparar para assumir uma série de atividades antes desempenhadas por agentes externos, concentrando os ganhos da atividade.

3.2.7 Fortalecimento político na base

Em relação à última categoria entende-se que as comunidades locais precisam ser as principais responsáveis e tomadoras de decisões sobre suas áreas. Precisam ter seu senso crítico despertado e fortalecer o seu poder político (HONEY, 1999) no desenvolvimento do turismo.

O planejamento turístico – quando existente – foi costumeiramente feito levando em consideração o interesse de mercado e não dos povos locais. Não se devem ignorar as equações econômicas que sustentam leis de oferta e procura do turismo, uma vez que são já ciência comprovada, mas deve-se evitar a constatação de que “a voz dos viajados continua praticamente inaudível” (KRIPPENDORF, 1989, p. 91). Ou seja, as próprias comunidades precisam ser parte integrante do processo de planejamento sobre suas áreas, promovendo discussões junto a suas lideranças, envolvendo atores que podem dar propulsão ao desenvolvimento (MITRAUD, 2003; JÁNER; MOURÃO, 2003).

Muitas vezes, a visitação ocorre anteriormente ao processo de planejamento turístico (BENI, 1998). Este fato ocorre em destinos com atrativos peculiares promovidos por meio da mídia e de outros agentes através do marketing boca a boca. Principalmente nestes casos, uma ação de planejamento se torna indispensável para buscar o controle sobre a visitação já existente e para garantir perenidade e retorno financeiro da atividade para as comunidades locais.

Isso implica que sejam ensinadas sobre os impactos do turismo para poder tomar decisões assertivas em relação à promoção ou não de seu destino no mercado. Precisam também pensar se quererão ter tempo apenas entre si, para ‘descansar’ do turista, e se terão acesso a esse tempo após o início da atividade turística.

Esse pano de fundo serve de cena para a análise que se procurou fazer na TI Mangueirinha. Durante as entrevistas, os sujeitos sinalizaram para outras subcategorias de análise, a saber: envolvimento da comunidade local, e atores e lideranças: apoio, entrave, passividade.

3.2.7.1 Envolvimento da comunidade local

Para que a qualidade de vida dos indígenas possa ser melhorada minimizando impactos negativos da visitação a gestão da atividade pela comunidade se faz imprescindível. Deste modo, os indígenas podem estabelecer qual o tipo de turista desejam receber, quem serão os responsáveis por sua recepção, o que lhes

será mostrado, quando e como. Também poderão decidir o modo de acomodação e de alimentação oferecidos aos turistas bem como as atividades sugeridas.

Em que se tenha notícias a atividade turística iniciou-se na comunidade desprovida de um planejamento processual e favorecida pelo fácil acesso por via das rodovias que cruzam a TI. Do mesmo modo, a comunidade também não participou inicialmente das decisões sobre a visita de estudantes, salvo pelas deliberações do Cacique, contudo acabou incorporando ao seu cotidiano essa prática, provavelmente pelos ganhos econômicos da visitação já anteriormente comentados.

Apesar de a atividade ter iniciado sem balizas talvez a breve experiência tenha servido para despertar seu interesse entre os indígenas. Neste ponto, o Cacique afirma que “Interesse a gente vê que há, porque o espaço ajuda, a aldeia toda ajuda para se caminhar dessa forma [...]”. Um pouco deste interesse talvez tenha sido despertado em ações da Paraná Turismo juntamente com a Prefeitura Municipal de Mangueirinha, PR, as quais realizaram uma Oficina por volta do ano 2000 para discutir sobre as melhores formas de desenvolver o turismo na reserva, dentro dos princípios da sustentabilidade. Também se tem notícia de uma ação da Secretaria de Estado do Turismo e do MTUR que, em 2002, promoveram nova Oficina de sensibilização para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Para o Chefe do Posto Indígena, em relação ao ecoturismo, na comunidade “A receptividade é muito boa. A gente sente neles que não há restrição nenhuma nesse sentido. Então, quanto a eles, sem problema nenhum contanto que não haja agressão a eles.”. Na argüição do Cacique pode-se perceber o mesmo

discurso de que há receptividade. Acrescenta ainda que percebe a TI como um atrativo turístico:

Ela é a maior do Estado em floresta nativa, e maior no Estado em população nativa. Então, é um ponto que poderia dar certo. Eu acho que funcionaria, mas desde que tivesse um trabalho, que tivesse apoio, porque hoje exige muita coisa. Então nesse entremeio de tempo que a gente viu, que a gente tá cuidando a comunidade, ah, seria uma coisa muito boa, mas até agora não conseguiu dar certo. [...] se funcionasse a coisa certa como exige o turismo tem tudo para dar certo. [...] seria uma coisa que poderia ajudar.

Nota-se que há consciência de sua parte referente à relevância dos atrativos naturais e culturais de sua terra. Também há consciência quanto a haver implicações exigidas pelo ecoturismo em termos de diretrizes para que possam ser alcançados os resultados prometidos.

Caso estas diretrizes, quando definidas, contemplem a comunidade como a principal gestora do processo com o auxílio de lideranças e outros atores seria possível promover um “desenvolvimento harmonioso do turismo” (KRIPPENDORF, 1989)⁷⁷ priorizando e conciliando os interesses das comunidades locais e dos turistas frente aos demais setores do *trade* turístico⁷⁸. Este horizonte pode ser alcançado e, para isso,

[...] é preciso tentar conciliar as necessidades de viajados e viajantes e conceber o desenvolvimento de tal forma que os feitos sejam lucrativos para ambos os lados. Para tanto, é necessário que estes últimos se ajustem e, ajam de comum acordo, se possível no âmbito de um contrato que atente para o equilíbrio dos interesses de forma coerciva num período prolongado. Em caso de incompatibilidade ou dúvidas, é importante colocar os interesses dos autóctones acima daqueles que reclamam as pessoas oriundas do exterior. (KRIPPENDORF, 1989, pp. 188-189)

Uma gestão participativa não poderá prescindir o estabelecimento de uma associação de ecoturismo da comunidade indígena ou outra forma de organização

⁷⁷ Termo empregado por Jost Krippendorf em ‘Sociologia do Turismo’ ao citar os autores Lês Karellis, Val Louron, Montclar, Basse Casamance.

⁷⁸ Esta frase expressa a oitava tese de Jost Krippendorf em sua obra Sociologia do Turismo (1989).

social com o fim de regular a atividade, definir papéis, responsáveis e beneficiários. Neste sentido, suas experiências anteriores por meio da Associação dos Produtores Indígenas de Manguueirinha (APROIMA) e a negociação que mantêm com as cooperativas agrícolas da região para a comercialização do excedente de sua agricultura sinalizam que esta poderia ser uma forma de organização para a atividade. Alguns aspectos técnicos, como a promoção do destino e a captação de turistas, poderiam ser delegados a outros setores do *trade* turístico, a exemplo do que acontece com destinos tradicionais, evitando pulverizar os esforços iniciais.

3.2.7.2 Atores e lideranças: apoio, entrave, passividade

No desenvolvimento de um projeto de ecoturismo uma comunidade pode lançar mão de parcerias com entidades diversas que disponibilizem o arcabouço teórico-metodológico que serve de apoio para iniciar a atividade (DRUMM; MOORE, 2003; MITRAUD, 2003). O Prefeito de Manguueirinha afirmou que o trabalho turístico na TI “Parou por falta de incentivo, falta da questão cultural, de ter alguém na frente puxando.”. O Cacique sente a necessidade deste apoio e, na sua opinião, o trabalho turístico na TI Manguueirinha não alcançou resultados

Porque pra você lidar com o turismo tem que ter um projeto, um trabalho muito bem feito para aldeia. Precisa de apoio de entidades, para que a coisa funcione. Então a gente sempre fez curso sobre turismo, a gente já sabe mais ou menos do que necessita, então a gente vê que ainda não tá preparado para assumir o turismo dentro da aldeia, mas devido à falta de apoio, de mostrar para a comunidade e até para a gente como liderança como deve funcionar o turismo. Então necessita um trabalho dessa forma. [...] então a gente acha ainda se tiver ajuda a gente consegue.

O apoio a que se refere o Cacique pode estar vindo das principais lideranças que precisam estar engajadas nas discussões para o desenvolvimento do ecoturismo na TI Manguueirinha. Aqui podem ser citadas a FUNAI, as três Prefeituras Municipais das cidades do entorno e entidades ligadas ao Turismo, como o MTUR, a Secretaria de Estado do Turismo e a Governança Turística da Região Sudoeste, PR que fomenta o desenvolvimento do setor na formatação de roteiros de turismo integrados entre os Municípios na região. As Universidades também podem ser um importante meio de suporte e podem contribuir para o debate em torno da questão.

Na busca de perceber a forma de atuação de tais órgãos junto à TI, buscou-se descobrir a opinião dos entrevistados sobre cada um. A respeito da FUNAI o Chefe do Posto Indígena em Manguueirinha comentou:

A FUNAI, hoje é o patrimônio do índio que ela cuida mais. A gente está atento para isso. Agora, a questão de recursos não é o desejado, não seria nem o que precisaria para a gente desenvolver alguma atividade, porque vem muito pouco. Então, em todo o Governo você está vendo essa questão, como todas as dificuldades do Governo que a gente vê por aí.

Percebeu-se um sentimento de incapacidade na fala do representante e até mesmo certa resignação em relação à situação. O Cacique comunga do mesmo sentimento:

Muito tempo atrás a FUNAI investia muito na aldeia [...], De 10 a 15 anos pra cá, a FUNAI não existe muito recurso, Ela não investe em educação, não investe em agricultura, mas devido ao Governo. O Governo que de repente não repassa recursos para a FUNAI. Então, a gente trabalha mais com o Município e o Estado para fazer conseguir melhorar as coisas na aldeia. A FUNAI tá só como um órgão fiscalizador na aldeia. [...] Se nós fossemos depender da FUNAI, [a TI de] Manguueirinha não tinha dado esse avanço. Porque que a gente vê a necessidade deles, o relacionamento nosso é bom, mas a gente vê que apoio mesmo pra ajudar e manter a aldeia, organizar melhor, buscar melhorias, tá muito difícil pra eles. A gente entende essa parte, daí tá buscando onde as pessoas ajudam, no Estado, na Prefeitura.

Os indígenas parecem já estar conformados com a ausência da FUNAI no que tange a vários assuntos que lhes dizem respeito. Na TI Manguairinha aprenderam que não podem ficar à espera do órgão que, em tese, deveria promover seus interesses e foram à busca de outros meios.

As atividades de educação ficaram a cargo dos Municípios e do Estado por meio dos Núcleos Regionais de Educação, o setor de saúde está a cargo da FUNASA, apontado como um excelente serviço, e também às vezes dos Municípios. Na questões econômicas dependem basicamente da própria comunidade que busca os seus meios e desenvolve parcerias para sua subsistência, especialmente com os Municípios. Estes contribuem com sementes para plantios, preparação de roças comunitárias, distribuição de cestas básicas, assistência social nas questões de alcoolismo, além de do repasse de recursos do ICMS Ecológico.

Ao se pronunciar sobre a União enquanto responsável pelos interesses dos índios e das atividades que desejem desenvolver o Prefeito de Manguairinha afirma:

A Reserva Indígena é isolada do Município porque o Prefeito ou Governador não tem ingerência dentro da reserva... quem comanda é a FUNAI e o IBAMA. A saúde é um ponto positivo: a FUNASA, de uns cinco anos para cá, está fazendo um excelente trabalho. Mas a FUNAI faz um péssimo trabalho! Se o governo federal não se interessa, e nós não temos poder dentro da Reserva, na verdade, hoje não existe muito que a gente possa ajudar e fazer.

O Prefeito de Chopinzinho é incisivo quando aponta o órgão gestor da área como um entrave para o desenvolvimento do ecoturismo na TI em função de sua falta de identidade, ora pesando a favor da multiculturalidade, ora a favor da interculturalidade (KYMLICKA, 1996; VAL, ZOLLA; 2004):

Um dos principais pontos que eu vejo que dificulta o desenvolvimento do turismo entre os índios da reserva é a própria divergência que existe hoje dentro da FUNAI. Existe um segmento dentro da FUNAI que acha que o

índio deve manter suas características originais, isolado, viver de arco e flecha, caçando, e não deve interagir com a comunidade, e assim como não deve interagir, deve impedir a entrada da comunidade branca dentro da reserva. E eles têm lá suas razões, dentre as principais delas que eu vejo é a de manter a cultura. Por outro lado existe um segmento dentro da própria FUNAI que acha que o índio tem que interagir. E não tem como não interagir! A comunidade branca está na porta da casa deles! Ali tem água potável, tem energia elétrica, tem uma rodovia, um sujeito que passa de carro ali, a escola do branco está do lado... Esta divergência que existe dentro da FUNAI tem criado uma barreira e um impedimento pra se fazer um trabalho aí dentro da comunidade [...] Eu vejo este espaço como uma potencialidade para um atrativo turístico.

Talvez, o papel que a FUNAI exerceu no passado na questão de demarcação de terras e de proteção a alguns interesses dos indígenas tenha justificado sua existência e sua estrutura organizacional. No entanto, não se pode negar a fala dos entrevistados apontando para um órgão desprovido de recursos e cujas diretrizes e atividades ficam subjacentes às necessidades dos indígenas inseridos num contexto onde as TIs estão cercadas de um mundo que se modernizou e assumiu características globais que interferem em aspectos locais (BAUMAN, 1999; 2005; GUIDDENS, 2002; MENDES, 2002).

Em relação às atividades turísticas desenvolvidas na TI, buscou-se averiguar qual seria o posicionamento da FUNAI para o que o Chefe do Posto Indígena comentou que a preocupação era uma só:

Naquela época, nós [referindo-se à FUNAI] sentimos uma certa ressalva, né. Porque você tem que fazer as coisas com o pé no chão para daí não interferir na cultura deles. Daí isso já é uma preocupação da gente, é uma preocupação da FUNAI.

A preocupação do órgão expressa pelo seu representante diz respeito à questão cultural. Deste pronunciamento se pode inferir, então, que caso a atividade estivesse resultando impactos negativos sobre o patrimônio indígena o órgão responsável pela área e que em tese deve ter acompanhado o processo teria feito intervenções nesta atividade. Como não se pronunciou do contrário a visitação

seguir seu curso deixando a entender que há o consentimento da FUNAI no desenvolvimento de atividades turísticas na TI.

Talvez, isso se dê pelo fato de o contato entre o povo Guarani, o Caingangue e o não-indígena ser de longa data, especialmente no caso da TI Mangueirinha, cercada de propriedades rurais, recortada por duas rodovias de grande fluxo, limitada por um lago originado pela represa de seu rio para produção de energia, cujas linhas de energia cortam sua terra, onde o celular funciona e em cujas casas as parabólicas se multiplicam.

As Prefeituras Municipais parecem ser os órgãos mais próximos que conhecem e contribuem de algum modo para suprir as necessidades dos indígenas. No entanto, suas ações são destinadas à parcela da população que reside em sua respectiva área. Apesar de haver um bom entendimento entre os três governantes, como apontado por ele mesmo e percebido nas oportunidades em que são vistos congregados, não há um trabalho em conjunto para o desenvolvimento inicial de potencialidades similares que existem em seus três Municípios, nem para a TI.

O Cacique demonstra estar acostumado com esta divisão territorial entre os Municípios e teve que encontrar saídas para se ajustar às leis dos Municípios e beneficiar seu povo, uma vez que a territorialidade da TI é outra. Ele próprio está consciente de que

Cada um atende a seu Município, porque devido à lei orgânica que eles têm em cada prefeitura, na câmara nos vereadores, quando vem essa ajuda a gente consegue comprar uma máquina, um equipamento pra agricultura, ou comprar um ônibus, ou comprar alguma coisa com recurso de cada Município. Chegou na aldeia é pra toda comunidade usar. Aqui, a gente que determina as normas. As normas deles ficam da aldeia pra fora. Quando chega a gente acaba se unindo e fazendo um trabalho em conjunto pra que não haja essa divisão. Pra nós não há divisão, essa divisão é entre os Municípios. Essa máquina fará parte da reserva, fazendo um trabalho geral, porque a gente sabe a necessidade de cada comunidade, então fazendo esse trabalho em conjunto todo mundo vai ficando bem.

Todos os prefeitos parecem respeitar esta diferente territorialidade além das fronteiras de seus Municípios. Talvez, a união das três cidades no planejamento e implementação de atividades conjuntas, ainda que aplicadas sobre a porção territorial que representam, pudesse facilitar o trabalho de valorização do patrimônio cultural e ambiental dos indígenas, uma vez que, para estes, o território tem outra circunscrição.

Confrontados com esta idéia, os três Prefeitos são unânimes em concordar com a viabilidade de um projeto de ecoturismo integrado entre os três Municípios. O Prefeito de Manguinhos afirma que “Tirando essa questão do Governo Federal, se nós realmente tivéssemos vontade política e quiséssemos a gente fazia um bom trabalho, os três Municípios, sem dúvida nenhuma.”.

A esse respeito, o Prefeito de Chopinzinho se pronuncia comentando que um projeto de ecoturismo que viria a utilizar a TI e sua floresta “Não tem como não ser integrado. Tem que ser integrado! O recurso natural não obedece a fronteiras: ‘aqui é a divisa do Município’.”, concordando que os recursos do ICMS Ecológico podem ser destinados para este fim. Neste sentido, apesar de não terem sido realizadas ações conjuntas entre os Prefeitos até o momento, parece não haver empecilhos para o referido projeto destinando para isso os recursos do ICMS Ecológico que recebem, como afirma o Prefeito de Manguinhos: “quanto ao ICMS, sentamos com o Cacique e com o conselho da Reserva e decidimos juntos o que eles vão fazer com o recurso. Não vejo problema nenhum de dizer que x % vai para o turismo.”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta caminhada desvelou a complexidade da Terra Indígena Mangueirinha, PR enquanto espaço em que se fazem presentes elementos ora antagônicos, ora concorrentes, e ainda complementares marcados por um contexto histórico e social onde vivem indígenas das etnias Caingangue e Guarani. Neste lugar também ocorrem interações com o não-indígena incluindo aquelas consideradas turísticas, onde há o deslocamento de visitantes com o fim de conhecer os atrativos do destino.

Percebeu-se que as Terras Indígenas no Brasil têm uma configuração que conjuga cultura e área natural protegida conservada, elementos primeiros da análise de um destino ecoturístico. Se o perfil do ecoturista é o de alguém em busca de maior contato com a natureza, desejando abstração do estressado modo de vida cotidiano, urbano, reduzido ao consumo, e com desejo de conhecer culturas diferentes da sua para com elas aprender (RUSCHMANN, 1997) as TIs apresentam as condições para tais atividades. Talvez se encontre aí um dos motivos que justificam a crescente demanda pelo ecoturismo nestes lugares.

No espaço de visita da TI Mangueirinha concebe-se questões ligadas à cultura e sua permeabilidade, à existência de um patrimônio cultural, à etnia, ao ser humano indígena, à identidade destes povos, questões que não podem ser entendidas apenas em si mesmas, sob o risco de um reducionismo. Por isso, demandam ser analisadas em relação a um cenário de maior abrangência e em um diálogo complexo com os saberes e com os sujeitos da alteridade.

Percebeu-se que os visitantes da TI Manguueirinha, sejam turistas, estudantes, a população do entorno e representantes das instituições de apoio ao indígena mantêm um conceito cristalizado no que tange a cultura dos visitados, por vezes preconceituoso. Neste sentido, mesmo sem uma pré-concepção para isso, usurpam deste povo o direito de ser humano e decidir sobre seu futuro ao construir uma representação ligada ao indígena de um passado longínquo, remoto, o qual já não existe mais, ou pelo menos não identificado na TI Manguueirinha.

Os visitados, por sua vez, percebem estas manifestações. Apesar disso, estão dispostos a investir em tais interações, pois as entendem como uma oportunidade de aprendizado tanto dos aspectos que lhes interessam na cultura do visitante, quanto espaço para mostrarem a sua identidade, ou seja, aquilo que os faz indígenas, aquilo que os liga ao mundo do não-indígena e aquilo que buscam manter ainda de seu mundo original, de sua história.

Talvez este seja muito mais um processo de ressignificação de sua identidade e de sua cultura do que um processo puro e simples de transformação cultural. Talvez não seja apenas uma tentativa de se amoldar ao não-indígena, mas de se relacionar com ele.

Isso conduz ao entendimento de que há, por parte de visitantes, uma ênfase maior à expressão de um comportamento de multiculturalidade frente ao indígena, enquanto para o indígena a interculturalidade parece um objetivo maior, ou seja, o índio não aceita a cristalização da cultura, pois isto lhe é penoso e reclusivo. O que espera é a garantia de poder ser historicamente reconhecido como índio, a garantia de sua identidade.

De modo analógico, a identidade do indígena que se percebeu no espaço de visitação pode ser entendida como uma colcha tramada entre práticas e

discursos, sua cultura e representações. Para a colcha existir, o tecido da cultura precisa ser entrelaçado pela linha das representações. Sem a linha, os pedaços de tecido se descosturam e se perdem. Do mesmo modo, a linha dos discursos por si só não daria conta de costurar toda uma colcha, revelando a relação de interdependência entre a cultura e as representações discursivas. O inevitável desgaste ocasionado pelo tempo e pelas marcas de uso demanda reparos tramados entre novos e velhos fios e tecidos diferentes daquele original, ou não, que prolonguem a vida da colcha.

A colcha da identidade indígena também se transforma com o passar do tempo. Antenas parabólicas instaladas nas casas dos indígenas transmitem-lhes imagens de outras colchas, outros tecidos e outras linhas. Influências globais refletidas em aspectos locais, e vice-versa.

Nesse contexto, a TI Manguairinha enquanto espaço de visitação revela um processo de reconstrução da colcha de identidade indígena pela interação com outras culturas, outras colchas. Revela também o caráter vivo da cultura deste povo, das representações, das novas configurações sociais e econômicas, dentre as quais figura o ecoturismo.

Vários aspectos do patrimônio cultural da TI Manguairinha estão presentes na identidade e no cotidiano do indígena, muitos carregados de nova significação. As danças parecem estar restritas a ocasiões onde há audiências, ou apenas a eventos comemorativos. O artesanato não tem mais seu fim principal na utilidade doméstica direta, antes se configura como um elemento de comércio, de renda e subsistência, e também da arte indígena. A gastronomia original está permeada por outros elementos incorporados a sua alimentação. Mesmo a reorganização da aldeia, com a construção dos Totens, dos Centros de Cultura e

das novas casas encontra razão de ser na TI Manguueirinha. Ainda que ressignificados, não deixam de ser aspectos culturais destes povos, de seu dinamismo cultural e de estar incorporados as suas práticas e ao seu patrimônio.

Outros costumes, no entanto, parecem ter sido quase que totalmente substituídos, pois já não encontram tanto significado para aqueles povos. Assim, caçar e pescar não têm mais razão de ser e só são praticados ocasionalmente devido à escassez dos recursos e ao suprimento por outros meios. A agricultura com as roças no toco passou para a agricultura mecanizada em pequena escala. A distância do não-indígena foi substituída pela sua atração, ainda que ocorrida concentrada no passado, para fins de turismo, do ecoturismo.

Em meio à natureza, visitantes e visitados desenvolveram atividades que podem ser encampadas nos conceitos de ecoturismo. Estes sujeitos aproveitaram a existência de um rico patrimônio natural, com uma vasta floresta de araucárias, espaços bem conservados apresentando pinheiros centenários, fauna, flora, cachoeiras, rios e lagos e paisagens cênicas para atividades de observação da flora e fauna e para caminhadas junto à natureza. Os visitantes são surpreendidos com o patrimônio natural e com o etnoconhecimento dos indígenas sobre tal patrimônio, enquanto que os visitados parecem estar desenvolvendo uma consciência maior para a conservação da área.

A escala reduzida em que se deu a visitação permite dizer que esta foi de baixo impacto. Também porque preconizou sempre o controle sobre o espaço por meio da condução de guias indígenas. Não se pode afirmar, no entanto, se o teria sido caso o destino houvesse sido promovido no mercado.

Esta visitação preconizava atividades de educação ambiental dos visitantes, o que fica constatado na presença caravanas de estudantes

acompanhados de seus professores. Tais atividades promoveram a conscientização não apenas para visitantes, mas também para os indígenas os quais se preparavam para conduzir os grupos, estudando nomes de espécies e apresentando a fauna e a flora do lugar.

Em que pese o fato de que a visitação foi em pequena escala, os ganhos para a conservação talvez tenham ficado em torno da educação ambiental e da diminuição da pressão sobre a área por meio da alternativa econômica gerada. Não se pode dizer que foram gerados recursos diretos para a manutenção da biodiversidade da TI. Apesar disso, constatou-se que a área contribuiu para a geração de recursos financeiros do ICMS Ecológico para as cidades do entorno, os quais nem sempre são aplicados para a conservação do meio ambiente, senão para a agricultura.

Um dos principais ganhos apresentados foi a geração de emprego e renda na comunidade local. Uma vez que os indígenas estão cada vez mais dependentes da agricultura e esta do clima, o ecoturismo representou incremento no ganho familiar a ponto de ter gerado alguns empregos diretos nas atividades de guias e indiretos na produção de artesanato.

Um ponto que pesou contra as práticas de ecoturismo realizadas na TI foi a falta de um planejamento processual que permitisse aos indígenas a aquisição de estruturas para gerirem a atividade a partir da comunidade local. Inclusive, este envolvimento da comunidade local não existiu. Os indígenas, apesar disso, não se opõem à idéia do turismo, pelo contrário, chegam a apoiá-la.

A estrutura técnica-metodológica para iniciar a atividade precisaria partir de atores e lideranças que podem apoiar a TI. Neste sentido, os Municípios do entorno têm demonstrado ser os principais parceiros, dotados inclusive de recursos

que poderiam ser aplicados em projetos de manejo do meio ambiente na TI, advindos do ICMS Ecológico. Outros órgãos, como a FUNAI, não parecem dar muita atenção para a visitação no espaço e tampouco dão autonomia para a decisão destes povos a esse respeito. Também pesa contra a atividade o distanciamento encontrado entre o dinamismo destes povos indígenas e a estagnação das leis que tratam de seus direitos e de sua autonomia.

Quanto às categorias de Honey (1999) parecem dar conta de realizar uma análise do ecoturismo em TIs tanto para destinos que já recebem visitação quanto para o planejamento daqueles destinos em que se queira desenvolver a atividade. Talvez, este conceito pudesse ser trabalhado de modo mais explícito quanto à questão da atratividade do patrimônio natural e cultural e detalhar tantas subcategorias quanto se fizessem necessárias em cada ponto de análise, a exemplo do que se procurou esboçar ao longo do caminho.

Esta caminhada, que buscou desvelar o potencial do ecoturismo como uma alternativa para promover a continuidade histórica da identidade e do patrimônio indígena na TI Mangueirinha, apresentou pontos de parada, lugares de beleza cênica, descobertas e constatações.

O ecoturismo em TIs poderia ser uma das formas alternativas de desenvolvimento sustentável por incentivar a conservação do patrimônio natural e cultural através de uma atividade econômica cujos impactos negativos são baixos em se comparando às atividades tradicionais. O ecoturismo aponta para um tripé de sustentabilidade econômica, cultural e ambiental de um local, visando o seu equilíbrio ao passo que alia a visitação nestes destinos.

Desta maneira, sustenta-se que o ecoturismo pode representar uma alternativa econômica para as TIs dependentes da exploração do meio natural para

sua sobrevivência e promover o desenvolvimento sustentável e a ressignificação de seu patrimônio natural e cultural. Um dos interesses do ecoturista é conhecer e conviver com a cultura e com o meio ambiente dos povos tradicionais. Uma política pública de ecoturismo para TIs voltada a oferecer garantia dos direitos indígenas aliada à demanda acarretada pelo fluxo de ecoturistas pode levar tais comunidades à necessidade de valorização dos elementos formadores de seu legado cultural, tais como seu idioma, gastronomia, artesanato e costumes.

Entre indígenas e não-indígenas o Brasil configurou sua identidade pluricultural e multifacetada. Não se quer homogeneizar esta identidade, mas talvez no contato entre ambos por meio do ecoturismo em TIs, surjam redefinições e reconstruções, ou reafirmações e reavaliação do ser humano brasileiro. Melhor seria então fugir das predefinições caricaturais impressas por um etnocentrismo suplantado que insiste em vigorar e iniciar, ainda que em meio a rascunhos e rabiscos, o redesenho do índio brasileiro do século XXI.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE BELTRÁN, G. **El proceso de aculturación y el cambio socio-cultural en México**. México, D.F.: Instituto indigenista americano, 1957.

AMBROSETTI, J. B. Los índios Kaingángues de San Pedro (Misiones). In: **Revista del Jardín Zoológico de Buenos Aires**. 1894, vol. 2, (10-12) pp. 305-387.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECOTURISMO (ECOBASIL). **Manual indígena de ecoturismo**. Brasília: MMA, 1997.

AZEVEDO, M. **Quantos eram? Quantos serão?** Brasília: ISA, 2000. Disponível em: <http://socioambiental.org/pib/portugues/quonqua/quantossao/eramserao.shtm#3>. Acesso em: 17 de janeiro de 2007.

BACKES, A.; NILSON, A. D. *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze, o pinheiro-brasileiro. **Iheringia**: Série Botânica, Porto Alegre, n. 30, p. 85-96, 1983.

BAHL, M. **Fatores ponderáveis no turismo**: sociais, culturais e políticos. Curitiba: Prottexto, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papirus, 2000.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1998.

BERKMÜLLER, K. **Environmental education about the Rain Forest**. Ann Arbor, USA: Univesity of Michigan, 1994.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à

teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Editora Porto, 1994.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia**: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986, a.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, b.

BRANDÃO, C. R. Outros olhares, outros afetos, outras idéias: homem, saber e natureza. *In*: **Somos as águas puras**. Campinas: Papirus, 1994.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA. Secretaria Nacional de Energia. **Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico 1991/1993**. V1. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1990.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto nº. 750, de 10 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 11 fev. 1993.

BRASIL. Lei nº. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil, revogada pela Lei Nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Brasília, 05 jan. 1916.

BRASIL. Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Diário Oficial da União. Brasília, 16 set. 1965.

BRASIL. Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União. Brasília, 16 set. 1965.

BRASIL. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 19 jul. 2000.

BRASIL. Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União 1. Brasília, 11 jan. 2002.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT); Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Relatório

do Grupo Técnico Interministerial MICT/MMA. Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). **FUNASA 15 anos**. Brasília: FUNASA, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Turismo (MTUR). **Diálogos para as diretrizes de ecoturismo**. Relatório final das oficinas – Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Versão preliminar. Brasília: MMA/MTUR, 2004.

BROWN, L. R. **Eco-economia**: construindo uma economia para a terra. Salvador: UMA, 2003.

BRUHNS, Heloisa T. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. SERRANO, C. M. de T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.) 5ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARVALHO, P. E. R. Cultivo do pinheiro-do-paraná. In: **Sistemas de Produção**, 7. Versão Eletrônica. EMBRAPA, Jan./2003. Acesso em 06 de novembro de 2007. Disponível em: http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Pinheiro-do-Parana/CultivodoPinheirodoParana/06_aspectos_ecologicos.htm.

CASASOLA, L. **Turismo y ambiente**. México: Trillas, 1990.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. Introdução: o ecoturismo como um fenômeno mundial. In: **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 2002.

DALL'IGNA, M. B. dos S.; ALMEIDA, A. C. de; NASCIMENTO, M. I. M. do. Iconografias da arte indígena Guarani e Kaingang do Sudoeste do Paraná: propósito para a memória das minorias étnicas. **Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador**: Tecnologia e Civilização, Ponta Grossa_Pr, 2005.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. SERRANO, C. M. de T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.) 5ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

DRUMM, A. MOORE, A. **Desenvolvimento do ecoturismo: uma manual para os planejadores e gestores de conservação**. Volume 1. Arlington, Virginia, USA: The Nature Conservancy, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GUIMARÃES, R. G. Turismo em Terras Indígenas já é fato: quem se arrisca? In: GUIMARÃES, R. G. (org.) **Dialogando no turismo**. V.1 n.1. jun. 2006. Rosana, SP: UNESP, 2006. p. 15-42

HELM, C. M. V. Kaingang e Guarani da Terra Indígena Manguueirinha e a Usina Hidrelétrica Salto Santiago, no rio Iguaçu (PR). In: REIS, M. J.; BLOEMER, N. (orgs.). **Hidrelétricas e Populações Locais**. Florianópolis: Ed. Cidade Futura, 2001.

HELM, C. M. V. **Laudo antropológico sobre a Terra Indígena Manguueirinha**: autos de artigos de oposição, nº00.0033390-5. Curitiba, PR: fevereiro de 1996.

HELM, C. M. V. . Kaingang e Guarani da Terra Indígena Manguueirinha e a Usina Hidrelétrica Salto Santiago, no Rio Iguaçu, Paraná. In: Maria José Reis; Neusa Maria Bloemer. (Org.). **Hidrelétricas e Populações Locais**. Florianópolis: Ed. da UFSC e Cidade Futura, 2001, p. 38-70.

HESSELBARTH, W; VACHOWSKI, B. **Trail Construction and Maintenance Notebook**: 2004 Edition. Missoula, MT: U.S. Department of Agriculture, Forest Service, Missoula Technology and Development Center. 2004. 139 p.

HONEY, M. **Ecotourism and sustainable development**: Who owns paradise? Washington D.C.: Island Press. 1999.

HONEY, M. Giving a grade to Costa Rica's Green Tourism. In: **Report on the environment**. Vol. 36 N. 6. New York: North American Congress on Latin America – NACLA, 2003.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP). **Memória de Cálculo e Extrato Financeiro do ICMS Ecológico por Biodiversidade**. Volumes de 1997 a 2006. Curitiba: DIBAP/IAP, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malha Municipal Digital**. Brasília: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). **Retratos de uma caminhada: PNMT 8 anos**. Elaboração: Gerência de Programas Nacionais; Supervisão de Projetos de Descentralização. Brasília: EMBRATUR, 2002.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO, Cuzco, Peru. **Acta final del Segundo Congreso Indigenista Interamericano celebrado de 24 jun. a 04 jul. 1949**. Disponível em: <http://www.indigenista.org/web/congreso2.doc>. Acesso em: 26 de junho de 2006.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Os índios não são incapazes**: texto do ISA endereçado às comunidades indígenas. Brasília: ISA, maio de 2000. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/estatutoindio/index.html>. Acesso em 04 de setembro de 2006.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos indígenas no Brasil**. Brasília: ISA, 2006. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/index.html>. Acesso em 04 de setembro de 2006.

JANÉR, A.; MOURÃO, R. 3.Elaboração do produto de ecoturismo. In: MITRAUD, S. **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

KYMLICKA, W. **Ciudadanía multicultural**. Barcelona: Paidós, 1996.

LADEIRA, M. I. Guaraní Mbya. In: **Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: ISA, 2003. Acesso em 27 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.institutosocioambiental.org.br/pib/epi/guaranimbya/mbya.shtm>.

LADEIRA, M. I. Mbya Tekoa: o nosso lugar. São Paulo em Perspectiva. v. 3, n. 4. Ecologia e Meio Ambiente, Fundação Seade, 1989, São Paulo. Yy Pau ou Yva Pau: espaço Mbya entre as águas ou o caminho aos céus – os índios Guaraní e as ilhas do Paraná. Centro de Trabalho Indigenista, xérox. Curitiba: 1990,. **O caminhar sob a luz**: o território Mbya à beira do oceano. Cópia. São Paulo: PUC, 1992.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e

interpretação de dados. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEAL, Renata. **Programa de índio: novo roteiro de turismo leva visitantes para conhecer o dia-a-dia de uma aldeia na borda do Parque Indígena do Xingu.** Revista Época, 9 de maio de 2005, Turismo, pp. 88-90.

MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível.** 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MARTINS, C. **Indígena da etnia Waurá desperta a atenção para o Roteiro Xingu.** Cuiabá, MT: SECOM, 05 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.secom.mt.gov.br/conteudo.php?sid=13&cid=24950&parent=0>. Acesso em 12 de janeiro de 2007.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. In: **Ambiente & Sociedade.** V. IX, nº. 1 jan./jun. 2006. Campinas: ANPPAS/UNICAMP, 2006.

MELIÁ, Bartomeu. **El guaraní: experiencia religiosa.** Assunção: Ceaduc/Cepag, 1991.

MENCHÚ TUM, R. La interculturalidad, herramienta para alcanzar un milenio de paz. In: NIETO MONTESINOS, J. (Org.), **Sociedades multiculturales y democracias en América Latina.** México: UNESCO/El Colegio de México/LVI Legislatura de Oaxaca, 1999.

MENDES, J. M. O. O desafio das identidades. In: SANTOS, B. de S. (org.). **A globalização e as Ciências Sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 503-540.

MILANO, M. S. Unidades de conservação: conceitos básicos e princípios gerais de planejamento, manejo e administração. In: Universidade Livre do Meio Ambiente (Org.). **Manejo de áreas naturais protegidas.** Curitiba, PR: Universidade Livre do Meio Ambiente, 1993, v. 1, pp. 11-61.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MITRAUD, S. **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável.** Brasília: WWF-Brasil, 2003.

MORIN, E. **A inteligência da complexidade.** Tradução de Nurimar Maria Falci. Série

Nova Consciência. São Paulo: Peirópolis, 2000.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MORIN, E. **O Método IV: as idéias**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MUNHOZ, D. E. N. **Teoria da complexidade**: o paradigma da complexidade. Documento de discussão do Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2005.

O PONTO DE MUTAÇÃO (*Mindwalk*). Direção de Bernt Amadeus Capra. Distribuição de Paramount Studio. USA, 1990. 1 cassete (112 min): leg.; color.; VHS.

PÁDUA, S. M. Conservation awareness through an environmental education programme in the Atlantic Forest of Brazil. In: **Journal of Environmental Conservation**. v. 21, n. 2. Geneva, Suíça: FEC/CAMBRIDGE PRESS, 1994. p. 145-151.

PÁDUA, S. M. **Conservation awareness through an environmental education school program at the Morro do Diabo State Park, São Paulo State, Brazil**. University of Florida, USA, 1991. 103 p. (Dissertação de Mestrado)

PARANÁ. Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR). Disponível em: <http://www.cohapar.pr.gov.br/> acesso em: 15 de dezembro de 2006.

PARANÁ. Constituição, 2002. Constituição do Estado do Paraná. Curitiba: Assembléia Legislativa, 2002.

PARANÁ. Decreto Estadual nº. 64 de 02 de março de 1903. Dispõe sobre a reserva de terras ocupadas pelos Caingangue entre os ribeirões Palmeirinha e Lageado Grande até o rio Iguaçu.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). **Zoneamento Ecológico Econômico**. Disponível em <http://webgeo.pr.gov.br/website/gestao/viewer.htm>. Acessado em 31/01/2006.

PARELLADA, C. I. et al. **Vida indígena no Paraná**: memória, presença, horizontes. Curitiba, PR: PROVOPAR Ação Social, PR, 2006.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

(Coleção Turismo).

RIBEIRO, B.; VERÍSSIMO, A.; PEREIRA, K. O avanço do desmatamento sobre as áreas protegidas em Rondônia. In: **O Estado da Amazônia**. Nº 6. Belém, PR: Imazon, 2005.

RICARDO, C. A. (Ed.) **Povos indígenas no Brasil – 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

ROTEIRO desvenda o cotidiano dos índios em Mato Grosso. **O Estado do Paraná**. 10 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.freeway.tur.br>. Acesso em 12 de janeiro de 2007.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SANCHIS, P. As tramas sincréticas da História. Sincretismo e modernidades no espaço luso-brasileiro. In: INST. C. SOCIAIS UNIV. LISBOA. (Org.). **Dinâmicas multiculturais, novas faces, outros olhares**. Lisboa: Ed. do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1997. p. 541-557.

SANTOS, S. C. dos. **Educação e sociedades tribais**. Porto Alegre: Editora Movimento, s.d.

SCHADEN, E. **Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos**. São Paulo: Pioneira, 1969.

SCHADEN, E. Aspectos fundamentais da Cultura Guarani. In: **Boletim da Universidade de São Paulo, FFCL**, São Paulo, n.188, Antropologia n.4, 1954.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SERRANO, C. de T. Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente. In: **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. SERRANO, C. M. de T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.) 5ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SOFIATTI, A. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). São Paulo:

Cortez, 2002. pp. 23-68.

STEIZ, R. Crow development of Araucária angustifolia in its natural environment during sixty years. In: FUJIMORI, T.; WHITEHEAD, D. (eds.). **Crow and canopy structure in relation to productivity**. Forestry and Forest Products Research Institute. Japan: Ibaraki, 1986. pp. 129-145

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. Vol. 1. 3ª. ed. São Paulo: Aleph, 2000, a.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia**. Vol. 2. 2ª. ed. São Paulo: Aleph, 2000, b.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. Vol. 5. 2ª. ed. São Paulo: Aleph, 2000, c.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY (TIES). **What is ecotourism**. Disponível em: <http://www.ecotourism.org/index2.php?what-is-ecotourism>. Acesso em 30 de Agosto de 2006.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY (TIES). **Ecotourism fact sheet**. Washington: TIES, September, 2005.

TOMMASINO, K. ; FERNANDES, R. C. Kaingang. In: **Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo, SP: ISA, 2005[?]. Disponível em: <http://www.institutosocioambiental.org.br/pib/epi/kaingang/kaingang.shtm>. Acesso em 27 de Outubro de 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação, o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANISATION (UNESCO). **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris: World Heritage Centre, 2005.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANISATION (UNESCO). **Patrimônio Natural**. Disponível em: http://www.unesco.org.br/areas/ciencias/areastematicas/patrimonionatural/index_html/mostra_documento. Acesso em: 1º. de dezembro de 2006.

UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAM (UNEP); WORLD TOURISM

ORGANIZATION (WTO). Québec Declaration on Ecotourism. Québec: World Ecotourism Summit, 2002. Versão Traduzida: **Declaração de ecoturismo de Quebec**. Brasília: WWF-Brasil, 2002.

VAL, J. del; ZOLLA, C. Interculturalidad, biodiversidad y patrimonio intangible. In: **América Indígena**. v. LX. n. 3. México, D.F.: Instituto Indigenista Interamericano, Jul./Set. 2004.

VASCONCELLOS, J. M. de O. Programas de educação e interpretação ambiental no manejo de Unidades de Conservação. In: Universidade Livre do Meio Ambiente (Org.). **Manejo de áreas naturais protegidas**. Curitiba, PR: Universidade Livre do Meio Ambiente, 1993, v. 1, pp. 84-102.

VEIGA, J. O avanço luso-brasileiro sobre as terras Kaingang no Paraná. In: Portal Kaingang, 2006. Disponível em http://www.portalkaingang.org/index_historia_2.htm. Acesso em 27 de outubro de 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WAHAB, S. E. A. **Introdução à administração do turismo**: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional, teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1977.

WESTERN, D. Prefácio: Como definir o ecoturismo. In: **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. LINDBERG, K.; HAWKINGS, D. E. 4^a. Ed. São Paulo: Senac, 2002.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (WTO). **Sustainable tourism development**: a guide for local planners. Versão em inglês. Madri: OMT, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Questionário de Pesquisa – Representante da Secretaria Estadual de Turismo, PR

A respeito do Turismo:

1. Qual cenário você percebe a respeito do Turismo no Paraná e no Sudoeste?
2. Qual a vocação de Turismo percebida para o Sudoeste?
3. Quais os pontos positivos e negativos da mudança da política pública PNMT para o Roteiros do Brasil?
4. Como vê a atuação dos Municípios de Chopinzinho, Coronel Vivida e Manguaerinha em relação a sua atuação e possibilidades de atuação no cenário turístico?

A respeito da Terra Indígena (TI) de Manguaerinha e o Turismo:

5. Qual sua percepção a respeito do desenvolvimento do Turismo em uma Sociedade Indígena? Tem conhecimento de alguma Sociedade Indígena que promova atividades turísticas?
6. A TI Manguaerinha apresenta elementos potenciais para o desenvolvimento do Turismo? Em caso afirmativo, quais você conhece e qual a dimensão de tais elementos?
7. Percebe o Ecoturismo como uma alternativa sustentável de valorização do patrimônio natural e cultural para a TI Manguaerinha?
8. Em sua opinião, qual o nível de entendimento, conscientização e mobilização dos indígenas da TI Manguaerinha para o Turismo?
9. A SETU já atuou junto à TI Manguaerinha? Qual foram as ações desenvolvidas pela SETU para esta área?
10. Caso fossem promovidas atividades de Ecoturismo, (tais como passeios por trilhas na Floresta de Araucárias, aprendizado da cultura indígena, esportes de natureza), haveria interesse por parte do mercado turístico em tais atividades?
11. Quais os impactos (positivos e negativos) da implantação do Turismo na TI Manguaerinha? Quais passos/diretrizes deveriam ser seguidas?
12. Você teria mais alguma consideração sobre o desenvolvimento do Turismo para a TI Manguaerinha?

APÊNDICE B: Entrevista Semi-estruturada para os Prefeitos

A respeito do Turismo

2. Qual o nível de desenvolvimento do turismo no seu Município?
3. Quais as potencialidades ou atrativos turísticos do Município?
4. Quais os entraves e impedimentos para o desenvolvimento do turismo no seu Município?
5. Qual sua opinião a respeito da atual política de turismo do Brasil: Roteiros do Brasil?

A respeito da TI Manguueirinha

No aspecto Turismo

6. Qual a sua percepção sobre a TI Manguueirinha como atrativo turístico?
7. Tem conhecimento de alguma atividade turística realizada na TI?

No aspecto Assistência

8. De que maneiras o Município contribui com a TI Manguueirinha?
9. O Município compra o excedente da produção indígena?

No aspecto Relações entre Indígenas e Não-indígenas

10. Quais as relações/interações que acontecem entre a população do Município e os indígenas da TI?
11. Qual a percepção da população de seu Município a respeito da TI Manguueirinha?
12. Como você percebe que a população de seu Município é vista pelos indígenas da TI?
13. Quais as contribuições que a TI Manguueirinha traz para o Município?

A respeito do ICMS Ecológico

14. O Município recebe o repasse de ICMS Ecológico do Governo do Estado?
15. Como estes recursos são aplicados?
16. Existe algum programa ligado à questão ambiental?
17. Qual a principal área protegida fonte geradora do ICMS Ecológico para o Município?
18. O Município tem algum Termo de Compromisso firmado com o órgão gestor dessa área para Programas de Melhoria da Qualidade Ambiental?

A respeito de Aspectos Gerais

19. Qual sua percepção sobre o conflito ocorrido em março na TI?
20. Qual a interação entre o seu Município e os outros dois Municípios onde se localiza a TI?

APÊNDICE C: Entrevista Semi-estruturada para o Cacique e para o Chefe do Posto Indígena da FUNAI

A TI Manguueirinha

No aspecto Modo de Vida

(artesanato, agricultura, comércio, pinhão, caça e pesca)

1. Como os indígenas suprem suas necessidades? Quais as atividades silvícolas ainda desempenhadas?
2. Desempenham alguma atividade econômica?
3. Desempenham atividades agrícolas? São mecanizadas?
4. Qual a sustentabilidade destas atividades? Gera lucro?
5. Como se dá a divisão da renda?

No aspecto Patrimônio Natural

(fauna e flora imponentes, belos ou raros, rios, cachoeiras, mirantes)

6. Quais os principais aspectos do patrimônio natural da TI Manguueirinha?
7. Como é o acesso a estes locais?
8. A TI Manguueirinha possui algum Zoneamento Ecológico Econômico (divisão da terra em destinações de uso)?
9. Como se faz a distribuição da terra para uso? Como se dá o controle das atividades de extração, caça e pesca?
10. Como se explica a diminuição da área utilizada pelo IAP para o cálculo do Fator de Conservação da TI?
11. O que tem sido feito para diminuir a pressão sobre a Floresta de Araucárias?

No aspecto Patrimônio Cultural

(artesanato, arquitetura, costumes, danças, gastronomia, instrumentos, vestimentas, idioma)

12. Quais os principais aspectos que identificam a cultura dos indígenas?
13. Fale sobre aspectos específicos de sua cultura: danças, festas, pratos típicos, idioma, artesanato.
14. Quais medidas têm sido tomadas para a conservação do patrimônio cultural indígena (incluindo sua arquitetura, Centro de Tradição Indígena)? São eficazes?
15. Como a construção das casas de alvenaria pelo Governo do Estado tem influenciado a cultura do indígena?
16. Como o acesso à mídia, como a televisão, tem influenciado o modo de vida dos indígenas?

No aspecto Turismo e Relações entre indígenas e turistas

17. Na TI, o assunto turismo já foi debatido?
18. Qual foi a receptividade da comunidade sobre o assunto?
19. Qual a sua percepção sobre a TI Manguueirinha como destino turístico?
20. Na TI já são desenvolvidas atividades turísticas? Em que situações?
21. Quem desenvolve as atividades para os turistas?
22. Qual a disposição dos indígenas em trabalhar com turismo?
23. Haveria interesse da população indígena em promover o patrimônio natural e natural da TI como atrativo turístico?
24. Quais os benefícios do turismo percebidos para os indígenas?
25. Quais os impactos negativos do turismo percebidos para os indígenas?
26. Como os indígenas vêem o turista?
27. Como os indígenas percebem que são vistos pelos turistas?

No aspecto Papel da Funai e dos Municípios

28. De que maneiras os Municípios contribuem com a TI Manguueirinha?
29. Os Municípios compram o excedente da produção indígena?
30. Qual tem sido o papel da Funai junto a TI Manguueirinha?

Relações Indígenas e Não-indígenas

31. Quais as relações/interações que acontecem entre a população dos Municípios do entorno e os indígenas da TI?
32. Qual a percepção dos indígenas da TI Manguueirinha a respeito dos não-indígenas dos Municípios do entorno?

33. Como você percebe que os indígenas são vistos pela população do entorno?
34. Quais as contribuições que a TI Mangueirinha traz para os Municípios do entorno?
35. Como os três Municípios onde se localiza a TI interagem para questões ligadas aos indígenas?

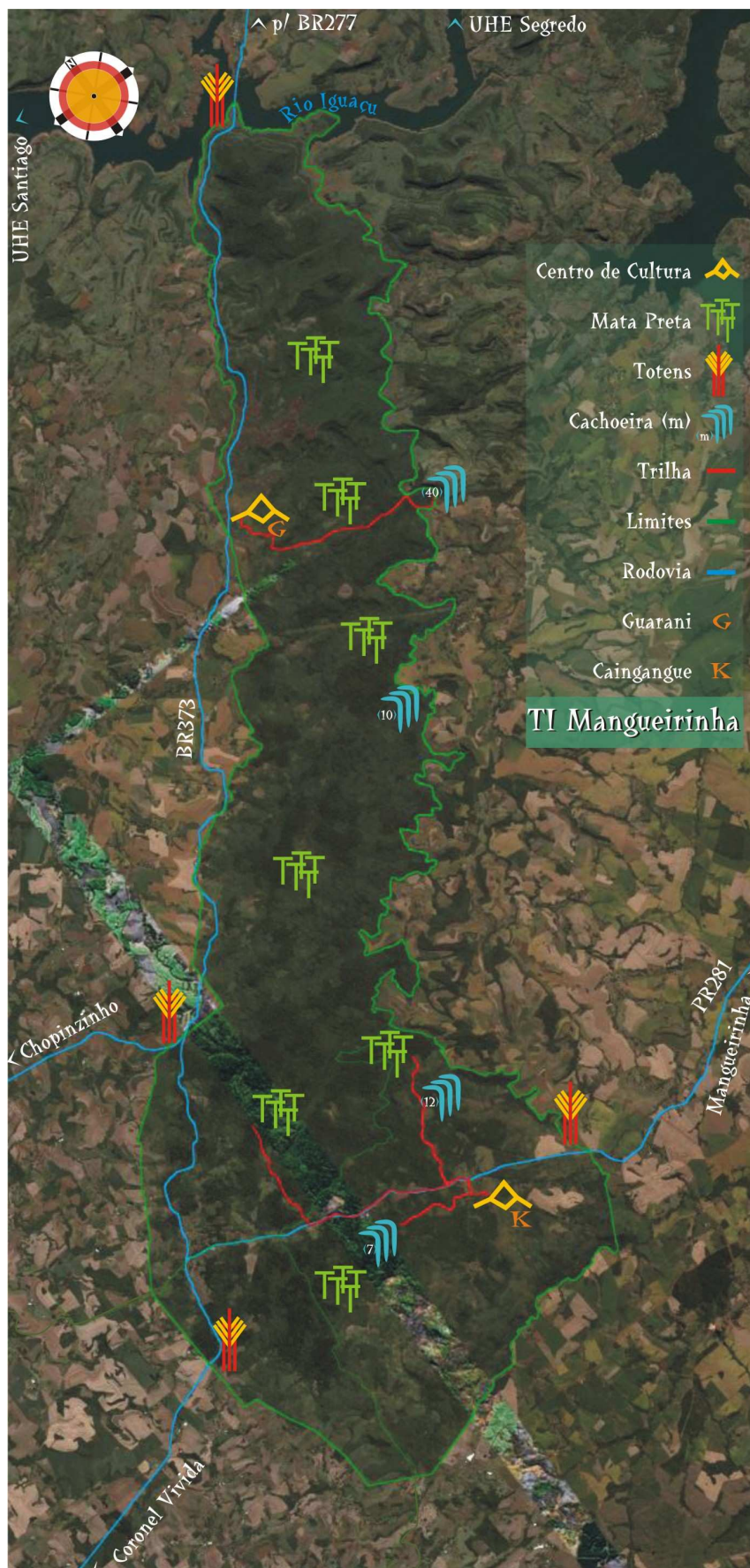
ICMS Ecológico

36. A TI Mangueirinha tem algum Termo de Compromisso firmado com os governos municipais para o desenvolvimento de Programas de Melhoria da Qualidade Ambiental em função do repasse de ICMS Ecológico gerado pela TI?

Conflito

37. Qual sua percepção sobre o conflito ocorrido em março/2006 na TI? Quais suas causas? O que ou quem motivou o conflito?
38. Como esse conflito influenciou o modo de vida dos indígenas?
39. Qual o destino dos indígenas que saíram da TI?
40. O que poderia ser feito para evitar que futuros incidentes se repetissem?

APÊNDICE D: Mapa turístico da TI Mangueirinha



Fonte: Elaborado pelo Pesquisador, dados da Pesquisa de Campo, 2007.

APÊNDICE E: Quadro de áreas decretadas UCs do bioma das araucárias

UF	Unidade de Conservação	Localização	Área (ha)	Área (ha)
			Proteção Integral	Uso Sustentável
Paraná	Parque Nacional (PN) dos Campos Gerais	Ponta Grossa, Castro e Carambeí	21.749	-
	Reserva Biológica das Araucárias	Imbituva, Teixeira Soares e Ipiranga	16.078	-
	Refúgio de Vida Silvestre do Rio Tibagi	Imbituva, Ipiranga, Palmeira, Ponta Grossa e Teixeira Soares	31.698	-
	Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas	Palmas e General Carneiro	16.445	-
TOTAL PR			85.970	-
Santa Catarina	Estação Ecológica (ESEC) da Mata Preta	Abelardo Luz	9.006	-
	PN das Araucárias	Ponte Serrada e Passos Maia	16.824	-
	Área de Proteção Ambiental (APA) das Araucárias	Abelardo Luz, Água Doce, Ponte Serrada, Passos Maia, Ipuçu São Domingos, Vargem Bonita, Bom Jesus, Faxinal dos Guedes, Vargeão, Ouro Verde e Macieira	-	419.218
TOTAL SC			25.830	419.218
TOTAL PR/SC			111.800	419.218
TOTAL			531.018	

Fonte: Adaptado de MMA, 2006.